

PLANO TERRITORIAL
DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
- PTDRS -

TERRITÓRIO VALE DO JAMARY- RONDÔNIA

NOVEMBRO – 2006

Ariquemes – RO

**Secretaria de
Desenvolvimento Territorial**

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIAT	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Territorial Urbano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ND	Núcleo Diretivo
NT	Núcleo Técnico
ONG	Organização não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PROINF	Programa de Apoio à Infra-estrutura e Serviços Territoriais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
VABP	Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar
VPB	Valor Bruto da Produção
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
NUAR	Núcleo Urbano de Assentamentos Rurais
Ha	Hectares
BR	Rodovia Federal
IDARON	Agência de Defesa Sanitária e Agrosilv. do Estado de
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico Ecológico
MP	Medida Provisória
CERON	Companhia de Eletricidade de Rondônia
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
MT	Mato Grosso
AC	Acre
RO	Rondônia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Municípios que formam o território Vale do Jamary. _____	6
Tabela 2. Estratégia Metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial. _____	7
Tabela 3. Estratégia da elaboração PTDRS _____	8
Tabela 4. Principais rios da Bacia do Rio Machado _____	15
Tabela 5. Principais Minerais encontrados no Território _____	42
Tabela 6. Empresas Comerciais e de Serviços nos Municípios do TVJ _____	45
Tabela 7. Visão de Futuro do território Vale do Jamary _____	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Território Vale do Jamary	1
Figura 2. Younger Granites.....	41
Figura 3. Igarapé Santa Cruz.....	43
Figura 4. Igarapé Quatro Nações	43
Figura 5. Desmonte hidráulico em cata garimpeira. Mina de Bom Futuro.	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Taxa De Desmatamento Dos Municípios Do Território.....	11
Quadro 2. Principais Produções Agrícola de Rondônia	21
Quadro 3. Produção de Milho – Principais Produtores	22
Quadro 4. Produção de Café – Principais Produtores	23
Quadro 5. Produção de Cacau – Principais Produtores	24
Quadro 6. Produção de Arroz – Principais Produtores	25
Quadro 7. Produção de Feijão – Principais Produtores.....	26
Quadro 8. Produção de Mandioca – Principais Produtores	27
Quadro 9. Produção de Banana – Principais Produtores	29
Quadro 10. Evolução do Rebanho Bovino – Principais Produtores.....	32
Quadro 11. Visão de Futuro do território Vale do Jamary	Erro! Indicador não definido.

INDICE

1.0. APRESENTAÇÃO GERAL	5
2.0. INTRODUÇÃO	6
2.1. PROCESSO METODOLÓGICO	6
2.2. INSTITUCIONALIDADE	9
3.0. O TERRITÓRIO VALE DO JAMARY	10
3.1. CLIMA	11
3.2. VEGETAÇÃO	11
3.3. SOLO	12
3.4. RELEVO	13
3.5. BACIA HIDROGRAFICA	13
3.6. DEMOGRAFIA	15
3.7. RESERVAS INDÍGENAS	16
3.8. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	16
3.9. OCUPAÇÃO DO SOLO	16
3.10. ECONOMIA DO TERRITÓRIO	19
3.11 – O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO DE RONDÔNIA	35
3.12. - RECURSOS MINERAIS	40
3.13. PASSIVO AMBIENTAL	42
3.14. COMERCIO	44
3.15 - INDÚSTRIA	45
3.16 - TURISMO	48
3.17. TRANSPORTE	52
3.18 - SISTEMA ELÉTRICO	62
3.19. MEIOS DE COMUNICAÇÃO	66
3.21. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	70
4.0. VISÃO DE FUTURO	71
5.0. EIXOS INTEGRADORES	74
6.0. PROJETOS ESTRATÉGICOS (ESTRUTURANTES)	75
6.1. EIXO ESTRATÉGICO 1: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	75
6.2. EIXO ESTRATÉGICO 2: CONHECIMENTOS E SABERES	83
6.3. EIXO ESTRATÉGICO 3: DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E ACESSO A MERCADOS	93
6.4. EIXO ESTRATÉGICO 4: DIREITOS E QUALIDADE DE VIDA	107

1.0. APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal ao propor uma política de desenvolvimento rural sustentável com enfoque na estratégia territorial tem como embasamento reivindicações históricas dos setores públicos e organizações da sociedade civil por um modelo de desenvolvimento que correspondam as diversas necessidades da realidade brasileira, haja vista que o modelo de desenvolvimento prevalecente não tem atendido as expectativas da execução eficaz das políticas públicas. Assim sendo, criou-se a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para coordenar o processo de desenvolvimento territorial.

Na realização das ações de fortalecimento do desenvolvimento sustentável, tendo os territórios rurais como espaço de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas foi concebido o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais que dentre outros aspectos apóia o processo de construção do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, ferramenta norteadora da gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores públicos, sociais e econômicos do território.

O PTDRS contempla as vocações e estratégias priorizadas pelos atores territoriais, com vista a promover alterações significativas na realidade local.

Este documento registra o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Jamary / RO, que teve como organização facilitadora a Cooperativa Milênio com sede no município de Porto Velho – RO.

O processo pedagógico desenvolvido na construção deste Plano foi referenciado com base nas diretrizes gerais da estratégia de intervenção territorial concebida pela SDT, que tem como pressuposto a gestão social dos territórios com vista o alcance das seguintes áreas de resultados: Fortalecimento de Redes Sociais de Cooperação, Articulação de políticas públicas, Fortalecimento da Gestão social e Dinamização Econômica.

Estes componentes têm como principais objetivos desenvolver, entre os atores sócio-produtivos do território, a visão estratégica e sistêmica fundamental ao fortalecimento da capacidade de coordenar os processos de gestão participativa no território.

2.0. INTRODUÇÃO

O Território Vale do Jamary, faz parte da Mesorregião Leste do Estado de Rondônia. Atualmente, este território é composto por 9 municípios. A Tabela 1 apresenta todos os municípios que formam o território, bem como o seu ano de criação.

Tabela 1. Municípios que formam o território Vale do Jamary.

Município	Distancia a Capital em Km	Ano de Criação
Alto Paraíso	123	1991
Ariquemes	199	1977
Buritis	330	1995
Cacaulândia	257	1993
Campo Novo de Rondônia	306	1992
Cujubim	250	1992
Machadinho do Oeste	347	1988
Monte Negro	329	1992
Rio Crespo	200	1992

2.1. PROCESSO METODOLÓGICO

No desenvolvimento das atividades na Fase I (Quadro 1) ocorreram oficinas de sensibilização, mobilização e articulação, assim como a constituição do CIAT, ND e NT. A CIAT através do ND articulou-se politicamente com os CMDRS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de agricultura (STR) e com Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social para estabelecer um arranjo político na implementação de ações de desenvolvimento territorial.

Na Fase II a qual se refere ao planejamento e gestão do desenvolvimento, realizou-se a oficina de gestão e planejamento territorial da CIAT e a oficina de concepção básica do desenvolvimento territorial. Assim como, os estudos propositivos, as linhas estratégicas do desenvolvimento territorial, modelo de gestão e elaboração de projetos

setoriais e específicos.

Após esta fase de oficinas, realizou-se as oficinas para elaboração participativa do PTDRS, divididas em duas fases. A primeira fase propôs-se a desenvolver de o diagnóstico da micro região, através de dados colhidos em órgãos governamentais, complementados com os saberes dos atores sociais locais. Na segunda fase foi determinada as prioridades e estratégias para o Desenvolvimento do Território.

2.1.1. METODOLOGIA DAS OFICINAS

Tabela 2. Estratégia Metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial.

FASES	I - FASE DE SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO	II - FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	III- FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS, CONTROLE E AVALIAÇÃO
Tempo total desde início	SETEMBRO DE 2003 A MAIO DE 2004	MAIO DE 2004 A AGOSTO DE 2005	AGOSTO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2005
AÇÃO DE APOIO – OFERTA	Oficina Nivelamento Conceitual e Metodológico (Estadual) Oficina Nivelamento Conceitual e Metodológico (Territorial) em conjunto com o MMA/GESTAR.	Oficina Planejamento e Gestão Territorial (CIAT) Oficina Concepção Básica do Desenvolvimento Territorial Consultorias: Estudo Propositivo (FCR)	Oficina Gestão, Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Territorial Rural
AÇÃO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO – DEMANDA	Acordo territorial, Compromissos territoriais e governamentais, Constituição dos CIAT's, Núcleos Dirigente e Operacional, Levantamento de Informações Preliminares.	Formação de grupos de trabalho setores priorizados Aprofundar o conhecimento da realidade; Definição das linhas estratégicas do DT; Consolidar um modelo de gestão; Elaboração de projetos setoriais e específicos.	Organização dos Arranjos Institucionais; Articulação de Políticas Públicas; Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos.

2.1.2. OFICINAS REALIZADAS

Na Fase III e no 2º e 3º Ciclos (Quadro 2) foram realizados quatro oficinas e um curso como parte da estratégia da elaboração PTDRS. Ainda nessa fase a SDT/MDA discute nos territórios e também no Vale do Jamary a importância da educação do campo e o desenvolvimento territorial. Para tanto foi realizado um seminário estadual com as lideranças do setor.

Tabela 3. Estratégia da elaboração PTDRS

ATIVIDADES
Planejamento e Gestão Territorial (CIAT) (1ª F II)
Gestão, Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (Fase III)
Monitoria e Avaliação do PTDRS (1ª Oficina do 2º Ciclo)
Seminário Estadual de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Monitoramento das Ações Territoriais (Oficina estadual)
Monitoria e Avaliação do PTDRS (2ª Oficina do 2º Ciclo)
Curso para Núcleos Diretivos e Técnicos das CIATs sobre gestão do PTDRS
Monitoria e Avaliação do PTDRS (1ª Oficina do 3º Ciclo)
Oficinas de elaboração do Diagnóstico Participativo
Seminário para apresentação e validação dos dados construídos nas oficinas
Oficinas para construção do PTDRS

Desde o início dos trabalhos da SDT realizados no território do Vale do Jamary a instituição colegiada é a CIAT (Comissão de instalação das Ações territoriais).

Em 2005, na primeira reunião ordinária da CIAT, onde houve a aprovação do Regimento Interno, os integrantes da Comissão a denominaram de Comissão de Implementação das ações territoriais.

Destaca-se como uma ação de relevância da CIAT a divisão do Território em três

microrregiões, denominadas de micro bacias, implementada a partir de Abril de 2005, a saber:

- Micro Bacia I: Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaulândia;
- Micro Bacia II: Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro;
- Micro Bacia III: Cujubim, Machadinho e Rio Crespo.

Esse reagrupamento de municípios em sub-regiões facilitou a participação e a discussão das ações territoriais, garantido as diversidades e identidades locais. Bem como, facilitou a execução dos trabalhos de construção deste documento o PTDRS.

2.2. INSTITUCIONALIDADE

2.2.1 CIAT

Toda a estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais que está sendo implementada pela SDT/MDA desde 2003, está alicerçada na concepção de que o território rural deve se constituir em um espaço de integração, articulação e concertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam.

Cada território se caracteriza pela diversidade de visões e interesses que buscam construir espaços de concertação, onde ocorrem articulações, entendimentos e negociações. Este espaço deve ser um fórum privilegiado e se constituir numa nova institucionalidade, agora de âmbito territorial, onde seja garantida e legitimada a presença dos diversos atores sociais existentes no espaço do território.

A Resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 16 de fevereiro de 2005, preconiza que as institucionalidades territoriais devem construir espaços nos quais “a gestão social do desenvolvimento territorial deve ser concretizada por meio de espaços de debate e concertação, com transparência e participação”.

2.2.2 - Descrição do CIAT

A configuração do CIAT do Território Vale do Jamary está composta por 57 membros titulares e 57 membros suplentes, representado as seguintes instituições: municipais, CMDRS, representante de entidade de classe representativa dos agricultores familiares, representante da FETAGRO , representante das entidades de assessoria, representante das instituições não-governamentais da educação, representante das instituições não-governamentais da saúde, representante da FEROM e representantes do poder legislativo

O Núcleo Diretivo está composto por cinco membros, sendo o Coordenador, Coordenador Adjunto, Coordenador de comunicação, 1º Secretário e 2º Secretário.

O Núcleo Técnico está constituído por oito instituições, sendo: SEAPES/SEE/PRONAF, MILÊNIO, COOTRARON, CPPT CUNIÃ, CEPLAC , EMATER, Articuladora de ATES, Articuladora do Território.

3.0. O TERRITÓRIO VALE DO JAMARY

Selecionado em 29 de julho de 2003 durante a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rondônia (CEDRS), o Território Rural Vale do Jamari é um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo cidades e espaços rurais dos municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo

O Território rural Vale do Jamari compreende uma área de 31.770 km² , correspondendo a 13,4% da área total do Estado de Rondônia.

Sua população está estimada em 174.963 habitantes, correspondendo 12,7% da população do Estado, destes, 100.104 (cerca de 57,2%) são de habitantes residentes em urbana e 74.859 (cerca de 48,8%) são de habitantes residentes na zona rural.

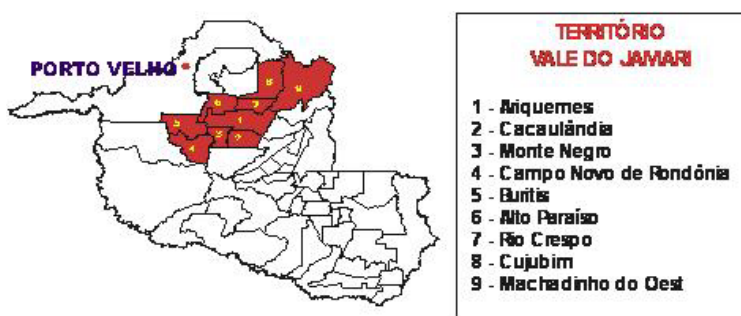


Figura 1. Mapa do Território Vale do Jamary

zona

A densidade demográfica do Território (5,5 habitante/km²) apresenta-se bem próxima á do

Estado. O município de Ariquemes apresenta a maior densidade demográfica do Território com 16,8 habitantes/km².

Todos os municípios do Território apresentam-se com características rurais, apesar do índice de urbanização ser de 57,2%, inferior ao do Estado (64,4%). Esse índice é elevado por Ariquemes (concentrador da força comercial do território e por ter um bom parque industrial instalado – setor moveleiro, que serve de atração de mão-de-obra não qualificada da região) e Buritis (é um pólo de atração de migrantes na perspectiva de acesso à terra) que apresentam 74% e 59,7% respectivamente, da população na área urbana. Os demais municípios apresentam índices de urbanização inferiores a 50%. Os municípios de Campo Novo de Rondônia e Rio Crespo possuem características essencialmente rurais, pois se originaram de Núcleos Urbanos dos Assentamentos Rurais (NUAR).

3.1. CLIMA

O clima do Território Rural Vale do Jamary corresponde ao Equatorial quente e úmido. Por estar no reverso da Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro, recebe influências das massas de ar do Brasil Central, que por sua vez influenciam na dinâmica das chuvas. A temperatura média está em torno dos 25°C anuais e o índice pluviométrico varia de 150 mm a 2.000 mm. O período seco corresponde aos meses de maio e setembro.

3.2. VEGETAÇÃO

A cobertura vegetal original do Território Rural Vale do Jamari (Mapa de Vegetação do IBGE/SUDAM, 1989) aponta para a Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds) e Aberta (As).

A Tabela abaixo retrata a situação atual do grau de desmatamento existente no Território.

Quadro 1. Taxa De Desmatamento Dos Municípios Do Território

Município	Área do Município	(Km²)
Alto Paraíso	2.647,80	37,10
Ariquemes	4.975,00	48,79
Buritis	3.273,30	26,02
Cacaulândia	2.002,30	52,63
Campo Novo de Rondônia	3.442,00	31,15
Cujubim	4.018,20	12,53

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO RURAL VALE DO JAMARY – RONDÔNIA

Machadinho do Oeste	8.520,90	12,64
Monte Negro	1.407,70	62,88
Rio Crespo	1.722,80	43,61
Total do Território	30.010,00	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Destaca-se no Território Rural Vale do Jamari, os municípios de Cacaulândia, Ariquemes e Monte Negro como aqueles que possuem as mais altas taxas de desmatamento. esta elevada taxa de desmatamento é uma tendência de todo o Território, pois o modo de produção, quer dos pequenos e médios proprietários ou dos grandes, ainda é baseado na exploração intensiva dos recursos naturais (solo e cobertura vegetal). Tal modelo leva a uma constante pressão antrópica sobre novas áreas de floresta em busca de fertilidade e do ativo ambiental, no caso, a floresta.

Os municípios de Alto Paraíso, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Machadinho do Oeste e Rio Crespo possuem um alto potencial para a implementação de projetos de manejo sustentável da floresta, pois apresentam baixos índices de atividades antrópicas sobre a oferta florestal. Já os municípios de Ariquemes, Cacaulândia e Monte Negro possuem as restrições para novos projetos de manejo florestal, pois os índices de desmatamento estão acima dos permitidos pela lei ambiental para o estado (reserva legal mínima de 50%). O intenso fluxo de migrantes em busca de terra nas décadas de 70,80 e 90 trouxe conseqüências negativas sobre a cobertura florestal.

Os intensos desmatamentos nas últimas décadas predominaram nas atividades antrópicas: culturas agrícolas, perenes e temporárias, pastagens e capoeiras.

3.3. SOLO

De acordo com o mapa de solos de Rondônia elaborado pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de solos - EMBRAPA, 1983, as classes de solos predominantes na área do Território Rural Vale do Jamari são o Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico, Latossolo Amarelo Álico e Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico. Há sérias limitações em boa parte do Território Rural, principalmente devido à alta declividade da topografia e o alto teor de alumínio nos solos latossolo amarelo álico, pois é nesta faixa de solos que estão localizados a grande maioria

dos projetos de assentamentos e de reforma agrária do Território realizados nas últimas três décadas. As terras de boa e média fertilidade natural (podzólico vermelho-escuro eutrófico) foram destinadas aos empresários e médios e grandes proprietários durante a década de 70 através de projetos de assentamento dirigido (PAD). Atualmente, estas áreas se constituem no palco da pressão popular para a implantação de novos projetos de reforma agrária, pois o domínio da terra se apresenta altamente inadimplente, pois os ocupantes tiveram acesso à terra mediante Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP) e com um projeto de exploração definida com prazos e metas. Tais projetos não foram desenvolvidos como preconizavam e hoje a posse da terra está sendo questionada judicialmente.

3.4. RELEVO

O relevo do Território Rural Vale do Jamari, está localizado nas terras baixas da Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro, cuja altitude média varia entre os 200 e 300 metros. Sendo que os pontos mais altos são classificados como colinas suavizadas e inselbergs isolados. No trecho onde está instalado, corresponde a grande concentração de jazidas de cassiterita, fazendo parte do conjunto Província Estanífera de Rondônia.

3.5. BACIA HIDROGRAFICA

Sua hidrografia é constituída, principalmente pelas bacias dos rios Jamary e Machado, importantes afluentes do Rio Madeira. Há internamente as micro-bacias dos rios Branco, São Francisco, parte do Massangana e Candeias, todos se integram à bacia do rio Jamari. A maioria deles se encontram alterados pelos impactos provocados pela desordenada atividade mineradora de cassiterita nos último 25 anos, principalmente a cabeceira do Massangana.

¹A Bacia do Rio Jamari encontra-se inserida numa região composta por doze municípios, que totaliza 73.336,01km² ou 30,87% da área territorial, sendo: Alto Paraíso (2.651,82km²), Ariquemes (4.426,56km²), Buritis(3.265,74km²), Cacaúlândia (1.961,75km²), Campo Novo de Rondônia (3.442,00km²),Candeias do Jamari (6.843,87km²), Cujubim (3.864,07km²), Governador Jorge Teixeira (5.067,38km²), Itapuã do Oeste (4.081,43km²), Monte Negro (1.931,37km²), Porto Velho(34.082,37km²) e Rio Crespo (1.717,65km²).

Sendo que dos doze municípios, 8 compõem o território Vale do Jamary, correspondendo a

¹ No prelo

uma área de: 23.260,96 km² .

O Rio Jamari tem sua nascente no sudoeste da Serra dos Pacaás Novos, no sopé do pico do Tracoá, em altitude superior a 700m, sendo denominado Alto Jamari. Corre no sentido norte, com 500 canais de 1ª ordem (linha de água que tenham tributários) que drenam uma área de 3.562,766 Km², desembocando na margem direita do rio Madeira (KANINDÉ, 2002).

Sua bacia é delimitada pelas coordenadas geográficas 08° 28' - 11° 07' latitude sul e 62° 36' 64° 20' longitude oeste. Em seu curso ele drena uma área de aproximadamente 29.066,68 Km². Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Branco e Preto do Crespo e margem esquerda, os rios Massangana e Candeias. A montante de Ariquemes o Jamari é considerado um rio de planalto com inúmeras cachoeiras enquanto, a jusante, ele torna-se um rio de planície. A rede de drenagem tem desenho arborescente, também chamado de padrão dendrítico. Possui boa densidade de drenagem em função do substrato rochoso e do solo argiloso da área. Possui 563 km de extensão e o maior lago artificial do Estado devido à construção da barragem da hidrelétrica de Samuel. Seu afluente rio Candeias ficou conhecido por escoar em parte da província estanífera. Tem grande significado econômico para Rondônia não só por ter sido represado para a formação da primeira usina hidrelétrica do Estado, mas por servir como importante via de transporte de passageiros e cargas na região compreendida entre os municípios de Porto Velho e Ariquemes.

A Bacia do Rio Jamari está dividida em quatro sub-bacias: Alto Jamari, Baixo Jamari, Alto Candeias e Baixo Candeias.

O rio Jamari, afluente pela margem direita do rio Madeira, representa o principal curso fluvial do município, com uma largura média de 60-80 metros e de leito arenoso; é navegável por embarcações de pequeno a médio porte. As nascentes localizam-se a sul da cidade de Ariquemes, junto às escarpas da Serra dos Pacaás Novos. Os afluentes principais no espaço municipal são os rios Massangana pela margem esquerda e os rios Branco e Canaã pela margem direita, dos quais apenas os primeiros dois são navegáveis por pequenas embarcações. Esse rio possui uma importância estratégica para o Estado de Rondônia, pois à jusante de Ariquemes foi construída a Usina Hidrelétrica de Samuel, a qual abastece de energia elétrica uma ampla região. Depreendese daí a importância de preservação da bacia hidrográfica do rio Jamari para a vitalidade econômica do Estado, devendo-se evitar o desmatamento desnecessário e a manutenção das matas ciliares.

Bacia do Rio Machado

O rio Machado, cuja bacia de captação atinge 878,11 km², ocupa 19,93 % do território municipal, materializando o limite leste de Ariquemes. Tem como principais afluentes os igarapés Quinze e do Repartimento.

Tabela 4. Principais rios da Bacia do Rio Machado

<u>Municípios</u>	<u>Principais Rios</u>
Alto Paraíso	Rio Jamari, Rio Massangana, Rio do Velho, Rio Santa Cruz e Rio Candeias (*)
Ariquemes	Rio Jamari, Rio Massangana, Rio Santa Cruz e Machado, Rio Branco e Rio Canaã
Cacaulândia	Rio Jamari, Rio Caantão, Rio Canaã, Rio Pardo e Rio Quatro Cachoeira;
Buritis	Rio Candeias, Rio Jaci Paraná, Rio Branco, Rio Santa Cruz, Rio São domingos Rio São Francisco, Rio Caveira, Rio Igarapés dois Manos, Caracol e trindade.
Campo Novo	Rio Floresta, Rio Candeias, Rio Jaci, Rio Braço Esquerdo, Rio Jaci Paraná.
Monte Negro	Jamary, Massangana, Santa Helena e Boa-Vista
Cujubim	
Machadinho	Rio Machado, igarapés Quinze e do Repartimento
Rio Crespo	Rio Preto e Rio manteiga

3.6. DEMOGRAFIA

A densidade demográfica do Território (5,5 habitante/km²) apresenta-se bem próxima á do Estado. O município de Ariquemes apresenta a maior densidade demográfica do Território com 16,8 habitantes/km². Todos os municípios do Território apresentam-se com características rurais, apesar do índice de urbanização ser de 57,2%, inferior ao do Estado (64,4%). Esse índice é elevado por Ariquemes (concentrador da força comercial do território e por ter um bom parque industrial instalado – setor moveleiro, que serve de atração de mão-de-obra não qualificada da região) e Buritis (é um pólo de atração de migrantes na perspectiva de acesso à terra) que apresentam 74% e 59,7% respectivamente, da população na área urbana. Os demais municípios apresentam índices de urbanização inferiores a 50%. Os municípios de Campo Novo de Rondônia e Rio Crespo possuem características essencialmente rurais, pois se originaram de Núcleos Urbanos dos Assentamentos Rurais (NUAR).

3.7. RESERVAS INDÍGENAS

Uru-Eu-Wau-Wau (Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cacaulândia.

(*) Além das etnias acima identificadas, há presença de índios isolados como os Parikuara e os Jurureís (Tupi Kawahib), além de duas etnias desconhecidas, sendo uma no Sudeste, no médio rio Cautário e a outra no centro da Terra Indígena, no rio Água Branca.

3.8. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Unidades de Conservação Estaduais

Estações Ecológicas:

Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado: Araras, Gavião, Periquitos (Cujubim), Mutum, Tucano (Cujubim e Rio Crespo), Rio Machado (Machadinho d'Oeste).

Reservas extrativistas: **Jaci-Paraná** (Campo Novo de Rondônia e Buritis), Rio Preto-Jacundá (Cujubim e Machadinho d'Oeste).

Unidades de Conservação Federais

01 Parque Nacional: **Pacaás Novos** (Campo Novo de Rondônia); 03 Florestais Nacionais: **Bom Futuro** (Buritis), **Jamari** (Cujubim e Alto Paraíso).

3.9. OCUPAÇÃO DO SOLO

²A utilização da terra com culturas anuais e permanentes corresponde a 56.814 ha e 26.924 ha, equivalente a 22,3% e 15,1% do total do Estado. A área destinada a pastagens plantadas no Território Vale do Jamari equivale a 346.782 há contra 12.623 ha de pastagens nativas. Em termos de florestas nativas a área corresponde a 1.008.805 ha, correspondendo a 19,8% do total do Estado.

As áreas em descanso representam 13.826 ha, o equivalente a 20% do total do Estado. Já as áreas produtivas e não utilizadas representam 23.943 ha. Machadinho do Oeste possui maior quantidade em área utilizada com culturas permanentes e temporárias (15.425 ha e 7.802 ha), de florestas nativas (309.449 ha) e áreas produtivas não utilizadas (6.034 ha). Ariquemes de apresentar a segunda maior área do Território com culturas permanentes (13.669 ha) e a maior área utilizada com pastagens plantadas (110.289 ha). Quando

² Estudo Propositivo de Dinamização Econômica do Território Rural Vale do Jamari

comparado os percentuais de uso da terra do Território com o Estado e Santa Catarina observa-se que 2,8% das terras do Território são utilizadas com culturas permanentes, contra 2,9% para o Estado e 1,9% na região Sul. O Cultivo de culturas temporárias em Santa Catarina é de 21,8% e no Território é de 1,3%. A área com pastagem plantada é de 16,8% no Território, 29% no Estado e 8,4% em Santa Catarina. Em termos de florestas nativas o Território apresenta 48,9%, o Estado com 57,3% e Santa Catarina com 20,4%. A percentual de terra destinado à pecuária é visivelmente mais elevado que o percentual de terra destinado ao cultivo de culturas anuais e permanentes. No Território nos últimos anos as taxas de produção de gado de corte e principalmente de leite tem aumentado consideravelmente com isso foram implantados nos Território laticínios de pequeno e médio porte, e isso tem causado impactos na economia rural do Território. O desmatamento também tem aumentado de forma significativa em decorrência dessa prática de uso da terra que vem gradativamente mudando a paisagem não só do Território como também da região.

Analisando o resultado do processo de ocupação e colonização agrícola do Estado de Rondônia, que ocorreu concentrando-se no eixo da BR-364, fica evidente a substituição de áreas de florestas nativas por cultivos agrícolas e gramíneas para a formação de pastagens. Mais acentuado, porém localizados, foram os impactos causados pela exploração mineral a céu aberto. Impactos menores, porém significativos em relação à biodiversidade, foi à exploração florestal seletiva, praticada por madeireiros, envolvendo apenas espécies florestais de maior interesse econômico, provocando o empobrecimento genético e econômico das florestas nativas, que ainda não pode ser mensurado.

Todas estas atividades continuam sendo praticadas no Estado, porém de forma e intensidade distintas das décadas anteriores (70 e 80), em função das limitações dos recursos naturais, do contexto sócio-econômico e da dificuldade de acesso a terra. Destaca-se a atividade de pecuária bovina extensiva, que é a atividade rural predominante no Estado, mas não é a predominante na agricultura familiar do Território. Apesar das áreas desmatadas em Rondônia serem predominantemente ocupadas por pastagens extensivas, bem como o fato que a pecuária bovina vem aumentando significativamente ano a ano, parte das áreas de pastagens plantadas não está sob pastoreio, e são transformadas temporariamente em áreas de pastagens sujas ou capoeiras.

Paralelo à expansão da pecuária bovina no Estado, surgem os problemas das queimadas, que fazem parte do processo tradicional de limpeza das áreas para a formação e

manutenção tanto de pastagens quanto de agricultura. Esse processo de ocupação e as formas de uso das terras rurais de Rondônia, aliados às características climáticas e dos recursos naturais renováveis predominantes, levam a adoção da prática de queimadas pela maioria dos agricultores, como forma de limpeza e preparo da área para implantação de agricultura e pastagens, ou ainda como forma de limpeza de manutenção das pastagens.

A transformação de áreas com florestas nativas em agricultura ou pastagem é uma atividade executada, via de regra, por mão de obra braçal, pois o uso de máquinas pesadas é inviabilizado pelo alto custo da atividade com tais tecnologias.

Desta forma, a prática das queimadas ocorre invariavelmente em todos os desmatamentos e, posteriormente, na prática de limpeza de manutenção dos cultivos.

Acrescido a isso, a maioria dos produtores rurais não acreditam e não têm incentivos suficientes para a adoção de tecnologias mais adequadas, como as práticas agroflorestais e agroecológicas, o manejo florestal, entre outros, que poderiam contribuir com a redução da conversão de florestas nativas e manter a produtividade agrícola e florestal sustentada.

O Território já enfrenta problemas com escassez de água decorrente da má gestão de seus recursos hídricos. O rio Jamari, principal bacia hidrográfica do Território, em alguns pontos encontra-se com suas matas ciliares desmatadas e com sérios problemas de assoreamento, o nível de água e a vazão desse rio diminuiu consideravelmente na última década, o que tem gerado preocupação por parte do poder público com os recursos hídricos do Território. Existem portanto, sérios problemas ambientais que comprometem o ativo ambiental do Território. Faz-se necessário que os diversos segmentos da sociedade, tanto rural como urbana, se sensibilizem diante da rápida degradação ambiental pela qual o Território está passando. Os governantes federais, estaduais e municipais devem fortalecer, tanto com recursos humanos como financeiros, as políticas públicas e programas com ações voltadas para a recuperação do meio ambiente. A comunidade rural necessita passar por um processo emergencial de educação ambiental para que junto às esferas governamentais competentes possam reduzir ou estagnar os problemas ambientais pelos quais passa o Território rural Vale do Jamari.

3.10. ECONOMIA DO TERRITÓRIO

³Os estabelecimentos rurais do Território Vale do Jamari somam 9.942, sendo que em Machadinho do Oeste e Ariquemes estão quase 50% deste total. As atividades econômicas mais praticadas no Território são: lavoura temporária, praticada em 2.109 estabelecimentos, cujas principais culturas produzidas são arroz, feijão, milho, mandioca; lavoura permanente praticada em 3.324 estabelecimentos rurais (produzem café, cacau, cupuaçu, coco da Bahia, guaraná); pecuária bovina, praticada em 2.485 estabelecimentos; produção mista (lavoura branca e pecuária) é praticada em 1.520 estabelecimentos; a produção de horticultura e produtos de viveiro, silvicultura e exploração florestal, pesca e aqüicultura e carvão vegetal são distribuídas em 504 estabelecimentos rurais.

O município de Machadinho do Oeste apresenta a maior quantidade de estabelecimentos produzindo lavouras temporárias e permanentes, produção mista e silvicultura e exploração florestal. Ariquemes apresenta o maior número de estabelecimentos rurais com a atividade de pecuária seguido por Machadinho do Oeste.

No território dos 1.510.016 ha ocupados por diferentes atividades econômicas, 826.047 ha estão ocupados com pecuária bovina, 244.402 ha com lavouras permanentes, 222.996 ha com lavouras temporárias.

Comparando a utilização da área conforme atividade econômica no Território, no Estado e Santa Catarina nota-se que os percentuais de área destinada a lavoura temporária no Território (14,8%) é superior a do Estado (13,6%) e inferior a Santa Catarina (32,8%). A área destinada à atividade de pecuária bovina no Território (54,7%) é inferior a do Estado (60,3%), mas superior a Santa Catarina (32,4). O elevado percentual de área destinada à pecuária indica uma tendência a pecuarização bovina no Território evidenciando a mudanças de cenários da região Norte.

O Território apresenta 44.043 pessoas com algum tipo de ocupação nos

Estabelecimentos rurais, correspondendo a 14,5% do total do Estado, destas 38.537 residem nos estabelecimentos rurais. Cerca 83,5% são responsáveis pela propriedade e possuem familiares não remunerados, 5,2% são empregados permanentes nos

³ Estudo Propositivo de Dinamização Econômica do Território Rural Vale do Jamari

estabelecimentos rurais, 8,4% são de empregados temporários e os outros 2,9% são de parceiros e pessoal com outra condição ocupação nos estabelecimentos rurais.

A condição do produtor nos estabelecimentos rurais do Território Vale do Jamari está distribuído como segue: 96,2% é proprietário dos estabelecimentos sendo superior ao do Estado (85,7%) e Santa Catarina (84,3%). Os arrendatários representam apenas 0,4%, os parceiros e ocupantes representam 1,7% cada.

Fica claro e evidente que os estabelecimentos rurais são ocupados por seus proprietários e que grande maioria mora nos estabelecimentos rurais.

3.10.1. Agropecuária

O salto qualitativo verificado pela agropecuária brasileira ao longo das três últimas décadas do século passado fez da atividade o principal motor das taxas de crescimento econômico observadas no país atualmente. O processo de modernização nas relações da produção agrícola com os setores de apoio, processamento e comercialização levou a agroindustrialização e a colocação do Brasil como um forte concorrente no mercado mundial de “commodities”.

Em 2004, a atividade do setor representou parcela significativa de nosso PIB e foi quem mais empregou trabalhadores. A elevação de renda dos agricultores brasileiros, já constatada em 2002, continua apontando índices positivos neste primeiro lustro do novo século. A previsão para o ano de 2005 é de que o PIB do agronegócio brasileiro, mesmo com a quebra de safra verificada por razões climáticas em alguns estados produtores, alcançará cifras ainda mais elevadas.

Agricultura em Rondônia

O Estado veio a incluir-se neste quadro produtivo exatamente a partir dos anos 70, o que sem dúvida representou um fator de “handicap” para uma unidade federada cuja autonomia administrativa alcança agora os 25 anos. A posição atingida por Rondônia de segundo maior produtor de grãos da Região Norte e a diversificação de sua produção ao longo do período, indicam que o Estado parece firmemente apontado na direção da modernização e da exploração racional de suas vantagens comparativas.

O quadro a seguir apresenta um perfil dos resultados atingidos nos últimos sete anos.

Quadro 2. Principais Produções Agrícola de Rondônia

Produção Agrícola - toneladas

Produtos	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Arroz	136.019	157.085	154.007	128.759	99.732	114.863	186.214
Milho	200.513	218.092	204.146	169.077	153.014	197.168	240.380
Feijão	54.153	58.631	49.751	42.718	35.533	34.191	42.295
Café	96.107	189.203	207.298	255.701	93.624	135.586	101.676
Mandioca	199.233	241.494	247.401	290.920	303.242	400.022	450.839
Cacau	6.896	6.848	17.293	15.780	16.248	17.855	18.592
Banana	64.010	65.640	65.200	56.037	46.443	56.048	56.117
Soja	15.790	16.100	36.222	68.687	83.782	126.396	163.029
Totais	772.721	953.093	981.318	1.027.679	831.618	1.082.129	1.259.142

Fonte: IBGE/GCEA/SEAPES

Em que pesem as quedas verificadas na produção de alguns itens desta lista, como o café e a banana, com estes números Rondônia vem conquistando um espaço importante no cenário agrícola regional e nacional. Na participação regional, em 2004, o Estado ficou com o 1º lugar na produção de café, o 2º na produção de milho, feijão, cacau e soja, o 3º na produção de arroz e o 4º na de mandioca e banana. Em relação ao país, no mesmo ano, Rondônia foi o 3º produtor nacional de cacau, o 6º de café, o 10º de arroz, o 13º de milho e soja, o 14º de feijão, o 17º de mandioca e o 20º produtor de banana.

A seguir, um demonstrativo das principais culturas produzidas no Estado de Rondônia e no Território Vale do Jamary.

Milho

A produção de milho no Estado consumida em grande parte na propriedade, já começa a dar sinais de participação no mercado exportador rondoniense, com sua saída a granel pelo Rio Madeira atendendo aos mercados do Amazonas e do Pará. Os problemas da cultura continuam a ser definidos, em geral, pelo baixo nível tecnológico empregado no cultivo, mas já se permite enxergar a possibilidade de desenvolvimento de culturas mais técnicas na região dos cerrados, ao sul do Estado, permitindo sua mecanização a par do uso de insumos. A área total colhida em 2003/2004 foi de 120.686 ha e a produção atingiu 240.380 toneladas. A distribuição de sementes selecionadas pelo governo, aliada a uma política de crédito rural, permitiu um aumento de área plantada, do número de produtores e de produtividade. Os maiores produtores de milho no Estado com safras acima de 5.000 t em 2004 e que representam 64% do total produzido são apresentados no quadro a seguir, com suas áreas colhidas e produção nas duas últimas safras.

Quadro 3. Produção de Milho – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Vilhena	10.000	12.000	32.000	38.400
Alta Floresta	6.717	7.725	12.091	14.755
Alto Alegre dos Parecis	3.457	4.840	6.223	10.648
Corumbiara	3.000	3.500	6.000	10.500
Colorado do Oeste	3.660	4.000	8.052	9.600
Chupinguaia	2.400	3.000	4.560	9.000
São Felipe	3.093	3.433	7.609	8.445
Jaru	3.228	3.712	5.810	7.795
Santa Luzia	4.940	3.458	9.880	7.608
Machadinho	3.500	4.200	4.200	7.560
Cerejeiras	1.300	2.500	3.900	7.500
Buritis	3.500	4.134	4.900	5.788
Novo Horizonte	2.908	3.053	5.235	5.495
Cacoal	3.300	3.630	4.950	5.445
Cabixi	2.200	2.200	6.600	5.280

Fonte: GEA/SEAPES

Verificamos que os municípios de Machadinho e Buritis, integrantes do Território Vale do Jamary, estão entre os 15 maiores produtores de milho do Estado, sendo responsável pela produção de 13.348 toneladas.

Café

O café ainda é o principal produto agrícola de Rondônia com uma produção anual acima das 100 mil toneladas. A área ocupada, que em 2002 era de pouco mais de 140 mil hectares, chegou a 188.479 ha em 2003, mas se viu reduzida para 171.168 ha no ano seguinte. A cultura do café está sendo muito penalizada por conta dos preços praticados. Houve diminuição do número de produtores de 45.000 para 36.000 da área cultivada e da produtividade que hoje alcança apenas 10,5 sacas beneficiadas por hectare. Do quinto lugar entre os estados brasileiros ocupado até 2002, viu-se deslocado para o 6º lugar em 2004, com uma redução da safra de quase 34 mil toneladas naquele ano. As cultivares mais plantadas em Rondônia são o Kouillou (Conilon), da espécie *Coffea canephora* (Café Robusta) e Catuaí e Mundo Novo, da *Coffea Arábica*. Esta última foi muito utilizada na década de 70 por mostrar-se bem adaptada às regiões mais altas do Estado, com grande rusticidade, vigor e produtividade. A Catuaí, igualmente bastante rústica e produtiva, é preferida por grande parte dos produtores pelo seu porte baixo. Ambas as cultivares apresentam maturação bastante precoce em Rondônia, com início em fevereiro e março, em plena estação chuvosa, o que prejudica as operações de colheita e preparo do produto.

Quadro 4. Produção de Café – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
São Miguel do Guaporé	13.484	13.484	8.899	10.518
Cacoal	17.630	17.630	12.693	8.462
Alto Paraíso	10.000	8.239	7.200	5.932
Machadinho do Oeste	10.000	9.500	7.200	5.700
Alta Floresta	7.084	7.286	5.100	5.246
Nova Brasilândia	7.835	7.925	7.052	4.280
Vale do Paraíso	5.556	5.556	5.000	4.000
Ariquemes	5.000	5.094	3.000	3.668
Novo Horizonte	6.282	5.874	4.523	3.524
Ministro Andreazza	7.297	6.385	5.692	3.448
Alto Alegre dos Parecis	4.800	4.320	3.744	3.370
Alvorada do Oeste	4.937	4.591	3.554	3.306
Seringueiras	6.162	4.930	5.546	3.106

Fonte: GEA/SEAPES

Verificamos que os municípios de Machadinho do Oeste, Alto Paraíso e Ariquemes, integrantes do Território Vale do Jamary, estão entre os 15 maiores produtores de café do Estado, sendo responsável pela produção de 15.300 toneladas na safra 2003/2004. O município de Alto Paraíso é o maior produtor de Café do Território Vale do Jamary.

Cacau

Apesar das adversidades havidas durante os anos 90; o início do novo século também assinalou um renascimento na atividade cacauceira de Rondônia, que praticamente triplicou seus resultados médios obtidos nos últimos anos da década. Retomadas as atividades pela CEPLAC no Estado, de posse de significativo material de pesquisa disponível e, em particular, dos resultados alcançados na convivência com a “vassoura de bruxa”, a produção local voltou a crescer e a interessar a novos pequenos produtores, com mão-de-obra familiar, recolocando a cacauicultura no seu antigo patamar na agricultura de Rondônia. Os índices de produtividade desta lavoura ainda não atingiram patamares ideais, mas a atividade parece estar se consolidando de forma definitiva, com pequena expansão da área plantada e algum acréscimo de produtividade, o que pode representar boas perspectivas para o futuro. A área total plantada no ano agrícola 2003/2004 foi de 29.000ha, com produção de 18.590t. O quadro abaixo apresenta os municípios principais produtores de cacau no Estado entre aqueles que ficaram acima das 300 toneladas em 2004, que representam 89% do total produzido naquele ano, com suas áreas colhidas e produção anual nas duas últimas safras.

Quadro 5. Produção de Cacau – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Ariquemes	7.468	7.500	4.756	4.778
Jaru	6.790	6.850	4.439	4.453
Cacaulândia	3.485	3.685	2.264	2.451
Ouro Preto	1.615	1.645	1.103	1.125
Buritis	1.250	1.550	765	963
Campo Novo de Rondônia	972	1.172	610	744
Theobroma	685	750	426	465
Cacoal	582	595	360	380
Mirante da Serra	524	530	320	327
Ji-Paraná	512	527	314	325
Governador Jorge Teixeira	478	485	297	304
Machadinho	486	500	286	300

Fonte: GEA/SEAPES

Verificamos que os municípios de Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia e Machadinho, integrantes do Território Vale do Jamary, estão entre os 15 maiores produtores de Cacau do Estado. Sendo que o município de Ariquemes é o maior produtor de Cacau do Estado de Rondônia. A produção de Cacau do Território vale do Jamary, na safra 2003/2004 representou 49,7% da produção total do Estado.

Arroz

O arroz teve o papel de cultura pioneira no Estado durante as primeiras décadas dos Projetos de Colonização do INCRA, por representar a cultura de subsistência prioritária. Hoje, contudo, é uma cultura que apresenta vários sistemas de produção, da cultura pioneira às terras recém-desmatadas e queimadas até o cultivo no cerrado, com alto uso de insumos.

Também na Capital, Porto Velho, surgiram algumas iniciativas de culturas mecanizadas que por problemas de falta de apoio e de capacidade empresarial dos produtores tiveram seus resultados comprometidos. A exemplo do milho, por conta da distribuição de sementes, a cultura do arroz teve um aumento de área, de rendimento e número de produtores.

O único problema do cultivo é a ocorrência da doença chamada “bruzoni” que se manifesta em plantios muito adensados, em solos com grande presença de matéria orgânica.

Ainda não se resolveu o problema da produção de sementes básicas e fiscalizadas.

A cultura cobriu em 2004 uma área de 83.047 ha, e atingiu uma produção total de 186.214 toneladas. O quadro a seguir apresenta os municípios do Estado com produção de arroz

superior a 3.000 t em 2004, responsáveis por 70% da produção total com suas respectivas áreas colhidas e produção anual nas duas últimas safras.

Verificamos que os municípios de Machadinho do Oeste e Alto Paraíso estão entre os 15 maiores produtores de arroz do Estado. Sendo o município de Machadinho do Oeste o segundo maior produtor de arroz do Estado de Rondônia.

Quadro 6. Produção de Arroz – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Vilhena	4.000	12.000	12.000	39.600
Machadinho do Oeste	4.865	6.567	6.811	14.776
Cabixi	1.836	4.000	5.508	13.200
Cerejeiras	2.800	3.360	8.400	12.096
São Francisco	2.500	3.450	4.000	8.280
Corumbiara	1.890	2.500	5.670	7.500
São Felipe	1.911	2.191	5.160	5.916
Castanheiras	1.400	2.150	2.520	5.289
Colorado do Oeste	1.100	1.600	2.640	3.840
Novo Horizonte	2.617	2.486	3.926	3.729
Pimenteiras	900	1.180	2.700	3.540
Theobroma	1.583	1.820	2.849	3.276
Santa Luzia	1.870	1.590	3.366	3.148
Alto Paraíso	1.760	2.070	2.640	3.105
Alvorada do Oeste	2.100	2.310	2.730	3.003

Fonte: GEA/SEAPES

Feijão

O feijão também representa uma garantia de sobrevivência para o produtor, razão pela qual demonstrou um largo crescimento nos primeiros anos de colonização. É plantado de março a maio e colhido no período seco, sendo cultivado na maioria das regiões do Estado. As áreas trabalhadas são, via de regra, aquelas onde foram cultivados o milho e o arroz. Trata-se portanto de uma segunda cultura.

Seu principal problema é a ocorrência da chamada “mela”, causada por um fungo presente no solo nas regiões tropicais úmidas e que compromete seriamente sua produção. Assim sendo, só se pode cultivar o feijão das secas o que, na dependência da época de plantio e do regime de águas pode levar ou a uma boa produção ou à perda total da colheita, seja pela ocorrência da “mela”, seja pela insuficiência de chuvas. Apesar disto, Rondônia apresenta uma produção capaz de abastecer seu mercado interno e produzir excedentes exportáveis. A “mela” pode ser controlada por fungicida, mas onera muito o custo de produção. A distribuição de sementes selecionadas é uma das responsáveis pelo aumento da área plantada, de número de produtores e de produtividade.

Mesmo face às dificuldades locais, a cultura é geradora de riquezas e pode responder

facilmente aos estímulos. Um adequado sistema de produção, armazenamento e distribuição de sementes melhoradas pode ser fundamental para o aumento da produção e produtividade desta cultura.

O feijão foi colhido em 62.190 ha em 2004 e atingiu uma produção total de 42.295 toneladas o Estado. No próximo quadro se listam os maiores produtores de feijão de Rondônia, em produção anual em 2004 acima das 600 toneladas, o que corresponde a 78% da produção total, com suas respectivas áreas colhidas e produção anual.

Quadro 7. Produção de Feijão – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Alta Floresta	10.158	11.174	5.485	10.850
Alto Alegre dos Parecis	6.505	7.025	4.391	8.430
Santa Luzia	4.021	3.418	3.619	2.871
Novo Horizonte	3.006	2.912	2.164	1.747
Mirante da Serra	2.328	2.794	1.397	1.667
São Felipe	1.830	2.071	1.208	1.367
Presidente Médici	2.075	2.075	1.245	1.245
Cacoal	2.310	2.541	1.386	1.067
Alvorada do Oeste	2.127	1.595	1.276	957
Machadinho do Oeste	1.333	1.583	667	792
Rolim de Moura	1.146	1.260	668	756
São Francisco do Guaporé	823	1.105	494	663
Urupá	1.284	1.477	770	620

Fonte: GEA/SEAPES

Verificamos que o municípios de Machadinho do Oeste, integrantes do Território Vale do Jamary, está entre os 15 maiores produtores de Feijão do Estado.

Mandioca

Ainda que seja uma cultura de grande importância social para o pequeno produtor, mandioca pouco representa na composição de renda da maioria dos que a cultivam. São exceções aqueles produtores que dispõem de pequenas casas de farinha e que chegam sobreviver desta atividade. O maior problema deste cultivo são os preços, inibindo a expansão da cultura mesmo que a produtividade no Estado esteja acima da média nacional, 7t/ha. Os principais pontos de estrangulamento se situam tanto em nível da lavoura quanto da industrialização, afetando de maneira diferente os dois segmentos: produtores que vendem o produto para as indústrias e microindústrias que o transformam sem condições e competição.

Há propostas técnicas de modificações nas farinhas rudimentares utilizadas que poderão aumentar o rendimento da mão-de-obra, assim como a introdução de melhores cultivares poderá facilitar a industrialização de maior porte e trazer um aumento da produtividade.

É injustificável o volume de importação de farinha ainda hoje existente, diante do enorme potencial de produção do Estado e de todas as condições da industrialização do roduto em nível local. O cultivo de mandioca não tem limitação de praga e doença.

O plantio da mandioca em Rondônia ocupou uma área total de 26.848 ha em 2.003/2.004, produziu 450.839 toneladas. O quadro seguinte relaciona os municípios maiores produtores, com mais de 7.000 toneladas anuais em 2004 e que representam 71% do total produzido em Rondônia, com suas áreas colhidas e produção anual nas duas últimas safras.

Quadro 8. Produção de Mandioca – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Porto Velho	6.000	6.900	108.000	124.200
Machadinho	2.624	3.148	36.736	56.664
Buritis	1.325	1.325	26.500	26.500
Guajará-Mirim	700	900	9.800	12.600
Pimenta Bueno	659	758	10.544	12.128
Candeias do Jamari	700	1.000	8.400	12.000
Cacoal	580	638	10.440	11.484
Cabixi	640	640	10.240	10.240
Presidente Médici	695	500	13.900	10.000
Theobroma	530	609	7.420	8.526
Ouro Preto	444	450	7.992	8.100
São Miguel do Guaporé	396	396	7.920	7.920
Nova Mamoré	395	490	5.925	7.840
Jaru	850	480	13.600	7.680
Alto Paraíso	300	500	4.500	7.500

Fonte: GEA/SEAPES

Hortaliças

O cultivo de espécies hortícolas é mais intenso nas cidades do interior do Estado e apresenta como maior dificuldade o elevado índice pluviométrico da região combinado com alta umidade relativa em particular, no período outubro/abril. As cultivares de maior exigência climática apresentam limitações de desenvolvimento sendo que alguns produtos, dos mais consumidos, são totalmente importados como a cebola, a batata, a cenoura e o alho. Produtos de menor consumo como berinjela, couve-flor, beterraba, entre outros também são totalmente importados. O tomate e o repolho apesar de alguma produção local, também apresentam grande volume de importação. As grandes distâncias dos centros produtores, bem como as condições de transporte comprometem a qualidade dos produtos e oneram seu preço ao consumidor. As hortaliças folhosas como couve, alface, agrião, espinafre são produzidas satisfatoriamente no período seco e sofrem alguma restrição na época das chuvas.

As experiências levadas a efeito em Vilhena com a “plasticultura” que chegaram a demonstrar alguns bons resultados, não se mantiveram por falta de subsídios da prefeitura.

Verificam-se algumas iniciativas na prática da hidroponia nos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Porto Velho, mas exclusivamente para a produção de alface.

As hortaliças mais exploradas no Estado têm sido: abóbora, alface, cheiro verde, chuchu, pepino, pimentão, couve, rúcula, agrião, chicória e almeirão. Os municípios de produção mais expressiva são: Vilhena, Colorado do Oeste, Porto Velho, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ariquemes e Alvorada do Oeste. Mesmo essas hortaliças não abastecem totalmente o mercado do Estado necessitando portanto, de produtos externos. Não se dispõe de dados de produção nos últimos anos.

Fruticultura

A fruticultura vem se desenvolvendo em Rondônia num ritmo bastante satisfatório, especialmente em relação às frutas nativas e típicas, bastante aceitas regionalmente e cujo maior conhecimento em outras regiões do país, especialmente através de sucos e sorvetes, tem aberto o campo de interesse para os produtores locais. A instalação de despoldadeiras, tanto em nível das propriedades quanto de indústrias de beneficiamento veio dar um forte impulso na atividade frutícola.

Citros

Experiências em diversas partes do Estado já comprovaram o alto potencial para a produção citrícola, porém esta ainda predomina nos pequenos pomares sem importância na geração de renda para o produtor. A atividade sofre alguns problemas típicos como a “gomose” e as viroses de modo geral que estão presentes no Estado, mas um adequado programa de apoio à instalação de pomares comerciais pode levar Rondônia à auto-suficiência na oferta de frutas cítricas.

A maior parte da produção está concentrada na região central do Estado, particularmente em Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste e Ariquemes. O Estado não possui estatísticas atualizadas sobre o cultivo de citros que vem crescendo bastante com a implantação de pequenas e médias indústrias de polpa, mas os dados da EMATER da safra 2001/2002 indicavam uma área colhida de 1.008 hectares nos oito municípios maiores produtores, com uma produção total de 7.413 toneladas.

Banana

A bananeira é a espécie frutífera mais plantada em Rondônia por ter sido introduzida em larga escala nos plantios de cacau, como sombreamento. Com isto foi criada uma grande oferta que levou a abertura de um importante mercado interno. Há 20 anos existia uma área plantada de 35.000 ha, hoje apenas próximo de 7.000 ha, quase toda como sombreamento do cacau. A produtividade que era de 15 t/ha caiu para 8 t/ha. O cultivo da bananeira tem experimentado portanto uma redução de área, de produtividade e de número de produtores. De exportador o Estado passou a importador de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e de São Paulo. O declínio da produção e da produtividade se deu em função de sérios problemas fitossanitários em razão das presenças do Mal-de-Panamá e das Sigatokas Negra e Amarela.

Estão em observação variedades mais resistentes a pragas e doenças: Prata, Roxa, Terra, Caipira e as FHIA 01, 18 e 21. Algumas dessas variedades, pela recente introdução no Estado, necessitam ainda de estudo quanto a sua aceitação pelo mercado consumidor (palatabilidade).

No ano agrícola 2003/2004 a área cultivada foi de 6.851 ha com produção de 56.117 toneladas. O quadro a seguir perfila os municípios maiores produtores de banana em Rondônia, dentre aqueles cuja produção foi superior a 1.000 toneladas e que somam 71% do total da produção. Estão listados segundo suas áreas colhidas e produção anual, durante as duas últimas safras.

Quadro 9. Produção de Banana – Principais Produtores

Município	Área Colhida - ha		Produção Anual - t	
	2002/2003	2003/2004	2002/2003	2003/2004
Buritis	500	700	4.000	5.600
Cacoal	372	428	3.448	3.972
Porto Velho	400	420	3.400	3.570
Machadinho do Oeste	499	499	3.472	3.473
Ouro Preto	347	315	3.220	2.923
Cacaulândia	913	402	6.354	2.798
Alta Floresta	264	265	2.143	2.152
Ministro Andreazza	182	185	1.690	1.717
Jaru	187	180	1.735	1.670
Governador Jorge Teixeira	170	168	1.578	1.559
Alto Paraíso	200	190	1.440	1.368
Guajará-Mirim	70	170	560	1.360
Nova Mamoré	135	140	1.253	1.299
Presidente Médici	132	125	1.225	1.160
Nova Brasilândia	121	122	1.124	1.132
Santa Luzia	119	120	1.105	1.114
Urupá	115	117	1.067	1.086
Monte Negro	107	150	745	1.044
Cujubim	120	125	974	1.015

Fonte: GEA/SEAPES

O Território Vale do Jamary, na safra 2003/2004 foi responsável pela produção de 15.298 toneladas, o que corresponde 28% da produção total do Estado de Rondônia.

Análise dos Dados

Os dados até agora obtidos do ano agrícola 2004/2005 apontam um aumento significativo da área plantada de soja e arroz, da ordem de 20,75% e 12,49% respectivamente, e pequenas variações de áreas da ordem de 3% no cultivo do milho e do feijão. A cultura do café apresenta crescimento negativo de área plantada na ordem de 2%, porém com dados de produção positivos de 1,78%. As culturas da mandioca e da banana apresentam crescimento de área e de produção da ordem de 6% e 3%, respectivamente.

Apesar de a soja ser uma das principais culturas produzidas no Estado do Rondônia, o Território Vale do Jamary não tem tradição no cultivo desta cultura. As culturas de café e cacau são as mais cultivadas no Território.

O cultivo de Arroz não supre a demanda interna do Território, fazendo necessário a importação do produto de outros municípios, e até mesmo de outros Estados.

Pecuária: Carne, Couro, Leite e Derivados

O desenvolvimento desta atividade se deu quase que simultaneamente com a abertura da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), mediante o estímulo à formação de pastagem cultivada.

Naquela época, em razão da carência de espécies forrageiras adaptadas à região, a criação se caracterizava pela baixa capacidade de suporte das pastagens. O deslocamento e fixação da pecuária na parte Sul do Estado se processou a partir de 1980, tendo como um dos principais pontos de partida os sistemas de criação em estabelecimentos de médio porte localizados originalmente em áreas do município de Pimenta Bueno, incluindo partes da Gleba Corumbiara e de Espigão do Oeste. Esta região é considerada como o embrião dos empreendimentos pecuários de médio porte no Estado, uma vez que os lotes licitados pelo INCRA foram fixados em 2.000 hectares, que configurava então o tamanho ideal de lote por unidade familiar para o desenvolvimento da bovinocultura.

A pecuária é a atividade do setor primário que mais se expandiu nos últimos anos em Rondônia, especialmente a bovina; hoje satisfazendo plenamente o consumo interno e oferecendo excedentes exportáveis. A pecuária de corte, aliás, evoluiu mais rapidamente do que as outras, junto com a expansão das áreas de pastagem. Já a pecuária de leite se

desenvolveu mais nas pequenas e médias propriedades, como fator de agregação de renda aos agricultores tradicionais. Atualmente próximo de 70% do rebanho bovino do Estado encontra-se na pequena propriedade: áreas até 100 hectares.

A criação e estruturação da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, estabelecendo parcerias com o setor privado através do Fundo Emergencial de Febre Aftosa – FEFA veio não só contornar as deficiências orçamentárias do setor público para enfrentar o problema da aftosa como a controlar a doença e reclassificar o Estado como “Área Livre com Vacinação”, de forma reconhecida e oficialmente declarada pela Organização Internacional de Epizootias – OIE, liberando Rondônia para a comercialização de carne bovina e animais em pé para todas as regiões do país e para o mercado internacional. Apesar deste sucesso, a pecuária no Estado ainda se ressentia de deficiências na implementação das vacinas contra outras doenças, como por exemplo a brucelose.

O rebanho bovino rondoniense ultrapassou em 2004 a cifra de 10,5 milhões de cabeças, dos quais 70% de animais de corte e 30% de animais de leite e de dupla aptidão. O quadro a seguir relaciona os municípios de maior expressão na pecuária bovina no Estado, aqueles com mais de 200 mil cabeças que perfazem 63% do rebanho total, com sua posição no “ranking” estadual e sua evolução nos últimos três anos.

Entre os vinte maiores produtores do rebanho bovino, consta o município de Ariquemes, sede do Território Vale do Jamary, como o terceiro maior produtor do Estado. Outros municípios do Território que se destacam: Cacaupora, Buritis e Monte Negro, conforme tabela abaixo.

Quadro 10. Evolução do Rebanho Bovino – Principais Produtores

Município	Cabeças de gado			Ranking
	2002	2003	2004	
Ji-Paraná	445.050	473.245	504.120	1º
Jaru	466.300	458.981	488.626	2º
Ariquemes	383.335	418.289	442.907	3º
Cacoal	363.657	408.234	438.843	4º
Porto Velho	338.357	400.092	427.102	5º
Chupinguaia	319.307	333.746	388.561	6º
Alta Floresta	307.362	333.064	356.739	7º
Espigão do Oeste	306.830	315.289	351.700	8º
Ouro Preto	295.665	304.501	327.418	9º
Corumbiara	276.328	283.556	317.290	10º
Presidente Médici	255.433	274.581	288.946	11º
Pimenta Bueno	240.281	262.371	281.207	12º
Rolim de Moura	204.599	232.344	267.271	13º
Colorado do Oeste	200.277	227.135	258.983	14º
Alvorada do Oeste	195.151	219.190	237.809	15º
Theobroma	184.428	212.596	236.953	16º
Cacaulândia	179.259	212.196	233.603	17º
Buritis	176.581	210.493	231.191	18º
Santa Luzia	159.683	209.341	227.056	19º
Monte Negro	148.610	172.021	216.651	20º
Nova Brasilândia	148.214	171.247	201.245	21º

Fonte: GEA/SEAPES

Produção de Leite

A produção de leite em Rondônia vem apresentando elevadas taxas de crescimento desde a década final do século passado quando apresentou um índice de 10,35% ao ano contra 3,19% da taxa brasileira, embora atinja níveis significativos, a média de produção por produtor é baixa. O elevado número de produtores, porém, gera volumes suficientes para atender o consumo interno e excedentes exportáveis, especialmente de queijo cuja oferta no mercado nacional vem crescendo ano a ano. Atualmente o recebimento de leite nas plataformas dos laticínios já atingiu a cifra de 1,5 milhão de litros diário. O parque industrial do segmento totaliza 57 fábricas de laticínios com inspeção, 7 usinas de beneficiamento de leite e 3 postos de refrigeração. A quantidade de fábricas de laticínios sem inspeção é de 15 unidades. Estão em fase de projetos duas usinas de leite em pó e foi instalada uma de leite condensado em Rolim de Moura. O total de leite produzido em 2003 foi de 505 milhões de litros e em 2004, 533 milhões. A produção de queijo em 2004 foi de 375t.

Com exceção de dois municípios, Castanheiras e Candeias do Jamari, todos os demais dispõem de laticínios com Serviço de Inspeção. O quadro abaixo lista os principais produtores, aqueles que entregaram acima de 12 milhões de litros em 2004 e que representam 76% do total recebido pelos estabelecimentos industriais de Rondônia, com

sua produção SIF e SIE, em 2003 e 2004.

Produção de Leite – Principais Produtores – litros

Quadro 11. Produção de Leite – Principais Produtores - litros

Município	2003			2004		
	SIF	SIE	Total	SIF	SIE	Total
Ouro Preto	66.138.593	1.228.580	67.367.173	67.944.163	-	67.944.163
Jaru	73.317.532	572.730	73.890.262	64.415.949	-	64.415.949
Ji-Paraná	40.312.759	102.940	40.415.699	40.549.786	-	40.549.786
Presidente Médici	29.322.501	-	29.322.501	31.902.188	-	31.902.188
Espigão do Oeste	25.214.175	-	25.214.175	24.727.482	-	24.727.482
Mirante da Serra	12.750.213	-	12.750.213	17.532.947	-	17.532.947
Colorado do Oeste	15.200.094	-	15.200.094	17.481.587	-	17.481.587
Urupá	18.091.357	-	18.091.357	16.909.062	-	16.909.062
Cerejeiras	16.057.892	-	16.057.892	15.577.822	-	15.577.822

Município	2003			2004		
	SIF	SIE	Total	SIF	SIE	Total
Pimenta Bueno	13.041.729	-	13.041.729	15.169.510	-	15.169.510
Gov. Jorge Teixeira	13.726.739	-	13.726.739	14.840.188	-	14.840.188
Ariquemes	11.765.824	-	11.765.824	14.192.534	-	14.192.534
Buritis	10.105.164	-	10.105.164	13.673.700	-	13.673.700
Rolim de Moura	12.661.378	-	12.661.378	13.385.818	-	13.385.818
Cacoal	12.266.326	-	12.266.326	12.928.790	-	12.928.790
Nova União	12.392.849	-	12.392.849	12.405.351	-	12.405.351
Teixeirópolis	11.626.674	371.090	11.997.764	12.267.957	-	12.267.957

Fonte: GEA/SEAPES

Avicultura

A produção avícola do Estado apresentou um total de aproximadamente 4,5 milhões de cabeças ao final de 2004. A região de Pimenta Bueno detém quase a metade desta cifra, com 2.064.808 cabeças, das quais 1.431.270 se encontram no município de

Espigão do Oeste, onde se instalou a criação pioneira em Rondônia e o maior abatedouro do Estado. A produção de carne de frango ainda é insuficiente para atender a demanda interna, o que obriga a importação, especialmente do Mato Grosso. As principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade em Rondônia são: a grande oferta de carne bovina, a entrada do produto advindo de outros estados a preços altamente competitivos e a dependência da ração adquirida fora do Estado. Ainda assim é a atividade ligada ao complexo da carne que mais tem crescido nos últimos anos. A avicultura totalizou no Estado 4,42 milhões de cabeças em 2004.

No quadro seguinte se relacionam os municípios detentores dos maiores números de

cabeças de aves do Estado, aqueles com mais de 40.000 e que somam 70% da produção total, com o número de animais e de propriedades produtoras, verificados no ano de 2004.

Quadro 12. Rebanho Avícola – Principais Produtores

Município	Nº de propriedades	Nº de cabeças
Espigão do Oeste	1.635	1.431.270
Pimenta Bueno	736	239.249
Cacoal	2.555	192.143
Buritis	1.989	103.960
Alta Floresta	2.558	92.633
Porto Velho	1.320	90.238
Ariquemes	1.401	83.619
Urupá	1.477	82.052
Nova Brasilândia	1.741	75.294

Piscicultura

A piscicultura racional foi introduzida recentemente no Estado e vem se desenvolvendo com rapidez. Tem havido aporte de investimentos em todas as fases de produção e introduzidas técnicas que têm levado os produtores rurais a se entusiasmarem pela criação de peixes ou pelo simples povoamento de seus reservatórios. A produção de alevinos já conta com estações de piscicultura nos municípios de Porto Velho, Pimenta Bueno, Ariquemes, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto e Vilhena capazes de fornecer acima de 10 milhões de alevinos por ano. A atividade já permite a produção de mais de 12 toneladas/dia das espécies mais freqüentes no Estado que são o tambaqui, o tambacu, o pacu, o curimatá e a carpa.

Dentre as principais razões da tendência de crescimento da piscicultura podem-se relacionar: o mercado estadual é importador de peixe e os preços praticados nesse mercado permitem elevada margem de lucro ao produtor.

Um dos obstáculos ao crescimento do setor tem sido o alto custo das rações e a questão da qualidade do peixe em cativeiro quando obtido de produtores ainda não estruturados, que apresenta elevados índices de gordura por ser muitas vezes alimentado apenas com mandioca e/ou milho o que denigre a qualidade do produto.

O consumo per capita no Estado está situado na faixa dos 9 kg/ano por habitante, o que dimensiona uma demanda global de 13.770 toneladas/ano. Esta é abastecida pela pesca artesanal e pela importação de regiões próximas, especialmente do Amazonas, mas a produção em cativeiro que atendia apenas 3% da procura em 2003, já começa a penetrar no mercado com alguma presença e demonstra a expansão da atividade.

3.11 – O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO DE RONDÔNIA

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo) teve sua origem a partir da identificação dos problemas advindos do intenso processo de migração pelo qual passou o Estado, sobretudo na década de 80. O Projeto teve seu contrato de empréstimo assinado em 19 de setembro de 1992 entre o Banco Mundial e o Governo Federal, para execução pelo Estado de Rondônia e pelo Ministério da Integração Nacional. O principal objetivo do Planaflo consistiu na implementação de ações que propiciassem o aproveitamento racional dos recursos naturais, de forma a favorecer o desenvolvimento sustentável de Rondônia.

Politicamente, o PLANAFLO atendia a necessidade do Governo do Estado de substituir o POLONOROESTE, quando se encontrava em fase de conclusão, ao tempo que surgia como alternativa capaz de assegurar os recursos indispensáveis à viabilização de programas essenciais à consolidação de atividades produtivas, sociais e ambientais de Rondônia.

Do ponto de vista econômico, o PLANAFLO foi uma ousada proposta de captação de recursos financeiros do Banco Mundial para viabilizar o desenvolvimento do Estado. Socialmente foi uma proposta pioneira ao ensejar a participação da sociedade civil nos processos de diagnóstico, análise e proposição de soluções.

Tecnicamente foi uma proposta inovadora ao viabilizar o Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE que, em síntese, é um instrumento técnico e político de planejamento, segundo critérios de sustentabilidade, de absorção de conflitos, e de temporalidade, o atualizado, capaz de agilizar a passagem para um novo padrão de desenvolvimento. O ZSEE, portanto, não é um fim em si, nem mera divisão física e tampouco visa criar zonas homogêneas e estáticas cristalizadas em mapas. O PLANAFLO elaborado nesta perspectiva trouxe em seu conjunto de componentes, atividades que visaram promover a implantação de modelos de desfrute dos recursos naturais, numa visão de longo prazo e de sustentabilidade, tanto econômica quanto ambiental. Visando racionalizar a ocupação do espaço rural do território de Rondônia de forma a promover o desenvolvimento econômico evitando desequilíbrios ecológicos, preservando os ecossistemas frágeis e/ou representativos da biodiversidade, o Zoneamento Socioeconômico-

Ecológico (ZSEE) foi implantado no Estado em meados da década de 1980, como uma estratégia para reverter os problemas sociais e ambientais causados pela expansão

desordenada da fronteira agrícola.

A elaboração do ZSEE do Estado em sua primeira aproximação ocorreu entre 1986 e 1988. As zonas conceituadas como áreas com características homogêneas foram estabelecidas em função dos seus meios físico e biótico, correlacionados aos aspectos socioeconômicos decorrentes da ação antrópica, tendo sido definidas seis zonas: a zona 1 – foi indicada para intensificação da exploração agropecuária, destinada ao desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e agroflorestais; a zona 2 – recomendada para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e consórcios agroflorestais, priorizando-se os pequenos produtores organizados em comunidades; a zona 3 – definida como a zona ribeirinha, sendo recomendado o aproveitamento de várzeas e terras firmes marginais aos rios, principalmente o Mamoré, o Madeira e o Machado para atividades agroflorestais e pesqueiras; a zona 4 – destinada ao extrativismo vegetal e de essências florestais, como castanhas, gomas, óleos, frutos e raízes mediante manejo dos recursos naturais; a zona 5 – destinada ao extrativismo madeireiro, também com manejo adequado dos recursos florestais; a zona 6 – definida como zona de ecossistemas frágeis ou muito frágeis destinadas à preservação e/ou conservação, incluindo as Unidades de Conservação já existentes e as Terras Indígenas legalizadas.

Instituído por decreto em 1988, transformou-se posteriormente na Lei Complementar nº

52, de 20 de dezembro de 1991, tendo vigorado até junho de 2000. Ao longo desse período algumas modificações ocorreram através de Leis Complementares, mas não houve mudanças de zonas, apenas redefinições de usos em algumas áreas que apresentavam conflitos quanto ao zoneamento.

Entre 1996 e 1998 foram realizados estudos para subsidiar a elaboração da Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado que foi concluída em 1999 e instituída pela Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000.

O objetivo dessa segunda aproximação foi detalhar o conhecimento sobre os meios físico, biológico e socioeconômico. A primeira aproximação foi realizada utilizando-se escala de trabalho e de representação de 1:1.000.000. Na segunda utilizou-se escala de trabalho de 1:250.000 e de representação de 1:100.000, portanto com maior nível de detalhes.

O resultado foi a definição de três zonas para todo o Estado, sendo a primeira dividida em quatro subzonas, a segunda em duas e a terceira em três. Esta divisão teve como base os critérios a seguir:

A Zona 1 – é definida como ocupação da terra para diferentes usos principalmente agropecuários, com graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam quatro subzonas que somam 50,45% da área territorial do Estado. A subzona 1.1 – é composta por áreas com alto nível de ocupação humana e alto potencial natural (solos com boa aptidão agrícola e com baixa suscetibilidade à erosão), onde o uso da floresta natural já não pode ser feito, dado o elevado nível de antropismo. Essa Sub-Zona foi destinada a consolidação de atividades socioeconômicas onde recomenda-se a manutenção ou recuperação de no mínimo 20% da cobertura florestal de cada propriedade. Ela abrange 25,75% da área total do Estado.

A subzona 1.2 – se define quando existe médio nível de ocupação humana (potencial social), todavia em processo acelerado de ocupação agropecuária, com conversão da floresta, mas ainda predominando a cobertura florestal natural, onde a aptidão agrícola preponderante é regular e a vulnerabilidade natural à erosão é predominantemente baixa a média. Recomendou-se a regularização fundiária, mas com controle da exploração florestal e do desmatamento. A subzona 1.2 soma 12,86% da área do Estado e a preservação recomendada é de 40%.

A Sub-Zona 1.3 – é formada por áreas onde predominam a cobertura vegetal natural, cujo processo de ocupação agropecuária é incipiente, com expressivo potencial florestal, com aptidão agrícola predominantemente restrita e médio nível de suscetibilidade à erosão. Foi recomendado que as atividades agropecuárias existentes possam ser mantidas, mas sua expansão não deve ser estimulada. Essa subzona ocupa 6,22% da área do Estado e recomenda-se a preservação de 70%.

A Sub-Zona 1.4 – é composta por áreas com estrutura fundiária definida, mas com restrições naturais ao desenvolvimento de atividades que impliquem na conversão da cobertura vegetal e apresentam alta suscetibilidade natural à erosão. Foram indicadas para recuperação. Nas áreas já desmatadas recomendou-se a implantação de sistemas de exploração que garantam o controle da erosão tais como reflorestamento, consórcios agro-florestais e culturas permanentes, de um modo geral. Ela cobre 5,62% da área estadual onde se recomenda a preservação de 80% prevendo-se em todos os casos, a recuperação da cobertura vegetal onde o percentual tiver sido ultrapassado.

A Zona 2 – se compõe de áreas destinadas a conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável e soma 14,6% do total do Estado. Isto já define que estas

áreas só podem ser utilizadas sob regras específicas previstas na própria Lei, de acordo com cada uma de suas Sub-Zonas. A Sub-Zona 2.1 equivale a 10,75% da área total do Estado e apresenta ou não potencialidade natural para a exploração madeireira, com baixo ou médio custo de preservação, sendo que algumas destas áreas têm alto potencial para o ecoturismo e atividades pesqueiras. As atividades antrópicas ali existentes poderão ser mantidas porém vedadas a sua expansão e fomentadas aquelas de manejo florestal, extrativismo

não madeireiro, ecoturismo e pesca. A Sub-Zona 2.2 é composta por áreas de pouca expressão e abrange apenas 3,85% do território do Estado. Segundo o próprio texto da Lei “apresenta baixos custos de oportunidade de preservação de florestas, facilitando a conservação das terras florestais em seu estado natural”. A zona 3 – é formada pelas áreas institucionais que são as Unidades de Conservação e Terras Indígenas já existentes. A subzona 3.1 é constituída por Unidades de Conservação de uso sustentável, a subzona 3.2 por unidades de proteção integral e a 3.3 por Terras Indígenas.

O Estado detém 51 unidades de Conservação de uso direto e indireto das diversas categorias, sendo: 24 Reservas Extrativistas, 06 Parques, 04 Reservas Biológicas, 04 Estações Ecológicas, 11 Florestas Estaduais e 2 Florestas Nacionais; além de 21 Áreas Indígenas, refazendo 35% da área total de Rondônia. Estas áreas se constituem na Zona 3 do ZSEE, como áreas institucionais previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios, todas devidamente demarcadas. Rondônia certamente é o único Estado brasileiro a ter todas as suas Unidades de Conservação e Terras Indígenas demarcadas, além da condição privilegiada e contar com unidades de todas as categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Em resumo: a Zona 3 do ZSEE composta de áreas institucionais cobre 35% da área total do estado; a Zona 2, de áreas de preservação e manejo sustentado, cobre mais 15%. Assim, contando só com estas duas Zonas, Rondônia já preservaria 50% de sua cobertura natural. Mas o ZSEE ainda prevê que da Zona 1 sejam explorados no máximo 60%, em todas suas Sub-Zonas, restando portanto 40% preservados: com isto o Estado atinge 70% de cobertura natural no seu conjunto. É relevante destacar que na Sub-Zona 1.1 estão inseridos 42 municípios do total de 52 do estado e mais de 80% de toda infraestrutura urbana e rural; responde também, por mais de 80% da produção agropecuária e por 70% da área desmatada. De sua vez, é na Sub- Zona 1.2 onde estão inseridos a quase

totalidade dos demais municípios, da infraestrutura, da produção agropecuária e das áreas desmatadas.

O quadro a seguir elucida as considerações efetuadas.

Quadro 13. Síntese do Zoneamento Ecológico de Rondônia

Zonas	Área - ha	% Estado	% Reserva	Área Preservação Estado		Área Exploração Estado	
				ha	%	ha	%
1.1	6.141.734,87	25,75	20	1.228.346,97	5,15	4.913.387,90	20,60
1.2	3.066.401,19	12,86	40	1.226.560,47	5,14	1.839.840,71	7,72
1.3	1.482.380,61	6,22	70	1.037.666,42	4,35	444.714,18	1,87
1.4	1.340.531,12	5,62	80	1.072.424,90	4,50	268.106,22	1,12
Sub-total	12.031.047,79	50,45	-	4.564.998,77	19,14	7.466.049,02	31,31
2.1	2.565.336,50	10,75	100	2.565.336,50	10,75	-	-
2.2	918.105,54	3,85	100	918.105,54	3,85	-	-
Sub-total	3.483.442,04	14,60	-	3.483.442,04	14,60	-	-
3.1	1.808.129,12	7,58	100	1.808.129,12	7,58	-	-
3.2	2.375.250,04	9,96	100	2.375.250,04	9,96	-	-
3.3	4.153.410,90	17,41	100	4.153.410,90	17,41	-	-
Sub-total	8.336.790,07	34,95	-	8.336.790,07	34,95	-	-
Total	23.851.279,90	100,00	-	16.385.230,88	68,69	7.466.049,02	31,31

Fonte: PLANAFLORO

A Medida Provisória 1511

A Medida Provisória 1511 e suas dezenas de reedições, hoje MP 2166 tratam entre outros, da redução da autorização de desmatamento em áreas de floresta da região Norte, de 50% para 20%. A medida tem como objetivo mitigar a exploração das áreas de floresta na Amazônia com objetivo de maior proteção ambiental. Ora, em Rondônia um vasto programa federal, o PLANAFLORO, como visto anteriormente, teve como principal componente o Zoneamento Socioeconômico Ecológico transformado em lei estadual que impõe preservação de 70% de toda área territorial do Estado. A MP conflita portanto com o ZSEE de Rondônia.

No dia 20 de abril de 2005 foi realizada sessão da Assembléia Legislativa do Estado objetivando votar a adequação da Lei de Zoneamento nº 233/00 à Medida Provisória nº 2166- 67/01. As mudanças votadas constam do Acordo de Cooperação firmado entre a União e o Estado de Rondônia ocorridas em 02/06/04.

As principais modificações realizadas na Lei nº 233/00 são descritas a seguir:

- a) a título de reserva legal deve ser observado o mínimo de 80% da propriedade rural;
- b) para fins de recomposição florestal da reserva legal esta deve ser averbada, observando o mínimo de 50% da propriedade, excluídas em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios com ecossistemas especialmente protegidos, os locais

de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos.

O governo do Estado e a ALE, portanto, ajustaram a legislação do zoneamento às exigências do governo federal concordando com a exploração de apenas 20% de cada propriedade e com o reflorestamento de 50% para a recomposição da reserva legal.

3.12. - RECURSOS MINERAIS

Estanho

⁴O estanho corresponde ao principal bem mineral metálico extraído do substrato geológico de Rondônia, sendo que no município de Ariquemes a referida substância, na forma de cassiterita, ocorre alojada em dois dos ambientes metalogenéticos responsáveis pela mineralização no Estado. Nesse contexto, há registros do metal nos granitos meso/neoproterozóicos que constituem a Suíte Intrusiva Serra da Providência, bem como nos *Younger Granites* de Rondônia, caracterizando mineralizações primárias. Os exemplos típicos deste ambiente metalogenético materializa-se nas regiões de Bom Futuro , Massangana e Rio Branco, onde se mantêm instaladas empresas de mineração e cooperativas de garimpeiros que exploram o produto mineral e respondem por uma significativa parcela do mercado de estanho no Estado de Rondônia e no Brasil.

Ouro

Na área do município de Ariquemes encontram-se cadastradas duas ocorrências de ouro, na localidade Nova Vida, onde o metal foi explotado em sedimentos aluvionares que materializam um ambiente metalogenético secundário. O ouro, no caso, hospeda-se nas partes basais do pacote sedimentar, associado a níveis conglomeráticos representados por camadas de cascalho e areia de granulometria grosseira.

Topázio

O topázio é sempre citado como um subproduto da extração da cassiterita, hospedada nos *Younger Granites* de Rondônia. Na região de Massangana, este mineral passou a ser explorado como principal substância economicamente aproveitável, dada a exaustão dos

⁴ Subprograma de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios da Amazônia - ADEMA. Município de Ariquemes, Estado de Rondônia. Recursos Minerais. Série ADEMA, vol. 2. Porto Velho, CPRM, 2002.

depósitos de cassiterita. De acordo com Isotta *et al.* (1978), a associação metalogenética representada por cassiterita + topázio, em Massangana, associa-se a veios pegmatíticos e *greisens* que cortam o batólito granítico e contêm, adicionalmente, berilo e tantalita-columbita.

Rochas Ornamentais

Os materiais geológicos passíveis de serem aproveitados economicamente como rochas ornamentais, no município de Ariquemes, incluem principalmente as associações litológicas representantes dos *Younger Granites* de Rondônia. Subordinadamente, as rochas que constituem a Suíte Intrusiva Serra da Providência (hierarquicamente inferiorizadas por exporem-se predominantemente em extensos lajedos ao nível do terreno) e o Complexo Jamari (alguns tipos petrográficos classificados como kinzigitos detêm características estéticas que os enquadram na categoria de rocha ornamental), a presente com potencialidade para o fim comercial aqui referido. Na área de domínio dos *Younger Granites* de Rondônia são freqüentes afloramentos na forma de matacões com desníveis métricos expondo litótipos pouco fraturados, com tons cinza-claros a rosados e granulação variada, que submetidos a adequado polimento produzem excelente material para ser utilizado como rocha ornamental (Devem ser adicionalmente referidas as boas condições da malha viária da qual se serve o município de Ariquemes, constituída de linhas de colonização E-W a cada 5 km, que fornecem o suporte necessário ao escoamento dos insumos minerais.

Abaixo foto de rocha ornamental, Aspecto da exposição dos "Younger Granites" de Rondônia, com desnível que favorece extração e utilização comercial. Sienogranito. Ponto JL - 15, Linha C-65.



Figura 2. Younger Granites

Material para Uso Imediato na Construção Civil

Agrupados neste conjunto potencialmente aproveitável do ponto de vista econômico, distinguem-se os materiais explotados para aproveitamento como brita, usualmente representados pelos *Younger Granites* de Rondônia, expostos em pedreiras ativas / inativas ao longo da BR-364, nas proximidades de Ariquemes os depósitos aluvionares, relacionados principalmente aos leitos ativos dos rios Jamari, Massangana e Canaã, constituídos de pacotes arenosos propícios à utilização na construção civil e as porções intempericamente alteradas das rochas graníticas integrantes dos *Younger Granites* de Rondônia, que materializam

Tabela 5. Principais Minerais encontrados no Território

<u>Municípios</u>	<u>Principais Minerais</u>
Alto Paraíso	Mármore e calcário.
Ariquemes	Topázio, cassiterita, ouro.
Buritis	Granito : em fase de desenvolvimento; Turmalina – Vestígios. Topázio: Resíduos.
Campo Novo	Casseterita.
Monte Negro	Casseterita e Topázio.
Rio Crespo	Casseterita, tantelita, cristal, topázio, ametista , mármore.

3.13. PASSIVO AMBIENTAL

A ocupação gradativa do espaço municipal pela atividade agropecuária favoreceu a sua antropização, com um desmatamento quase generalizado, trazendo como consequência o comprometimento dos recursos hídricos, tanto superficiais através da intermitência ou extinção de numerosos igarapés, ou subterrâneos pela diminuição da capacidade de recarga. Embora o desmatamento das matas ciliares favoreça o assoreamento, esse processo não se desenvolve de um modo mais expressivo face à natureza do substrato, constituído por rochas graníticas ou de embasamento, mais resistentes ao intemperismo. A intermitência dos pequenos cursos d'água evidenciada no período de verão, obriga aos proprietários rurais promover o represamento do seu leito, originando-se pequenas

represas utilizadas principalmente para a dessedentação do gado, o que acarreta alterações significativas no regime fluvial à jusante, prejudicando freqüentemente a outros sítios. No perímetro urbano, o crescimento populacional trouxe consigo o sepultamento de inúmeros igarapés e pontos d'água, destacando-se nos dias atuais apenas o Igarapé Quatro Nações, na parte norte da cidade, totalmente comprometido por despejos orgânicos e/ou industriais, inexistindo qualquer forma de vida em suas águas e assoreado em grande parte do seu curso.



Figura 3. Igarapé Santa Cruz

Igarapé Quatro Nações em uma das suas nascentes, que corta o Setor Industrial. Resíduo do beneficiamento da madeira disposto no leito do igarapé sem qualquer critério, fornecendo uma carga orgânica incompatível com a capacidade de depuração natural do igarapé.



Figura 4. Igarapé Quatro Nações

Aspecto do afluente do igarapé Santa Cruz situado junto ao Garimpo de Bom Futuro. O canal original foi modificado e assoreado por sedimentos originários do processo de lavra.



Figura 5. Desmonte hidráulico em cata garimpeira. Mina de Bom Futuro.

Ao expor os problemas identificados pelas instituições ambientais, população e técnicos presentes na região. Análise das causas dos problemas mais significativos permitirá a definição das ações mais adequadas para resolvê-los.

Dentre os principais problemas que podem ser constatados e que poderão ser objeto das ações de recuperação, proteção dos recursos naturais, pode-se listar: assoreamento dos cursos d'água, açudes e barragens; poluição da água; diminuição das fontes e dos volumes da água utilizada nas atividades produtivas e consumo humano; grau de antropismo; atividades agroindustriais; erosão dos solos; afloramento de rochas; perda de fertilidade dos solos; eliminação das florestas nativas, especialmente as florestas ciliares e matas de galeria; redução da capacidade produtiva dos solos; redução da capacidade de suporte dos campos e salinização dos solos dentre outras.

3.14. COMERCIO

O comercio no Território Vale do Jamary, esta concentrado no município de Ariquemes, devido a este ter o maior parque industrial do Território e pela sua localização geográfica, em relação aos outros municípios do Território.

Na tabela abaixo verificamos o número de empresas comercias nos municípios do Território Vale do Jamary.

Tabela 6. Empresas Comerciais e de Serviços nos Municípios do TVJ

Município	N. de Empresas	Participação (%)
Alto Paraíso	130	0,95
Ariquemes	910	6,66
Buritis	297	2,17
Cacaulândia	40	0,29
Campo Novo	61	0,45
Cujubim	91	0,66
Machadinho do Oeste	233	1,71
Monte Negro	107	0,78
Rio Crespo	20	0,15

3.15 - INDÚSTRIA

Quando analisada a distribuição das indústrias nos 52 municípios do Estado, observa-se que a maior concentração ocorre nas localidades situadas ao longo da BR 364, exceção apenas a Rolim de Moura, e que o município de Ariquemes, sede do Território Vale do Jamary, é o terceiro em concentração de indústrias, conforme está demonstrado no Quadro a seguir:

Quadro 14. Quantitativo de Indústrias por Município

Item	Município	Nº de Indústrias	Participação (%)
01	Alta Floresta do Oeste	51	1,62
02	Alto Alegre do Parecis	21	0,67
03	Alto Paraíso	34	1,08
04	Alvorada do Oeste	31	1,00
05	Ariquemes	233	7,41
06	Buritis	68	2,16
07	Cabixi	20	0,64
08	Cacaulândia	4	0,13
09	Cacoal	214	6,81
10	Campo Novo de Rondônia	18	0,57
11	Candeias do Jamari	30	0,95
12	Castanheiras	3	0,10
13	Cerejeiras	63	2,00
14	Chupinguaia	24	0,73
15	Colorado do Oeste	60	1,91
16	Corumbiara	17	0,55
17	Costa Marques	47	1,49
18	Cujubim	36	1,15
19	Espigão do Oeste	92	2,93
20	Governador Jorge Teixeira	9	0,29
21	Guajará-Mirim	50	1,59
22	Itapoá do Oeste	15	0,48
23	Jaru	125	3,98
24	Ji-Paraná	329	10,47
25	Machadinho do Oeste	62	1,97
26	Ministro Andreazza	13	0,42
27	Mirante da Serra	27	0,86
28	Monte Negro	26	0,83
29	Nova Brasilândia do Oeste	29	0,92
30	Nova Mamoré	29	0,92
31	Nova União	2	0,06
32	Novo Horizonte do Oeste	7	0,22
33	Ouro Preto do Oeste	98	3,12
34	Parecis	12	0,38
35	Pimenta Bueno	136	4,42
36	Pimenteiras do Oeste	5	0,16
37	Porto Velho	548	17,44
38	Presidente Médici	43	1,36
39	Primavera de Rondônia	5	0,16
40	Rio Crespo	4	0,13
41	Rolim de Moura	139	4,33
42	Santa Luzia do Oeste	19	0,60
43	São Felipe do Oeste	3	0,10
44	São Francisco do Guaporé	60	1,75
45	São Miguel do Guaporé	45	1,43
46	Seringueiras	21	0,67
47	Teixeirópolis	3	0,10
48	Theobroma	6	0,19
49	Urupá	15	0,48
50	Vale do Anari	8	0,25
51	Vale do Paraíso	6	0,19
52	Vilhena	182	5,79
Total Geral		3.142	100

Fonte: FIERO / SEFIN.

Os principais municípios que congregam maior número de estabelecimentos industriais do Estado são: Porto Velho (17,44%), Ji-Paraná (10,47%), Ariquemes (7,41%), Cacoal (6,81%), Vilhena (5,79%), Rolim de Moura (4,33%), Pimenta Bueno (4,42%), Jaru (3,98%) e Ouro Preto do Oeste (3,12%).

Quando comparados esses resultados com os obtidos em 1997, constata-se que as posições por ordem de número de indústrias praticamente não sofreram alterações. Conclui-se daí, que nestes últimos anos não se verificou nenhum fato novo capaz de alterar

significativamente o perfil industrial do Estado, em termos de localização geográfica. Mantém-se ainda a prevalência de Porto Velho sobre os demais municípios, atualmente com um total de 548 indústrias, seguida de Ji-Paraná, com 329 estabelecimentos, e Ariquemes com 233 unidades fabris, considerando apenas os três municípios mais representativos.

É importante considerar que a existência de maior número de indústria em determinado município não significa necessariamente que o mesmo detenha o mesmo grau de importância econômica quando avaliados os parâmetros de geração de emprego e renda. Como exemplo, cita-se Porto Velho cujo parque industrial é predominantemente de empresas de micro e pequeno portes, representadas em sua maioria por construtoras, panificadoras, serralharias, oficinas mecânicas e gráficas. Já no interior do Estado concentra-se maior quantidade de empresas de médio e grande portes, como abatedouros, frigoríficos, laticínios e indústrias madeireiras das áreas de laminação e compensados.

Observa-se também que, ao longo do tempo, a Capital vem perdendo gradativamente o seu nível de importância em termos de concentração de indústrias. Em 1994 detinha 37,33%, em 1997 esta participação caiu para 20,85% e em 2004 para 17,44%. Para melhor exame da evolução industrial no Estado nos últimos anos.

3.15.1 – Indústria por atividade e por município

As principais atividades industriais do Estado estão distribuídas nos principais municípios conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 15. Indústrias por Atividade e por Município

Descrição da Atividade	Porto Velho	Ariquemes	Ji-Paraná	Cacoal	Rolim de Moura	Vilhena
Indústria da Madeira e Artefatos	53	77	49	20	24	30
Indústria de Produtos Alimentícios e de Bebidas	103	33	74	55	31	34
Indústria de Produtos Cerâmicos e Outros Minerais não Metálicos	28	16	20	12	11	9
Indústria de Móveis	20	15	24	18	23	15
Indústria da Construção	100	23	40	25	15	19
Indústria de Confeccões	46	7	22	31	8	13
Indústria Gráfica	31	6	25	7	4	11
Indústria Extrativa de Minerais não Metálicos	17	7	5	3	1	1
Indústria de Produtos de Minerais Metálicos	39	12	19	13	7	18
Indústrias Diversas	111	37	51	30	2	32
Total Geral	548	233	329	214	139	182

Fonte: FIERO/CRE/SEFIN.

A mudança mais importante que pode ser observada no arranjo das atividades industriais é o deslocamento das empresas do segmento madeireiro, que ao longo do tempo vêm se instalando nas áreas de maior disponibilidade de madeiras em florestas nativas, como se deu inicialmente em todas as cidades situadas no eixo da BR 364, deslocando-se, posteriormente, para outras regiões, como São Miguel, São Francisco, Machadinho e Buritis.

3.16 - TURISMO

Potencialidades Turísticas

Rondônia integra, juntamente com outros oito estados brasileiros, a Amazônia Legal. Apresenta potencial turístico, em especial para o ecoturismo. Já ocorreu no Estado, normatização e implantação de ações que têm por objetivo desenvolver essa atividade. Foram selecionados pólos turísticos segundo as características de cada região do estado, para que os vários municípios se integrem no programa de desenvolvimento do turismo. Entretanto, faltam ações estruturantes que efetivem esses pólos, transformando potencial em produto turístico gerador de emprego e renda. Dentre os vários pólos turísticos com potencial para desenvolver essa atividade no Estado, destacam-se os listados no quadro abaixo, com suas respectivas identificações, municípios abrangidos e modalidade de turismo.

Quadro 16. Pólos Turísticos do Estado: Caracterização

Modalidade	Características e Municípios Abrangidos
Ecoturismo	Bacias dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Machado, incluindo os municípios de Cabixi, Pimenteiras, Alto Alegre do Parecis, Alta Floresta, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Guajará Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamari e Machadinho.
Esportes da Natureza	Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno, Pimenteiras, Costa Marques, Guajará-Mirim, Campo Novo, Candeias do Jamari e Porto Velho.
Turismo de Eventos	Porto Velho, Guajará Mirim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Vilhena.
Turismo Rural	Porto Velho, Candeias do Jamari, Alto Paraíso, Ariquemes, Rio Crespo, Montenegro, Cacaúlândia, Jaru, Ouro Preto, Ji Paraná, Presidente Médici, Alvorada, Castanheiras, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, Cacoal, Rolim de Moura, Santa Luzia, São Felipe, Primavera, Parecis, Chupinguaia, Corumbiara, Vilhena e Colorado.

Dentre as principais atrações turísticas, devem ser citadas as seguintes:

- Corrida Nacional de Jericos Motorizados – Considerado um esporte radical, é realizado em uma pista de terra e muita lama. Para muitos é um lazer um divertimento. O evento causa prazer às pessoas que participaram e prestigiam. A perspectiva para a realização do evento é muito grande. Trazendo para o município turistas de todas as partes do Brasil. É uma competição que vem abrangendo uma repercussão Nacional e Internacional. A corrida é realizada anualmente no município de Alto Paraíso.
- Rio Quatro Cachoeiras – No município de Ariquemes, o Rio quatro Cachoeiras é bem visitado, principalmente aos finais de semana. O visual impressiona pela beleza natural. Um barzinho funciona no local diariamente. Há espaço para camping. Descendo o rio há várias corredeiras rasas e alguns pontos mais profundos. Em alguns locais os visitantes aproveitam para fazer pescaria. Em grande parte nas margens tem bosque e praias.
- Praia de medianeira – O município de Buritis promove anualmente o festival de praia, o que atrai moradores de toda a região.

O Parque Nacional do Pacaás Novos com inúmeras belezas cênicas, como cachoeiras, floresta preservada e uma diversidade de fauna e flora riquíssima, porém este potencial não pode ser explorado turisticamente por este estar 100% sobreposto à Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, e a legislação pertinente não permite turismo em terra indígena.

3.16.1 – Políticas Públicas e Articulação Institucional para o Turismo em Rondônia

Cabe ao poder público não apenas delinear o direcionamento a ser dado para o turismo no Estado, como também promover o estímulo continuado aos empreendedores, possibilitando a troca de experiências e o debate em torno de soluções para os problemas emergentes, reduzindo a vulnerabilidade do setor diante das oscilações econômicas e/ou políticas que comprometam um ou outro segmento, bem como aumentando o nível de articulação entre as instituições públicas e privadas. O redirecionamento mercadológico dos investimentos públicos e privados em turismo viabilizará a disseminação de conceitos de turismo adequados à realidade regional e, ainda, dotará os órgãos governamentais e empreendimentos privados do setor de mão-de-obra qualificada, capaz de assegurar a eficácia dos esforços voltados ao seu desenvolvimento.

A potencialidade turística de Rondônia, cuja exploração é incipiente, aponta para a necessidade de uma atenção especial por parte do setor público, estabelecendo diretrizes e bases para a atuação do setor privado a partir de uma visão empreendedora voltada à

sustentabilidade do desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Dada a importância da questão ambiental no contexto regional, é importante salientar que o estado conta com importante ferramenta para o controle e a gestão ambiental adequados, capaz de assegurar o desenvolvimento do turismo e/ou ecoturismo. A principal ferramenta neste caso é a Lei Estadual de Zoneamento Socioeconômico e Ambiental, que consolida a experiência adquirida na aplicação da 1ª aproximação do zoneamento, realizada dez anos antes, e elaborada no âmbito dos trabalhos realizados pelo Planaflo. Seus estudos realizaram-se em escala de maior precisão, e basearam-se na vivência prática da norma anterior.

Espera-se em curto, médio e longo prazo a melhoria, ampliação e adequação de toda a estrutura de transportes, comunicação, saneamento, energia e infra-estrutura de apoio aos visitantes. Essas mudanças ocorrerão partindo-se do princípio da sensibilização turística no Estado, através de investimentos governamentais e da iniciativa privada, em programas, projetos e atividades que visam proporcionar o desenvolvimento da atividade turística.

3.16.2 – Plano Estadual de Turismo

O Plano Estadual de Turismo de Rondônia está em consonância com as políticas nacionais para o setor, mas ainda carece de ações mais eficazes quanto à estruturação. Ele torna evidente as potencialidades nos segmentos: ecoturismo, turismo rural e de aventura. Sua implementação deverá conduzir a um nível satisfatório de interação com as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico e ambiental. O reordenamento do setor e a gestão empresarial, visando o crescimento da atividade turística, poderão conduzir à maximização dos benefícios advindos do desenvolvimento do turismo local. A maior articulação entre os setores público e privado, poderá fazer com que os produtos turísticos do Estado tornem-se mais competitivos, tanto no mercado nacional como no internacional. Para isso será imprescindível diversificar a oferta de equipamentos e serviços turísticos, aperfeiçoar os serviços ofertados no mercado pelas empresas turísticas regionais e/ou locais, consolidar os pólos turísticos em desenvolvimento e captar investimentos para a implantação de novos empreendimentos.

A elaboração do Plano levou em consideração algumas peculiaridades do relevo do Estado. Na região centro-sul, abrangida pela Serra dos Pacaás Novos e Parecis onde os picos alcançam 1.000 m de altitude, e cuja hidrografia comporta inúmeros rios de planaltos, podem ser planejadas modalidades turísticas como: o *rafting*, canoagem, etc. Nas demais

regiões, de relevo pouco acidentado, os rios de planícies mostram-se ideais para o mergulho, passeios fluviais, pesca amadora, dentre outras atividades. Vale ainda ressaltar o rio Madeira, principal afluente da margem direita do rio Amazonas, que se constitui na Hidrovia do Madeira, de fundamental importância para o escoamento de grãos de parte do oeste brasileiro.

No entanto, as políticas públicas para o desenvolvimento da atividade foram e ainda são tímidas. Hoje essa postura vem mudando em busca de atividades compatíveis com o desenvolvimento sustentado na região, somando-se ao apoio de programas federais do Ministério do Meio Ambiente – PROECOTUR e do Ministério do Turismo.

3.16.3 – Infra-estrutura, Equipamento e Serviços para o turismo em Rondônia.

As condições deficientes de infra-estrutura básica e turística em Rondônia dificultam o desenvolvimento do turismo e têm interferido de maneira negativa nos resultados econômicos e sociais provenientes do incremento dessa atividade, por não permitir o atendimento adequado das expectativas geradas. Entre outros atrativos que reforçam a vocação do estado para o ecoturismo, Rondônia possui uma grande quantidade de Unidades de Conservação (Parque Nacional e Estaduais, Florestas Nacionais e Estaduais, Reservas Extrativistas e outras) que permitem a visitação turística, embora a maioria não disponha de qualquer infra-estrutura de acomodação, além do acesso ser precário.

Embora o potencial do Estado para o turismo seja elevado, carece ainda de infra-estrutura adequada e da oferta de serviços de boa qualidade. Assim, apesar de contar com uma razoável oferta de hotéis e agências de viagens e turismo, o Estado não está preparado para receber, em curto prazo, um fluxo turístico elevado e com alto grau de exigência, principalmente no que se refere à informação, segurança, conforto e acesso aos recursos naturais.

Para o desenvolvimento da qualidade do produto turístico estadual é necessário investimento na formação de recursos humanos em todos os níveis e segmentos: planejadores, gerentes de empreendimentos turísticos, gerentes das Unidades de Conservação, guias especializados nos diferentes segmentos, técnicos e profissionais de nível médio para operar os serviços e produtos do turismo (desde garçons, pelotiqueiros e barqueiros até condutores de visitantes).

Vale ressaltar que o estado possui faculdades que oferecem curso superior em turismo, hotel escola em fase de implantação, além de cursos operacionais que são oferecidos pelo

SENAC, SENAI e SEBRAE em nível médio para o segmento de hotelaria, bares, restaurantes e similares.

A conscientização, educação e orientação da população para a importância do turismo, são essenciais para o desenvolvimento desse segmento da economia.

ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais do município têm traços característicos de vários estados do país como festas juninas, comidas típicas do norte, nordeste e sul do Brasil.

Devido a grande miscigenação, não existe uma característica própria do município e sim características próprias das terras natais da população, principalmente do Sul do Brasil, como o chimarrão, o churrasco e outros.

Outra cultura que predomina é a cultura popular brasileira com danças típicas como o forró, festas juninas, festas religiosas e vale destacar a festa de Rodeios de peões, manifestação cultural mais recente, decorrente da grande evolução da pecuária estadual, que se realizam durante as Exposições entre junho e agosto.

3.17. TRANSPORTE⁵

Aspecto Geral

O Estado dispõe de amplas facilidades nos modais de transporte aéreo, fluvial e terrestre. As principais vias de transporte da Amazônia Ocidental passam pela capital do Estado, Porto Velho, exemplarmente: a rodovia federal BR-364 e a hidrovia Madeira-Amazonas. No entanto, melhorias diversas constituem necessidade em todas elas. No transporte terrestre, a rodovia federal BR-364, constitui a espinha dorsal de todo o sistema estadual sem a qual o abastecimento de Rondônia e do Acre torna-se inviável e é ainda drasticamente afetado o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus. Uma grande malha de rodovias sob jurisdição federal, estadual ou municipal garante o acesso a praticamente todas as localidades do Estado, particularmente àquelas sob a influência da BR-364, durante o ano todo na maioria dos casos. Durante o período das grandes chuvas, que vai de novembro a maio, as localidades menores e mais distantes, ao leste e oeste do Estado e distantes do eixo da BR-364, têm o acesso restringido pelas condições das vias, em sua maioria, não

⁵⁵ Perfil dos setores produtivos de Rondônia. Porto Velho: Instituto Euvaldo Lodi / Núcleo Regional de Rondônia: IEL/NR, 2005.
171 p. : il.

asfaltadas. As regiões norte e nordeste, na fronteira com o Amazonas, são as de mais difícil acesso, particularmente as localidades ribeirinhas do médio rio Madeira. Para essas, o acesso é feito quase exclusivamente por meio fluvial.

O modal ferroviário inexistiu desde que em 1972 foi desativada a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, cuja construção foi a causa das fundações das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, as mais antigas do Estado. As expectativas atualmente voltam-se para a construção do ramal Cuiabá- Porto Velho, da Ferrovia Ferronorte, ainda em fase de estudos.

O transporte fluvial tem grande importância econômica e social em toda a região. É fundamental para a vida de comunidades tradicionais que vivem ao longo das margens dos muitos rios que compõem diversas bacias hidrográficas, todas elas contribuintes da importante bacia do rio Madeira. Assim é no rio Machado, que nasce na região central do Estado, cortando-o na direção nordeste para desaguar no Madeira. Também nos rios Guaporé e Mamoré, limites da fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, acesso fluvial ao Mato Grosso e que vão formar junto com o Beni vindo da Bolívia, o rio Madeira. Já a navegação no rio Madeira mostra importância econômica sempre crescente. A partir de Porto Velho quando acaba o trecho encachoeirado de pouco mais de trezentos quilômetros, o rio Madeira vai formar com o rio Amazonas uma hidrovia ímpar, com mais de três mil quilômetros de extensão e capaz de permitir a navegação de cargueiros de classe oceânica. Por esta hidrovia já trafegam os produtos da indústria da Zona Franca de Manaus, e é escoada para portos europeus boa parte da soja produzida no norte do Mato Grosso e em Rondônia. Merecem registro especial as obras do futuro Complexo Rio Madeira, onde serão construídas três usinas hidrelétricas às quais estarão associadas eclusas. Desta forma, quando as obras civis da terceira usina estiverem concluídas terá sido entregue à navegação uma hidrovia que vinda do Mato Grosso, passa pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e, pelo Amazonas alcança o Atlântico. Assim, irá constituir-se num grande fator de integração e desenvolvimento regional para áreas do Brasil – Mato Grosso, Rondônia, Acre e sul do Amazonas – Bolívia e Peru. São tão amplas as previsões para as conseqüências da ampliação e integração das hidrovias regionais, resultantes dessas que podem ser vistas como a primeira etapa da efetiva interligação das bacias do Amazonas e do Prata. Tornando viável um processo de integração econômica e cultural da América do Sul, ainda não alcançada efetivamente em decorrência de séculos de políticas dominadas por visões não integracionistas. No modal aéreo, o aeroporto da Capital – Governador Jorge Teixeira de Oliveira – é de classe internacional e pelo menos três outros

os de Guajará Mirim, Ji Paraná e Vilhena (alternativa internacional), podem operar com aeronaves comerciais a jato. Diversos municípios: Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Rolim de Moura, Colorado do Oeste e Costa Marques contam com pistas para atendimento a aeronaves de médio porte. Em outros municípios, cerca de quinze pequenos aeroportos são utilizados por pequenas aeronaves.

3.17.1. Transporte Terrestre Rodoviário

A malha viária do Estado é composta por rodovias sob o controle da União, do Estado e dos Municípios. Tem extensão total de 26.708,5 Km, conforme a tabela a seguir. Ainda que algumas regiões no período das chuvas, com auge entre janeiro e março, vivam dificuldades devidas as condições inadequadas de tráfego nas rodovias que lhes dão acesso, o transporte dos produtos agropecuários é possível o ano todo em praticamente todas as regiões produtoras. Maiores dificuldades, sob esse aspecto, vive a chamada “zona da mata”, entre Alvorada do Oeste e Costa Marques, onde a BR 429 sofre freqüentes interrupções no período mais chuvoso. O quadro mostra a estrutura viária interna do Estado. Plano Nacional de Viação

Quadro 17. Estrutura Viária do Estado

Jurisdição	Planejada	Rede não Pavimentada				Rede Pavimentada		Total
		Leito Natural	Implantada	Em Obra Pavim.	Sub-Total	Pista Simples	Sub-Total	
Federal	139,6	0,0	319,0	230,0	549,0	1.260,5	1.260,5	1.949,1
Estadual	298,7	21,0	3.441,2	677,5	4.139,7	261,7	261,7	4.700,1
Municipal	3.715,2	7.058,5	9.277,8	0,0	16.336,3	7,8	7,8	20.059,3
Total	4.153,5	7.079,5	13.038,0	907,5	21.025,0	1.530,0	1.530,0	26.708,5

Fonte: PNV-MT 2003

O Mapa mostra a espinha dorsal dos modais rodoviário e aquaviário – rodovias federais e hidrovias do Madeira - além do traçado previsto para a ferrovia Ferronorte no Estado.

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO RURAL VALE DO JAMARY – RONDÔNIA**



Principais Vias de Transporte em Rondônia – Atuais e Previstas

Ilustração 1. Principais Vias de Transporte em Rondônia

Tendo sido formado por grandes contingentes de migrantes vindos de quase todo o Brasil é ainda grande o movimento de passageiros entre o estado e as demais regiões do país. Diversas empresas operam linhas regulares de transporte interestadual, algumas linhas com mais de uma saída diária. Todos os municípios, vilas e distritos estão servidos por linhas de ônibus intermunicipais e semi-urbanas. O quadro abaixo mostra as principais empresas que operam no Estado, credenciadas para o transporte de passageiros interestadual e intermunicipal.

Quadro 18. Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros em Rondônia - 2003

Empresa	Tipo de Serviço	
	Transporte Interestadual	Transporte Intermunicipal
Eucatur	Sim	Sim
Andorinha	Sim	Não
Gontijo	Sim	Não
Viação Maia	Sim	Não
Açailândia	Sim	Não
Viação Rondônia	Sim	Sim
Viação Rotas	Sim	Sim
Araguaína	Sim	Não
Marlin	Não	Sim
Teclatur	Não	Sim
Mediterrâneo	Não	Sim
Juruá Transcorreia	Não	Sim

Fonte: FIERO

3.17.2. Os Eixos de Integração Regional da América do Sul

Eixo Brasil-Peru-Bolívia

A BR-364, entre Cuiabá (MT) e Rio Branco (AC), é a principal via de transportes de toda a Amazônia Ocidental, servindo de eixo de ligação com o Brasil Central e o Sudeste. Atende aos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas além de compor o eixo de integração Peru-Brasil-Bolívia, parte do Corredor Interoceânico Sul, acordado entre os chefes de Estado de todos os países da América do Sul em setembro de 2000, e consolidado através da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sulamericana - IIRSA. Assim, do lado brasileiro o acesso rodoviário já foi executado passando por Porto Velho e Rio Branco, estando pavimentado até a cidade de Assis Brasil (AC), na fronteira com o Peru. Em agosto de 2005, o governo peruano firmou contratos com consórcios dos quais fazem parte as construtoras brasileiras Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Correa para construção, operação e manutenção de 703 km de rodovias ligando Iñapari – fronteira com o Brasil, na cidade de Assis Brasil (AC) – a Azángaro e Urcos, com prazo de três anos para a construção. Daí alcançando os portos de Ilo, Matarani e San Juan Marcona, no Oceano Pacífico. Desta forma estará completa a chamada Saída para o Pacífico.

O Grupo de Projetos 1 deste eixo inclui, além deste acesso, as seguintes obras: a ponte sobre o rio Acre, o Posto de Fronteira nessa interligação, a pavimentação das rodovias Iñapari – Puerto Maldonado – Inambari; Inambari – Juliaca e Inambari – Cusco todas no Peru. Destas, já se encontram em fase de execução a ponte sobre o rio Acre por iniciativa do governo brasileiro e no Peru está em fase de licitação o trecho Iñapari – fronteira com o Brasil – até Cusco, em estrada asfaltada. A partir de Cusco e Juliaca as vias transversais do sistema rodoviário nacional peruano já são asfaltadas.

O Grupo de Projetos 2 do eixo, passa por Porto Velho e Rio Branco alcançando a cidade boliviana de Cobija. A Bolívia projeta a construção e asfaltamento das rodovias Cobija – Riberalta; Guayaramerín – Riberalta – San Borja – La Paz. Entretanto, este eixo não constitui prioridade para o governo boliviano, cuja interligação com o Brasil deverá dar-se, prioritariamente, através do Eixo Interoceânico Central, através do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até o litoral Atlântico.

O Grupo de Projetos 3, basicamente fluvial, compõe o projeto de construção dos complexos hidroelétricos nos rios Madeira e Beni. Serão duas hidrelétricas brasileiras

(Santo Antônio e Jirau) no rio Madeira, com capacidade para 6.450 MW; uma binacional Brasil- Bolívia (Ribeirão), com capacidade para 3.000 MW e uma boliviana no rio Beni (Cachuela Esperanza). Os projetos hidrelétricos contemplam a construção de eclusas em todas as usinas o que possibilitaria o desenvolvimento das hidrovias: Madeira-Mamoré, Madre de Díos e Ichile-Mamoré. Serão, aproximadamente, novos 4.200km de vias navegáveis na região.

Eixo do Amazonas

Além do eixo Brasil-Peru-Bolívia é de grande importância para Rondônia o Eixo do Amazonas que interliga o Oceano Atlântico, em Belém (PA), ao Oceano Pacífico, em Paíta, Peru, ou Esmeraldas, no Equador. Neste eixo o transporte será em grande parte fluvial, pelas diversas hidrovias formadas pelo rio Amazonas e afluentes, peruanos e brasileiros. Já nos territórios peruano e equatoriano ao atingir a serra andina, o transporte será através de rodovias. No Peru a rodovia Tarapoto – Yurimaguas – Puerto Yurimaguas, componente do Grupo 3 de projetos deste eixo, com 120 km de extensão, já foi licitada, devendo as obras iniciar-se em breve.

3.17.3. Transporte Hidroviário

As principais vias de transporte fluvial no Estado são os rios Madeira, Guaporé-Mamoré e Machado. Inexistem rodovias ao longo de largas extensões dos trechos navegáveis desses rios o que torna a navegação indispensável à vida das populações ribeirinhas. No entanto, ao longo do trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré, entre os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, há ligação rodoviária pavimentada (BR-364 e BR-425) numa extensão de 348 Km, mantendo permanentemente aberto o acesso à Bolívia, ao Estado do Acre e à interligação das bacias do Madeira e do Guaporé/Mamoré. Nessas hidrovias o transporte constitui atualmente um serviço de má qualidade. A baixa frequência das viagens, o alto tempo de espera, inclusive pela utilização de embarcações de uso misto – carga e passageiros – e o mau estado de conservação das embarcações, com reflexos na segurança e na duração das viagens acentuam o desconforto e o inadequado atendimento aos usuários.

Hidrovia Guaporé-Mamoré

Do ponto de vista ambiental observa-se que a quase totalidade das áreas banhadas pelos rios Guaporé/Mamoré está localizada em zona de Unidades de Conservação e Reservas Indígenas. O desenvolvimento do transporte fluvial, assim, deve atender às áreas ribeirinhas que apresentam potencial extrativista agrícola, sem impactos negativos na zona adjacente.

O rio Guaporé com 1.224 Km de extensão serve de linha divisória entre o Brasil e a Bolívia, desaguando no rio Mamoré cerca de 190 Km a montante da cidade brasileira de Guajará-Mirim. Seu trecho navegável desde a foz até Vila Bela, no Estado do Mato Grosso, estende-se por 1.180 Km e, somado ao trecho navegável do Mamoré forma uma hidrovia com cerca de 1.400 Km de extensão.

A navegação é ainda deficiente, embora existam empresas brasileiras e bolivianas operando. Ao longo de toda sua extensão o rio Guaporé não apresenta instalações portuárias minimamente estruturadas, à exceção do porto da cidade boliviana de Guayaramerin, sendo a movimentação de cargas feita manualmente desde a embarcação até as margens do rio.

O transporte fluvial é subsidiado atendendo as necessidades básicas da população ribeirinha, transportando principalmente os produtos da agricultura regional, passageiros e cargas em geral, entre as localidades de Guajará-Mirim e Cabixi em Rondônia. Quase sempre alimentos, bens de consumo diário e materiais de construção civil.

Dados da Empresa de Navegação de Rondônia (ENARO), estatal em processo de extinção, que atendia a maior parte das necessidades de transporte nessas bacias, permitem concluir pela existência de uma demanda anual de transportes da ordem de 7.000 passageiros e 600 toneladas de carga. A demanda concentra-se no trecho entre Guajará-Mirim e Costa Marques, atendendo a outras seis localidades no Brasil e na Bolívia.

Hidrovia Madeira-Machado

Nesta hidrovia a demanda anual de transportes é da ordem de 6.000 passageiros e 300 toneladas de carga concentrando-se no trecho entre Porto Velho e Calama (190 Km) no rio Madeira. Passageiros e cargas dividem os espaços em pequenas embarcações construídas de madeira. Os passageiros são, em sua quase totalidade, membros da população ribeirinha que vive em pequenas comunidades ao longo das margens dos rios,

principalmente do Madeira. A carga é constituída por produtos da agricultura familiar e do extrativismo, trazidos à Capital e materiais de construção, móveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios industrializados, etc. no sentido inverso, para atendimento das necessidades daquela população. A navegação se estende ao rio Machado, que vem da região central do estado para desaguar no Madeira e onde vive uma pequena população ribeirinha. A região já foi grande produtora de borracha no período áureo de extração do látex, restringindo-se atualmente a uma economia de subsistência.

Hidrovia Madeira – Amazonas. Corredor Oeste-Norte

O rio Madeira é navegável desde Porto Velho até sua foz, numa extensão de 1.100 Km. Junto com o rio Amazonas constitui uma hidrovia com cerca de 3.061 Km que liga durante o ano todo os municípios de Porto Velho (RO) e Belém (PA). A meio caminho, cerca de 1.348 Km de Porto Velho, encontra-se Manaus (AM), a maior cidade da Amazônia Ocidental e importante pólo industrial e comercial, que dispõe de porto com porte marítimo encravado no interior amazônico. A partir de Manaus a navegação para cargueiros de classe oceânica é possível durante o ano todo.

No rio Madeira a profundidade do canal de navegação varia entre 2,80m, no auge do período das baixas águas - de julho a outubro - e 8,20m na estação das cheias – entre fevereiro a maio. Sua largura média é de 1.000m sendo navegável durante todo o ano. Apresenta alguns pontos que podem se constituir em risco à navegação, devido à formação de bancos de areia ou formações rochosas.

Para que o rio Madeira possa ser efetivamente caracterizado com uma hidrovia, definida para uma embarcação típica que será caracterizada a seguir, será necessário ainda:

- definir os níveis d'água de projeto (profundidade mínima);
- realizar obras de dragagem e derrocamento;
- confeccionar cartas de navegação;
- melhorar o balizamento e sinalização das margens.

A embarcação típica para a hidrovia do Madeira é um comboio de empurra, composto de um empurrador e quatro chatas. O comboio tem 200m de comprimento, 16m de boca (largura) e calagem máxima de 2,5m em águas mínimas.

3.17.4. Portos

Porto Caiari

Constitui o porto organizado da cidade de Porto Velho que dispõe ainda de diversas instalações portuárias privadas, com estruturas que embora não atendam às exigências das normas específicas, atendem às condições da navegação fluvial de cargas da região.

Está localizado na margem direita do rio Madeira, a 2km a jusante da cidade de Porto Velho (RO). Sua área de influência compreende o Estado de Rondônia, o sul do estado do Amazonas e o leste do Estado do Acre, no Brasil, e as fronteiras leste da Bolívia e Peru, na Amazônia destes dois países. O acesso ao Porto pode se dar pelas seguintes vias:

- Marítima – pelo rio Amazonas até a embocadura do Madeira e, por este até o porto;
- Fluvial – pelo rio Madeira;
- Rodoviária - pelas BR-319 (Manaus - Porto Velho), BR-364 (Cuiabá – Porto Velho) e BR-425 (Porto Velho - Guajará-Mirim).

Compreende três terminais:

- um para operações RO-RO, com duas rampas que se estendem a dois pátios de estacionamentos descobertos, com 10.000m² de área cada;
- um segundo terminal denominado Pátio das Gruas, desprovido de cais de atracação, com movimentação direta para uma área de 10.000m²;
- um terceiro terminal que opera carga geral dotado de um flutuante de acostagem de 115m, com 5 berços ligado à margem por uma ponte metálica de 113,5m de vão. As profundidades nesses terminais variam de 2,5m e 17,5m.

O Porto possui ainda um armazém alfandegado para carga geral com 900m². Parte do porto está arrendada para a HERMASA que construiu quatro silos verticais para movimentação de soja com o uso de esteiras transportadoras e um carregador de embarcações para o escoamento de grãos no cais flutuante no terceiro terminal.

O porto está equipado com gruas de 3t, guindaste de pórtico de 6t, autoguindaste de 18t, empilhadeiras de 7t, pá carregadeira, skider, charriots, utilitários e caminhões. É administrado pela Sociedade de Portos e Hidrovias – SOPH, por delegação do Ministério dos Transportes ao Estado de Rondônia.

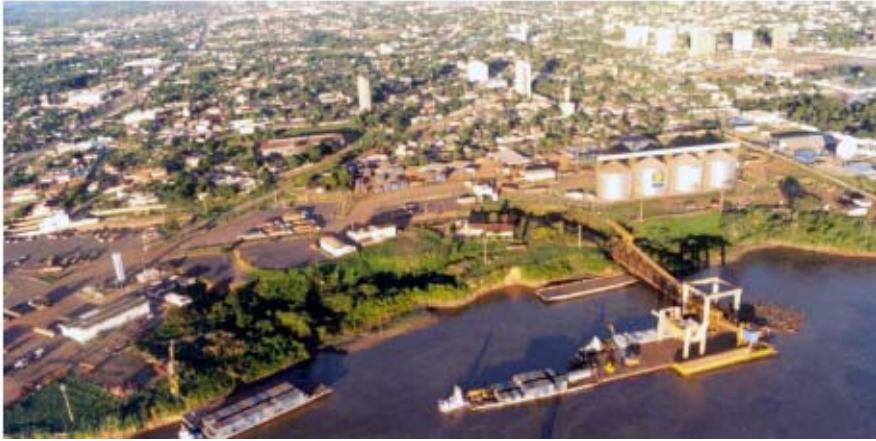


Ilustração 2. Porto Caiari

- A jusante do Porto Caiari diversas estruturas portuárias simples são operadas por empresas de navegação fluvial regional, bem como por empresas do setor energético junto aos seus terminais. Assim os terminais de combustíveis e GLP são operados por empresas distribuidoras ou contratadas tais como: Petrobrás Distribuidora, Equatorial, Amazongás, Fogás, Petro Sabbá, Ipiranga, Schuan e Nacional;
- A montante do porto organizado na região central da área urbana, onde nos primórdios da cidade localizava-se o atracadouro da Madeira-Mamoré Railway Company, encontra-se o atracadouro “Cai n’Água”, a partir de onde é realizado o transporte regular de passageiros e cargas destinados às comunidades ribeirinhas e cidades da região principalmente às margens do rio Madeira até Manaus (AM). Suas instalações são precárias e ali operam embarcações construídas de madeira nos estaleiros regionais, denominados “motores de linha”.

3.17.5 Fluxo de Cargas

O porto fluvial de Porto Velho movimentou em 2003, 1.699.113t de cargas no cais público (76% do movimento total) e 526.823t fora do cais (24% do total), totalizando 2.225.936t.

3.17.6. Transporte Aéreo

O Aeroporto Internacional de Porto Velho concentra a maior parte do transporte aéreo interestadual através de jatos comerciais. O Aeroporto, administrado pela INFRAERO, dispõe dos serviços do Departamento de Aeronáutica Civil – DAC, Polícia Federal, Receita Federal e Vigilância Sanitária. Seu terminal de passageiros tem capacidade para 920.000 passageiros/ano. São realizados 98 vôos comerciais semanais regulares para a maioria das capitais brasileiras. Os vôos são operados pelas empresas

TAM, GOL, VARIG, BRA, TAVAJ, TRIP e RICO as três últimas no transporte regional. Operam também no serviço de táxi aéreo as empresas: Especial, Eucatur, Assis, Tropical, Rima e Aeronorte. Anexo à base aérea militar instalada no conjunto do aeroporto da Capital encontra-se um dos centros regionais do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, que provê entre outros serviços, maior segurança à navegação e ao espaço aéreo.

3.18 - SISTEMA ELÉTRICO

Histórico

O suprimento de energia elétrica às sedes dos dois únicos municípios existentes em Rondônia foi, até o ano de 1969, tarefa do Serviço de Abastecimento de Água Luz e Força do Território Federal de Rondônia - SAALFT. Em 1968 foi criada a Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, empresa de economia mista sucessora do SAALFT que recebeu a concessão para geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no então Território Federal. Até janeiro de 1987, já Estado de Rondônia, quando foi inaugurada a PCH Rio Vermelho no município de Vilhena, com capacidade para 2,5 MW, toda a geração da empresa era baseada em motores a diesel instalados em usinas isoladas.

Durante a década de 70 ocorreu um grande movimento migratório espontâneo em direção às terras férteis de Rondônia. Esse processo, posteriormente ordenado pelo INCRA, resultou na migração de quase um milhão de pessoas até o final da década de 80, dirigindo-se principalmente para a área rural. O número de vilas e cidades cresceu rapidamente e assim, a exigência de aumento na capacidade geradora. No final dos anos 80, a CERON operava mais de uma centena de unidades diesel, distribuídas em algumas dezenas de pequenas usinas isoladas, em vários municípios. Em maio de 1992, incorporou-se ao sistema a 1ª pequena central hidrelétrica de propriedade privada, a PCH Castamann. Desde então, várias usinas desse tipo com potência instalada variando de 0,6 a 10 MW foram incorporadas, suprimindo, também parcialmente, a demanda em diversos pequenos sistemas isolados.

O explosivo crescimento demográfico registrado desde meados da década de 70 provocou uma expansão na demanda que foi apenas precária e parcialmente atendida. Todos os municípios do estado, exceto a Capital, viveram pesados racionamentos e, com muita frequência, desligamentos totais. A precariedade dos equipamentos e a insuficiente

capacidade geradora nas usinas das várias localidades, o atraso de anos na montagem de três das cinco unidades da Hidrelétrica de Samuel e da construção da linha de transmissão associada, aliadas à incapacidade financeira das concessionárias, resultou em grandes prejuízos e desconforto, tanto para o setor produtivo como para a população em geral. E mesmo, em pequenas revoltas populares.

Em 1981, a responsabilidade pelo atendimento à Capital, Porto Velho, foi atribuída às Centrais

Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte. O suprimento se manteve ainda por alguns anos exclusivamente através de unidades térmicas a diesel, modificado somente a partir de julho de 1989, por um sistema termo-hidráulico, com a entrada em operações da 1ª unidade da Usina Hidrelétrica de Samuel, construída no Rio Jamari.

No final de 1994, com a construção da linha de transmissão em 230 KV, popularizada com a denominação de “linhão”, entre a UHE Samuel e Ji-Paraná, no centro do Estado, a questão energética estadual começou de fato a ser equacionada. Naquele mesmo ano, Cacoal e Pimenta Bueno mais ao Sul, foram interligadas através de linhas em 138 e 69 KV. Paralelamente, prosseguiram as obras da hidrelétrica de Samuel, tendo sido a 5ª e última unidade geradora inaugurada em julho de 1996. Consequentemente, já em 1994, 342.831 MWh ou, 44,8% do mercado de energia do Estado foi suprido através dos sistemas isolados,

térmicos e hídricos da CERON e produtores independentes, enquanto 422.913 MWh ou 55,2% foi suprido pelo sistema hidrotérmico da Eletronorte. O quadro VI.3 mostra a evolução do sistema interligado Eletronorte-Ceron. Desde 1992 quando a Ceron gerou quase metade da energia distribuída até 2003, quando quase 80% foi suprida pelo sistema gerador da Eletronorte, refletindo o “linhão” e as interligações feitas.

Quadro 19. Evolução do Sistema Geração – Distribuição de Energia Elétrica

Discriminação	1992	%	1995	%	2000	%	2003	%
1. CERON – Geração: MWh	336.933	46,6	238.320	24,6	41.654	2,6	64.573	3,3
1.1 Hidrica	12.117	1,7	8.623	0,9	0	0,0	13.826	0,7
1.2 Térmica	324.816	44,9	229.697	23,7	41.654	2,6	50.747	2,6
2. Energia comprada: MWh	385.963	53,4	728.861	75,4	1.584.837	98,9	1.919.060	96,7
2.1 Eletronorte	354.102	49,0	682.813	70,6	1.266.890	79,1	1.555.403	78,4
2.2 Sathel	27.762	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2.3 PCHs – Nove PIE	4.099	0,6	46.048	4,8	144.630	9,0	194.937	9,8
2.4 PCT – PIE térmica	0	0,0	0	0,0	173.317	10,8	168.720	8,5
3. Energia requerida: MWh	722.896	-	967.181	-	1.602.415	-	1.983.633	-
4. Consumo: MWh								
4.1 Residencial	272.955	48,4	359.379	47,5	476.787	45,0	503.992	39,6
4.2 Industrial	45.897	8,1	71.906	9,5	141.051	13,3	202.751	15,9
4.3 Comercial	146.370	25,9	190.636	25,2	252.609	23,9	292.516	23,0
4.4 Rural	5.230	0,9	18.257	2,4	56.558	5,3	97.196	7,6
4.5 Poder público	44.850	8,0	57.891	7,6	67.389	6,4	97.190	7,6
4.6 Iluminação pública	24.072	4,3	32.075	4,2	34.455	3,3	40.254	3,2
4.7 Serviço público	22.361	4,0	24.447	3,2	27.841	2,6	36.455	2,9
4.8 Próprio	2.396	0,4	2.498	0,3	1.755	0,2	2.347	0,2
4.9 TOTAL	564.131	-	757.089	-	1.058.445	-	1.272.701	-
5. Nº de consumidores	162.315	-	206.371	-	292.701	-	343.188	-
6. Consumo residencial MWh/consumidor	1.994	-	2.114	-	2.092	-	1.960	-

Fonte: CERON

Fica evidente o rápido crescimento do mercado. Expansão resultante basicamente do atendimento à demanda reprimida, que no início do período ocorreu em taxas elevadas. É de salientar também, a crescente participação dos produtores independentes de energia, de bases térmica e hidráulica, para o suprimento do mercado de energia.

No final dos anos 90, a política de desregulamentação do setor elétrico brasileiro atraiu novos investidores. Produtores independentes assumiram as pequenas usinas térmicas isoladas da Ceron e agregaram capacidade geradora ao sistema da Eletronorte. Um marco dessa fase foi a inauguração da Usina da Termonorte em Porto Velho em 2000, com 64 MW de capacidade, e atualmente com 404 MW de potência instalada. O parque gerador da Termonorte é baseado em óleo diesel, mas está projetado para queima de gás natural quando este combustível estiver disponível, tanto em seus grupos geradores diesel, como em unidades de ciclo combinado. Em decorrência da expansão observada já no final da década havia sobra de capacidade geradora no Estado. Paralelamente ao incremento na geração foi intensificado o processo de substituição dos sistemas térmicos isolados, através da construção de linhas de transmissão, interligando várias localidades ao sistema

de geração-transmissão da Eletronorte.

3.18.1. O Atual Sistema Energético de Rondônia

O sistema de geração-transmissão-distribuição de energia elétrica do Estado pode ser dividido em três sub-sistemas:

a) sistema interligado Eletronorte-Ceron: sistema hidrotérmico interligado que supre de energia elétrica 60% da área do Estado ao longo do eixo da BR-364 e, onde habita 80% da população responsável pelo consumo de 88% da energia produzida e distribuída em Rondônia;

b) sistema Cone Sul Ceron: sistema hidrotérmico que supre o extremo sul do estado, composto de diversas pequenas usinas isoladas, algumas interligadas. Compreende 13% da área do Estado, 9% da população e cerca de 7% da energia consumida;

c) sistemas isolados: composto por miniusinas térmicas isoladas, atendendo a dezenas de pequenas localidades localizadas, em geral, no Oeste e no Nordeste do Estado correspondendo a 5% da energia consumida.

Com a extensão do tronco sul da linha de transmissão em 230 KV da Eletronorte entre Ji-Paraná e Vilhena, além de outras medidas complementares a cargo da Ceron, o sistema estadual interligado passará a suprir 99% da demanda de energia elétrica local.

Sistema de Geração

O parque gerador instalado está constituído como mostrado na tabela. São 827,3 MW de potência instalada para uma potência disponível da ordem de 600 MW.

Quadro 20. Sistema de Geração do Estado e Potência Instalada

Discriminação	Fonte	Potência - MW
UHE Samuel - ELN	Hidro	216,0
UTE Rio Madeira - ELN	Térmica	96,3
PIE Termonorte I e II	Térmica	404,0
PIE Térmicas	Térmica	40,1
Ceron (*)	Hidrotérmica	36,8
PIE - PCHs	Hidro	34,1
Total		827,3

Fonte: CERON e Eletronorte

(*) Incluída a PCH Rio Vermelho, com 2,5 MW de potência instalada.

Estudos da Eletronorte, a principal supridora do sistema RO-AC, indicam que a sua atual capacidade instalada é capaz de suprir o sistema interligado até o ano de 2009, e mostra um excedente médio da ordem de 200 MW.

3.19. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Aspecto Geral

O Estado dispõe de modernos e amplos serviços para transmissão de voz, dados, imagens e de comunicação de massa. Esses serviços alcançam as principais cidades, quase todas localizadas às margens da BR-364, além de diversas outras sedes municipais. A rede de cabo ótico implantada no Estado tem mais de 1.000 km de extensão.

Os serviços de telefonia e telecomunicações disponíveis permitem comunicação global através das tecnologias mais atuais em serviço no Brasil, atendendo às modernas necessidades de comunicação pessoal e empresarial. Todas as sedes dos 52 municípios dispõem de telefonia fixa e metade dos municípios é servido por telefonia móvel celular.

Três jornais diários têm circulação estadual e as principais cidades recebem os sinais de todas as redes nacionais de televisão comercial aberta, seja através de emissoras afiliadas ou de sistemas de difusão via satélite e cabo. Para efeito de comparação, o quadro a seguir mostra os índices de presença domiciliar de diversos equipamentos tecnológicos e o suprimento de eletricidade em diversos estados, inclusive Rondônia. Observa-se que na telefonia, o índice do Estado é pouco superior à média nacional. No item televisão é praticamente igual, mostrando-se inferior nos itens microcomputador e rádio embora nestes, mostre-se superior aos índices do Pará, o estado mais desenvolvido da região norte. Os dados dos estados de Santa Catarina e São Paulo foram incluídos para que a comparação possa ser feita também com estados da região mais rica e desenvolvida do país.

Quadro 21. Percentagem (%) de Meios de Comunicação por Domicílios

	Telefone	Micro computador	Televisão	Rádio	Iluminação elétrica
Brasil	62,0	15,3	90,0	87,8	97,0
São Paulo	77,0	24,6	96,1	92,8	99,9
Santa Catarina	74,9	20,0	95,5	94,0	99,5
Acre*	66,1	10,3	89,7	72,9	98,5
Rondônia *	64,0	8,9	89,1	76,6	99,6
Espirito Santo	62,6	14,5	91,9	86,2	99,5
Mato Grosso	54,0	10,2	80,2	79,0	91,2
Pará *	46,1	6,8	87,5	71,9	98,6
Tocantins	38,8	5,4	72,9	67,5	83,1
Bahia	35,9	6,4	77,3	80,9	87,9

Fonte: Anatel (* apenas áreas urbanas)

Telefonia Fixa

As principais operadoras de telefonia fixa para serviços, Local (L), Longa Distância Intraregional (LDN), Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) têm sede em Porto Velho, a saber:

Quadro 22. principais Operadoras de telefonia fixa no Estado

Serviço	Empresa	Endereço
LDN/LDI	Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	Av. Farquar, 1.607 – Centro. CEP 78900-350
LDN/LDI	Intelig Telecomunicações de Rondônia	Av. Lauro Sodré, 3.290 – Parque dos Tanques – CEP 78903-711
LDN/LDI	Brasil Telecom S/A	Av. Costa e Silva, s/n - Setor Industrial 2
Local	GVT – Global Village Telecom Ltda. *	Rua Afonso Pena, 570 – Centro CEP 78900-020

Fonte: ANATEL/RO

Obs: (*) – Tecnologia de sinal via rádio.

A telefonia fixa evoluiu no Estado seguindo a tendência nacional posterior à desregulamentação do setor. O quadro a seguir compara os números do Estado com os valores médios do Brasil, da região norte e de dois estados do sudeste, a região mais rica do país, inclusive São Paulo. Neste caso, embora crescentes, os números de Rondônia são bastante inferiores aos demais refletindo entre outros aspectos a menor população residente, seu menor poder aquisitivo e as grandes distâncias entre as localidades pequenas e de criação recente.

Evolução do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC (milhares de acessos instalados)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	35.000,0	40.500,0	45.140,0	49.560,0	53.840,0	58.000,0
Região Norte	1.591,1	1.939,0	2.189,0	2.389,8	2.565,8	2.714,0
Rondônia	246,6	295,7	339,9	379,7	415,5	447,9
Acre	87,2	102,4	116,5	129,6	141,8	151,9
Amazonas	369,1	455,7	502,9	539,6	575,6	607,8
Roraima	57,3	69,4	79,9	89,0	96,9	104,0
Pará	642,9	792,2	892,2	961,2	1.013,0	1.049,5
Amapá	79,0	92,0	103,4	113,9	123,6	132,5
Tocantins	109,0	131,6	154,2	176,8	199,4	220,4
Espirito Santo	593,5	707,8	794,7	860,7	910,9	960,5
São Paulo	11.768,9	13.413,6	14.802,5	16.110,2	17.389,7	18.667,7

Fonte: Anatel

A densidade telefônica apresenta atualmente valores comparáveis aos da maioria dos Estados brasileiros como pode ser observado no quadro, com a esperada supremacia de

São Paulo.

Quadro 23. Evolução da Densidade Telefônica TUP (telefones por 1.000 habitantes)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	5,5	6,4	7,3	8,2	8,7	9,2
Região Norte	4,3	5,4	6,5	7,5	7,8	8,0
Rondônia	4,5	5,6	6,6	7,5	7,8	8,0
Acre	4,3	5,4	6,5	7,6	7,9	8,0
Amazonas	4,2	5,4	6,5	7,5	7,8	8,0
Roraima	6,2	6,9	7,2	7,5	7,7	8,0
Pará	4,1	5,2	6,4	7,5	7,8	8,0
Amapá	4,6	5,6	6,6	7,5	7,7	8,0
Tocantins	4,6	5,6	6,6	7,5	7,8	8,0
Espírito Santo	5,5	6,3	6,9	7,5	7,8	8,0
São Paulo	7,1	8,1	9,1	10,0	10,9	11,8

Fonte: Anatel

Telefonia Móvel Celular

Os serviços de telefonia móvel celular beneficiam a ampla maioria da população do Estado e são prestados por três operadoras com sedes em Porto Velho. As empresas apresentam diferentes áreas de cobertura local e nacional/internacional, com as várias tecnologias em uso no país e, em conjunto, atendem a cerca de 90% da população do estado.

Os municípios atendidos por telefonia móvel celular são: Alta Floresta, Alvorada, Ariquemes, Buritis, Cacoal, Candeias do Jamari, Cerejeiras, Colorado, Espigão d'Oeste, Guajará- Mirim, Jaru, Ji Paraná, Machadinho, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura, Santa Luzia, Vilhena e São Miguel. NO território Vale do Jamary até o ano de 2005, apenas 3 municípios possuíam telefonia Celular.

O quadro seguinte mostra a disponibilidade do serviço móvel pessoal no Estado em todas as bandas liberadas para o mesmo. Aí, verifica-se que no conjunto a telefonia celular móvel está presente em mais da metade dos municípios, nos quais vivem cerca de nove em cada dez habitantes do Estado.

Quadro 24. Serviço Móvel Pessoal SMP - 2005

Estado	População			Municípios			
	Total	Atendida	% Atendido	População/nº ERBS	Atendidos/ Total	% Atendido	
144	1.562.085	1.312.860	84,05	9.117,08	27/52	51,92	
% Municípios Atendidos				% População Atendida			
Banda A	Banda B	Banda D	Banda E	Banda A	Banda B	Banda D	Banda E
85,19	74,07	74,07	81,48	95,29	89,90	90,64	91,04

Fonte: ANATEL

Tal como na telefonia fixa, a evolução dos serviços de telefonia móvel celular no Estado acompanha a tendência nacional, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 25. Evolução do Serviço Móvel Celular (milhares de acessos)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	21.500,3	29.200,4	37.500,1	45.500,1	52.500,0	58.000,0
Região Norte	809,4	1.263,3	1.746,3	2.217,2	2.640,4	2.988,3
Rondônia	122,5	206,5	295,5	382,7	461,7	527,6
Acre	43,6	66,2	90,3	113,7	134,7	151,8
Amazonas	202,5	287,6	378,8	467,0	545,0	607,4
Roraima	28,3	46,1	65,0	83,4	100,1	113,9
Pará	324,8	516,9	721,2	920,7	1.100,4	1.248,7

Televisão Aberta

A televisão aberta, através da Rede Amazônica de Televisão, afiliada da Rede Globo, atinge a maior parte do Estado através da TV Rondônia – a principal emissora do grupo, localizada em Porto Velho - ou de emissoras e retransmissoras instaladas em diversas sedes municipais no interior do Estado. Todas as Redes nacionais de TV aberta têm presença local em proporções semelhantes a que ocorre no nível nacional.

Correios

A Diretoria Regional de Noroeste da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT abrange os estados de Rondônia e do Acre, estando presente na quase totalidade dos municípios desses estados, atendendo a uma população de 2.000.000 habitantes.

O Estado de Rondônia é dividido em duas Regiões Operacionais denominadas REOP 01 e REOP 03, com sedes em Porto Velho e Ji-Paraná, respectivamente.

A rede de atendimento é composta por Agência de Correios (AC), Agência de Correios Franqueada (ACF), Banco Postal (BP), Agência de Correios Comunitária (ACC), Postos de Venda de Produtos (PVP) e Caixas de Coleta (CC) estando distribuídos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 26. Serviços da ECT Por Município

Localidade	AC	ACF	BP	CC	PVP
Alta Floresta do Oeste	1		1	3	4
Alto Alegre dos Parecis	1		1	-	
Alto Paraíso	1		1	-	
Alvorada do Oeste	1		1	-	
Ariquemes	1	1	1	6	7
Buritis	1		1	1	1
Cabixi	1		1	-	
Cacoal	1	1	1	4	4
Campo Novo de Rondônia	1		1	-	
Candeias do Jamari	1		1	1	2
Castanheiras	1		1		

Localidade	AC	ACF	BP	CC	PVP
Cerejeiras	1		1	1	6
Colorado do Oeste	1		1	3	2
Corumbiara	1		1	-	2
Costa Marques	1		1	1	
Espigão do Oeste	1		1	-	0
Governador Jorge Teixeira	1		1	-	
Guajará-Mirim	1		1	4	2
Itapoã do Oeste	1		1	-	
Jaru	1		1	5	5
Ji-Paraná	1	2	1	6	10
Machadinho do Oeste	1		1		
Ministro Andreazza	1		1		
Mirante da Serra	1		1	2	3
Monte Negro	1		1		
Nova Brasilândia do Oeste	1		1	3	2
Nova Mamoré	1		1	1	
Novo Horizonte do Oeste	1		1		
Ouro Preto do Oeste	1	1	1	5	6
Pimenta Bueno	1		1	4	2
Porto Velho	11	2	7	12	18
Presidente Médici	1		1	2	4
Rolim de Moura	1	1	1	7	4
Santa Luzia do Oeste	1		1	1	2
São Felipe do Oeste	1		0		
São Francisco do Guaporé	1		1		
São Miguel do Guaporé	1		1	1	
Seringueiras	1		1	1	1
Theobroma	1		1		1
Urupá	1		1	1	
Vale do Paraíso	1		1		
Vilhena	1	1	1	12	13
Totais	52	9	47	87	101

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Diretoria Regional de Noroeste

No território apenas seis dos nove municípios possuem agências de correio.

3.21. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Os apoios dos governos municipais (prefeituras), estaduais (SEAPES, SEDAM, IDARON, EMATER) e federais (EMBRAPA, CEPLAC, INCRA, DFDA-RO, CONAB) com implementações de ações de políticas públicas no Território têm contribuído para o

desenvolvimento, embora tímido, do sistema produtivo. Porém, esse ambiente institucional necessita estar fortemente articulado entre si e ao sistema produtivo do Território para que seus atores possam dar continuidade às ações de seus programas após mudanças de governos.

O Território apresenta um ambiente institucional de apoio bastante diversificado e com programas e ações voltadas para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, porém apresentam as debilidades e/ou fragilidades abaixo:

A oferta de técnicos qualificados para atender a demanda por AT no Território é insuficiente, a metodologia de ATES e ATER não é compatível com o desenvolvimento territorial da região Norte;

Recursos humanos e financeiros para assessoramento na elaboração, implantação, execução, monitoramento e avaliação de programas e projetos voltados não somente para o setor produtivo que visem a área econômica, mas também visando as áreas sociais, culturais, políticas e ambientais; essa fragilidade leva à não interação com jovens e outros grupos sociais, daí a necessidade de se pensar em proposições de projetos estruturantes que contemplem a saúde, educação, cultura e o meio ambiente.

A maioria dos programas e projetos existentes no Território não está

Falta de interação entre os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

A demanda por pesquisa agropecuária para a agricultura familiar é elevada com ausência de serviços na área de análise laboratorial e inadequação das pesquisas existentes às peculiaridades da AF do Território;

Ausência de instituições financeiras e orçamentos direcionados para o setor agrícola em alguns municípios;

Deficiências de infra-estrutura em algumas instituições de apoio;

4.0. VISÃO DE FUTURO

A tabela 7 contém a expressão do desejo; a definição de como e onde quer estar o território do Vale do Jamary em um espaço temporal de cinco anos. Originado de um exercício coletivo dos atores sociais, como se fosse um sonho coletivo, traz a concepção ou imagem do que desejam alcançar ou obter no espaço-tempo determinado.

É com base nessa visão de futuro que o território definiu o que quer, o que fará, com quem contará, enfim, definiu o que deverão providenciar (a planificação) para alcançá-lo. A visão de futuro antecipa possíveis desdobramentos da ação racional e organizada dos atores

sociais do território sobre a sua realidade e seu contexto, expressando o seu desejo de mudança enquanto segmento da sociedade que se define como agricultura familiar.

A visão de futuro portanto, torna-se um instrumento fundamental para dimensionar as possibilidades de realização do desejo territorial, contribuindo na orientação do diagnóstico, na definição dos objetivos específicos, metas e estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Tabela 7. Visão de Futuro do território Vale do Jamary

Sonho	Ações	Resultados
Agricultura familiar sustentável; Diversificação da produção (Biodiesel, fitoterapico, essências, manejo florestal)	Incentivar à organização da produção da agricultura familiar; Fomento a produção agropecuária; Preservação do patrimônio cultural e ambiental. -Elaborar diagnóstico do perfil do consumidor dos produtos da AF no território (inclusive as escolas) -Capacitação na gestão produtiva e social -Gestão de banco de biodiversidade na AF; -Criação e fortalecimento de agroindústria familiar no território; -Disponibilidade de acesso ao crédito em tempo hábil para a Agricultura Familiar.	Valorização de produtos alternativos, geração de renda; -Oferta diversificada de produtos, conhecimento da preferência do consumidor; -Gestão qualificada e fortalecimento institucional; -Garantir o controle da biodiversidade nas mãos da AF; -Agregação de valor, geração de emprego e renda, maior facilidade de comercialização e acesso aos mercados; -Atender a necessidade de financiamento de acordo com o calendário agrícola do estado;

-ATER eficiente	-Envolver as instituições de ATER no Planejamento participativo e integrado	-Atendimento aos anseios da Agricultura Familiar; -Maior integração, freqüência e eficiência nos serviços prestados;
- Educação diferenciada no campo e em todos os níveis	-Realizar seminário para discutir a proposta curricular; -Convidar os representantes das secretarias municipais e estaduais de educação e	-Um novo modelo de educação no campo; -Inclusão social de jovens e adultos. -Melhoria na qualidade do ensino no campo; Aproximar a Agricultura

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO RURAL VALE DO JAMARY – RONDÔNIA

	EMARC para traçar estratégias de integração	Familiar das Escolas
Fortalecimento da CIAT	-Efetivação dos membros da CIAT; -Resgatar a discussão sobre o Regimento Interno da CIAT; -Instalação da estrutura física da CIAT	-Gestão social do território fortalecida
-Regularização e reordenamento agrário	-Levantamento situacional das áreas; Demarcação e titulação; -Estabelecer mecanismo de participação social	-Diagnóstico elaborado; Definição do tamanho da propriedade, Quantidade de família; -Construir canais de negociação com o INCRA na execução da política fundiária nos territórios
Comercialização solidária;	-Implantação da central de comercialização; -Técnicos capacitados; -Qualidade dos produtos; -Agroindústria; -Certificação; -Marketing.	-Alternativa de mercado e maior lucratividade; -Criação de marcas e patentes; -Pequenas agroindústrias; -Geração de empregos; -Melhor qualidade de vida

Com base na visão de futuro, o território tem condições de iniciar o seu processo de planejamento estratégico, pois concebeu coletivamente o que quer, gerando uma imagem de como estará quando chegar o tempo que determinou. Este momento foi indispensável para que o território pudesse dar início ao seu planejamento. Observaram-se as condições internas do território, suas potencialidades, dificuldades e o contexto sócio-político organizativo, bem como a forma de interação dessa perspectiva com as condições futuras do contexto externo. Esta confrontação do endógeno (condições internas) com o exógeno (contexto externo) permitiu definir um cenário desejado plausível.

O território no exercício de construção de sua visão de futuro determinou como poderão controlar as ações e não ficar a revelia de qualquer mudança de rumo, pois possui claro o lugar para onde querem ir e o estado que querem alcançar.

A função da visão de futuro é não ver os problemas, nem as dificuldades; mas sim as oportunidades internas e externas que o território terá para transformar em sucesso sua ação no presente.

Enfim é a expressão do sonho coletivo dos atores sociais do território para uma vida

melhor, de um cotidiano transformado e melhorado, com os interesses coletivos devidamente expressos; grupos e segmentos interessados devidamente representados e comprometidos.

5.0. EIXOS INTEGRADORES

Os eixos integradores construídos pelo território nortearam o processo de construção do PTDRS de forma didática através da sistematização e organização das propostas oriundas das forças vivas do território (atores sociais). Objetivou-se dessa maneira formar um conjunto articulado de diretrizes e prioridades convergentes para o PTDRS, levando em consideração as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Essas dimensões foram determinadas a partir das percepções dos atores sociais do território. O território do Vale do Jamary definiu assim os seus eixos aglutinadores:

- ✓ Fortalecimento da gestão sociais do território;
- ✓ Comunicação;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Diversificação da produção e da renda;
- ✓ Fortalecimento das ações sócio-ambientais;
- ✓ Agroindústria familiar;
- ✓ Comercialização;
- ✓ Questão indígena da sustentabilidade e diversidade.

A base da definição e construção dos eixos foi a visão de futuro que os atores sociais dos territórios construíram ao longo do processo de gestão social oportunizado pela SDT em forma de oficinas, cursos e seminários.

A partir dos eixos foram definidos e estruturados os projetos setoriais e específicos. Esses projetos estão amarrados entre si nos diferentes eixos aglutinadores e devem responder as demandas específicas do território.

6.0. PROJETOS ESTRATÉGICOS (ESTRUTURANTES)

PLANO DE ALTERNATIVAS SÓCIO-PRODUTIVAS PARA O TERRITÓRIO RURAL VALE DO JAMARY

6.1. EIXO ESTRATÉGICO 1: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Introdução

A participação social na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas no Brasil devem ser analisadas a partir de dois aspectos básicos: por um lado, verificam-se formas muito variadas de participação social e, por outro, há uma complexidade de relações sociais que se expressa nas múltiplas possibilidades de engajamento e atuação social.

A gestão social do desenvolvimento deve ser continuamente estimulada como forma de se garantir a transparência e a eficácia das políticas. Assim, a gestão social precisa desenvolver capacidades de negociação, de regulação, de articulação e de complementação das iniciativas locais com as ações do Estado, das organizações sociais, dos empresários e com os mercados, estabelecendo sinergias no sentido de fortalecer a agricultura familiar, como pilar básico do programa de desenvolvimento rural sustentável.

É necessário garantir espaços para atuação política dos atores sociais nas políticas públicas. Para tanto, as institucionalidades (criadas e/ou em construção) devem aprofundar, ao máximo, a democratização da gestão através da participação efetiva dos agricultores/as familiares, da população tradicional e de suas formas de representação no âmbito local, de tal forma a produzir um ambiente institucional que dê amparo à implementação das políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Do ponto de vista da participação, verifica-se que após a Constituição Federal de 1988 ocorreu uma grande expansão de conselhos municipais e estaduais, em diferentes setores, como educação, saúde, juventude, desenvolvimento rural, entre outros, com o objetivo de criar canais de participação dos diferentes atores sociais envolvidos na definição e implementação de políticas públicas. Com isso, estudos recentes indicam que quanto maior tem sido a representação social nos conselhos, mais consistentes têm sido a construção e a implementação de um novo pacto sócio-político.

No entanto, o processo de descentralização e democratização das políticas públicas ainda encontra obstáculos, em diversas regiões do país, em decorrência de pressões e do uso da

violência, tanto das oligarquias regionais, como dos poderes locais e até nos vínculos familiares tradicionais, às quais inibem a atuação articulada do conjunto das forças sociais dos municípios e, até mesmo, dos territórios.

DIAGNÓSTICO SETORIAL CONSTRUÍDO DE FORMA PARTICIPATIVA NAS OFICINAS NO TERRITÓRIO VALE DO JAMARY

Potencialidades

Existência de conselhos municipais atuantes no território em diversos segmentos;

Os membros da CIAT vêm sendo sujeitos de um amplo processo de capacitação nos últimos quatro anos, que fortalece o empoderamento e a assimilação de metodologias participativas, com reflexo direto na gestão participativa e democrática em suas entidades;

Os membros da CIAT vêm construindo de forma participativa instrumentos de gestão, como os estudos propositivo de dinamização econômica e o PTDRS;

Todos os municípios do território possuem conselhos municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ativos e com reuniões periódicas;

Limites

Os CMDR's não possuem infra-estrutura que potencialize as atividades inerentes às funções de conselheiros (as);

Os últimos eventos de capacitações para os CMDRS foram realizados em entre os anos de 2002 e 2003;

Nos últimos anos as ações e capacitações de membros dos conselheiros municipais, foram promovidas em exercício de suas atividades em eventos e momentos promovidos pelo CMRDS e CIAT;

Não disponibilidade de recursos financeiros para deslocamento dos membros dos conselhos;

Os Conselheiros (as) em sua grande parte desconhecem os papéis dos atores do desenvolvimento sustentável, e suas funções de criticar a realidade e propor alternativas de desenvolvimento sustentável e inclusão econômica e social;

Quase não existe interação entre os membros dos diversos conselhos municipais.

Inexistência de um sistema de comunicação via rádio com capilaridade nas comunidades e organizações sociais do território;

Baixo índice de acesso à comunicação via internet por parte das organizações sociais do território;

Inexistência de equipamentos gráficos nas organizações sociais do território capaz de apoiar a construção e edição de um periódico falando sobre assuntos de interesse da agricultura familiar, economia solidária, questões de gênero, juventude, meio ambiente diversificação da produção, da renda, melhoria e diversificação do rebanho do território;

Inexistência de um profissional habilitado (Núcleo técnico) para assessorar a produção e disseminação das informações no território.

DIRETRIZES DO EIXO ESTRATÉGICO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Para enfrentar essas questões, e observando orientações do CONDRAF propomos as seguintes diretrizes, como estratégia de construção do projeto de um desenvolvimento sustentável para o Brasil rural:

Diretriz 1 - Criar instrumentos institucionais e jurídicos que promovam à descentralização dos processos de decisão inclusive orçamentária e a democratização dos espaços de gestão e controle social, com base na efetiva participação política dos diferentes atores sociais, das diversas esferas (municipal, territorial, estadual e nacional).

Diretriz 2 - Fortalecer e ampliar a presença dos vários segmentos das populações rurais na formulação, implementação e gestão das políticas públicas em todos os níveis, através de instrumentos institucionais de controle social.

Diretriz 3 - Ampliar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços de elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas.

Diretriz 4 - Garantir, por parte dos gestores públicos, a participação política, o respeito e o reconhecimento das organizações da sociedade, como atores e interlocutores legítimos nos processos de gestão de políticas públicas.

Diretriz 5 - Estimular a implementação de políticas e programas que superem a fragmentação e setorialização das práticas institucionais, enfatizando o planejamento e a articulação interinstitucional das ações do Poder Público.

Diretriz 6 - Valorizar os territórios na construção de pactos sociais que ampliem a

capacidade de negociação, articulação e realização de iniciativas promotoras de uma estratégia sustentável de desenvolvimento que favoreça os atores sociais interessados nessa ação.

Diretriz 7 - Incentivar a construção de arranjos institucionais que assegurem a participação democrática de representantes em colegiados territoriais e municipais e segmentos sociais nos processos de tomadas de decisão e espaços de gestão e controle das políticas públicas.

Diretriz 8 - Criar mecanismos de fortalecimento do papel político e social dos conselhos, fóruns e consórcios em seus diferentes níveis de atuação, como espaços de formulação, definição e gestão democrática de diretrizes políticas para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Diretriz 9 - Incentivar os colegiados a criarem mecanismos que atuem na gestão de conflitos ambientais e socioculturais no meio rural.

Diretriz 10 - Garantir a paridade entre homens e mulheres na composição dos colegiados de desenvolvimento rural sustentável.

Diretriz 11 - Criar e fortalecer instrumentos institucionais e jurídicos que garantam a participação da juventude rural nos conselhos, fóruns, consórcios, a nível municipal, territorial, estadual e nacional, bem como, na formulação e implementação das políticas públicas de inclusão social, econômica, ambiental e cultural.

Diretriz 12 - Criar mecanismos ou processos de capacitação para os diversos segmentos da sociedade para uma melhor participação nas políticas públicas, no planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação dos resultados e seus impactos, incluindo os aspectos da gestão orçamentária e financeira dos programas voltados ao desenvolvimento sustentável.

Diretriz 13 - Garantir a inclusão das questões de gênero nas políticas de formação e de fortalecimento das redes territoriais de colegiados no território.

Diretriz 14 - Fomentar e apoiar diferentes formas de cooperação socioeconômica e política, reconhecendo as diversas iniciativas de desenvolvimento rurais sustentáveis implementadas pela sociedade.

PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTOS PARA ESSE EIXO ESTRATÉGICO

1. Programa de fortalecimento da CIAT e dos CMDRS do Território

1.1. Projeto: fortalecer CIAT e CMDRS para a gestão social do território.

SUGESTÃO DE METAS: promover capacitações em gestão de políticas públicas para gestores públicos, sociais, lideranças e técnicos do território; promover momentos de interação, capacitação e planejamento participativo e compartilhado com demais conselhos municipais; garantir representatividade das organizações dos povos indígenas na CIAT; promover conferência territorial para apresentação e negociação do PTDRS com ministérios, agências governamentais, representantes do executivo, legislativo e entidades ligadas à iniciativa privada; investir em infra-estrutura de apoio aos colegiados do território, ampliando sua capacidade de desenvolvimento e gestão de atividades, dando publicidade através de meio impresso, de áudio, visual e virtual; promover a articulação dos diversos conselhos de políticas públicas existentes no território, de forma a construir uma rede que facilite a comunicação, capacitação, planejamento e acompanhamento dos serviços e políticas públicas.

1.2 Projeto: coletivo de entidades ligadas à agricultura, produção familiar e solidária do território.

SUGESTÃO DE METAS: promover oficinas para reflexão sobre a situação da organização social do território, enfocando conquistas, limites e perspectivas; produzir de forma participativa um mapa de localização e situação das principais organizações sociais do território por município; criar uma comissão para analisar e apresentar uma sugestão de arranjo institucional (composição e organograma) para o território, capaz de satisfazer e promover senso comum entorno da gestão e negociação do PTDRS; promover eventos e momentos de entendimentos e planejamentos para avançar na gestão social do PTDRS.

2. Programa de apoio à estruturação e fortalecimento das organizações sociais do território (sindicatos, associações, cooperativas e outros grupos organizados)

2.1 Projeto: capacitar em gestão de organizações sociais para o desenvolvimento sustentável.

SUGESTÃO DE METAS: capacitar quadro social, funcionários, assessores e voluntários sobre gerenciamento de potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento solidário e sustentável; Capacitar sócios, dirigentes, funcionários, técnicos e voluntários em técnicas de Planejamento participativo e Desenvolvimento Institucional, etc.

2.2 Projeto: infra-estrutura para as organização e comunicação social no território.

SUGESTÃO DE METAS: identificar e negociar com gestores públicos, espaços físico desativados ou desocupados que possam servir como base de organizações e projetos sociais, produtivos, econômicos e culturais no território; investir em aquisição de equipamentos, veículos e comunicação; incentivar a inclusão digital no território através das organizações da sociedade civil; ampliar e fortalecer a comunicação social entre as entidades públicas e da sociedade civil, investindo em edição de jornal territorial, site na Internet vinhetas e programas nas rádios do território e ampliar o numero de rádios comunitárias no território; promover cursos, oficinas e seminários sobre comunicação social.

3. Programa de incentivo e fortalecimento de redes sociais de organizações ligadas à agricultura familiar e economia solidária do território

3.1 Projeto: fortalecer redes sociais de produção, comercialização e consumo solidário no território.

SUGESTÃO DE METAS: realizar estudo de potencialidade e viabilidade da organização para a produção, consumo e comercialização solidária no território; capacitar lideranças e técnicos da ATER e ATES em gestão cooperativa, como ferramenta essencial à superação de problemas comuns; identificar e quantificar o tamanho e o perfil dos principais grupos de produtores e consumidores do território (funcionários públicos, privados, aposentados e pensionistas, beneficiários dos programas de renda mínima, assentados, grupos étnicos, e mercado institucional); identificar possibilidades de articulação com políticas públicas e programas afins, como por exemplo o programa de aquisição de alimento da CONAB; criar ou fortalecer cooperativas de produção, comercialização, consumo e crédito solidário, ligadas à agricultura e produção familiar no território; Identificar a oferta (qualidade e quantidade) de técnicos com conhecimentos sobre cooperativismo (organização, gestão de empreendimentos associativos, contabilidade, tributação, entre outros), essa capacidade técnica local deve ser estimulada para se organizar em formato de BASE DE SERVIÇO de assessoria a empreendimentos de caráter associativo no território; construir plano de negócio e gestão dos empreendimentos cooperativo das principais cadeias produtivas do território, facilitando assim a organização de rede territorial de produção, processamento,

comercialização e consumo de produtos da agricultura familiar e economia solidária.

3.2 Projeto: estruturar e fortalecer rede territorial de assistência e assessoria técnica à agricultura e produção familiar (ATER , ATES e OUTRAS).

SUGESTÃO DE METAS: promover discussão sobre os investimentos financeiros no território através das diversas modalidades do PRONAF focados na sustentabilidade de cadeias produtivas estratégicas para a agricultura familiar do território (convidar representante do agente financeiro principalmente responsável pelo DRS do Banco do Brasil local, CEDRS e DFDA/MT, INCRA, CONAB); capacitar técnicos e agricultores em agroecologia; capacitar técnicos e agricultores em estratégias de diversificação produtiva e promoção da agroindústria familiar no território; criar site na Internet para troca de experiências e servir como referências para processos de capacitações em desenvolvimento sustentável para atores e agentes da agricultura familiar do território.

Estratégia metodológica proposta para este eixo

À medida que o processo de gestão social de políticas públicas avança através dos atores sociais do território, novas demandas vão surgindo, pois novas habilidades e conhecimento vão sendo exigidos. Como por exemplo ampliar o processo de crítica sobre a realidade sócioeconômica e política do território, identificando e qualificando limites e perspectivas.

Podemos distinguir três linhas de ação dentro de um processo pedagógico de formação na gestão social do desenvolvimento territorial: acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos CMDRS, CIAT e CEDRS; eventos de capacitação específica para as atividades da gestão social do desenvolvimento territorial (planejamento, organização, coordenação e controle); eventos/Assessorias para a capacitação específica de atores do desenvolvimento territorial (comercialização, cooperativismo, crédito, educação ambiental, equidade de gênero e etnia, entre outros).

No que se refere à comunicação social do território e o apoio as forma de comunicação popular alternativas sugerimos capacitações e estímulos para formação de Núcleos de Comunicação Municipais; estabelecer parcerias com pastorais de comunicação, da juventude, organizações de mulheres e idosos atuantes no território e entidades de ensino superior e criação de Folders, cartilhas, banners e vinhetas para programas de rádios.

Assim sendo, os eventos e momentos, devem reforçar a interação entre os temas discutidos pelos colegiados e as demandas e oportunidades e limites que se apresentam

aos gestores sociais, municipais, parlamentares, entre outros.

Arranjo institucional proposto

O MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vem promovendo um amplo processo de capacitação de conselheiras e conselheiros territoriais, ao longo de quatro anos de execução do programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Essas ações só se tornaram possíveis através de inúmeras parcerias desenvolvidas entre organizações do poder público e da sociedade civil, ligadas à agricultura, pecuária, produção sustentável de origem animal e vegetal e a economia solidária. Esses momentos se destinam quase que exclusivamente para a CIAT, enquanto que os CMDRS estão sem um plano de capacitação.

Sabemos ainda, que são relativamente abundantes e variadas as ofertas e fontes de recursos para capacitações, provenientes de diversas organizações nacionais e internacionais, que geralmente se apresentam de duas maneiras: de forma espontânea, quando as articulações e as aproximações institucionais levam a um processo de consolidação de parceria e de forma induzida, quando um determinado, programa, ou instituição, utilizando-se de editais, torna pública a existência de recursos e regras para apresentações de propostas. Como exemplos podemos citar os recursos do PROINF, PRONAF CAPACITAÇÃO, FUNAMA, PETROBRAS, entre outros. Todos esses recursos carecem de uma proposta bem construída, com objetivos específicos definidos, e capazes de dar conta do objetivo geral da proposição que deverá ser o fortalecimento do processo de gestão social do território.

Instituições e organizações potencialmente parceiras: CONDRAF, CEDRS, FETAGRO, STTR's, Secretarias Municipais de Agricultura, Secretárias Municipais de Educação, COOTRARON, MILENIO, EMATER, KANINDÉ, Ministério Público, Escolas Técnicas, SENAR, SEBRAE, etc.

Sugestão de indicadores para os programas e projetos deste eixo estratégico (construídos em oficinas territoriais)

De resultado:

Quantidade de conselheiros (as) municipais e territoriais capacitadas e atuantes, envolvendo as comunidades, organizações sociais, produtivas e públicas ligadas a Agricultura Familiar e pública;

Participação de conselheiras e conselheiros da CIAT e dos CMDRS nos eventos de capacitação territorial, estadual, regional e nacional;

Câmaras temáticas criadas e atuantes no âmbito dos CMRDS e CIAT, de acordo com as áreas de resultados/cadeia produtiva priorizadas para cada dimensão do desenvolvimento local;

CIAT e CMDRS equipados com recursos físicos capazes de auxiliar no processo de fortalecimento da gestão social do território e ampliar de forma eficiente e eficaz a comunicação social no território;

Quantidade de matéria vinculada através de programas de rádios, jornais, revistas, site, blog, criação do site na internet, quantidade de capacitações e capacitados.

De Impacto:

CIAT e CMDRS atuando de formas planejada, participativa e propositiva, capitaneando processos autônomos proposição, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Surgimento de novas lideranças, qualificação das atuais lideranças na gestão social de políticas públicas e maior participação das organizações sociais do território o processo de gestão social do desenvolvimento sustentável.

Proposta de gestão para os programas e projetos deste eixo

A gestão deve ser compartilhada entre a CIAT, CMDRS, FETAGRO, Secretarias Municipais de Agriculturas e demais entidades parceiras. Tendo a área de abrangência todo o território.

6.2. EIXO ESTRATÉGICO 2: CONHECIMENTOS E SABERES

Introdução

O reconhecimento das formas tradicionais de manifestação e produção cultural e dos saberes locais acumulados e repassados de geração em geração, bem como a valorização das identidades coletivas subjacentes às formas tradicionais de organização social, são traços essenciais de um mundo rural que integram a diversidade cultural dos grupos que o

conformam. Portanto, tradição e modernidade buscam novos elos na construção de projetos de desenvolvimento socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

Neste eixo serão tratadas questões relacionadas ao meio ambiente, cultura e educação, entendida como ações formais e não formais, além da produção e acesso ao conhecimento que são inerentes a processos de pesquisa, experimentação, extensão rural e assistência técnica. As ações educativas formais são aquelas dirigidas à escolarização. E as não formais referem-se às atividades culturais e às ações educativas desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais, pelos movimentos sociais e pastorais; como a formação política, ambiental, sindical, técnica, produtiva e comunitária.

A educação, a cultura e o meio ambiente como direitos sociais desempenham papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, exigindo novos enfoques pedagógicos, metodológicos e novas estruturas institucionais para atender às necessidades dos novos cenários econômicos, sociais, políticos e organizacionais e da base de recursos naturais disponíveis.

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural supõe uma articulação política, capaz de organizar atores sociais para gestão de recursos financeiros a partir de parcerias solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, respeitando-se a pluralidade e as diversidades sociais, étnicas, culturais e ambientais.

DIAGNÓSTICO SETORIAL CONSTRUÍDO DE FORMA PARTICIPATIVA NAS OFICINAS NO TERRITÓRIO VALE DO JAMARY

Potencialidades

- Existência de uma legislação que ampara a construção de propostas diferenciadas para as escolas do campo;
- Apoio da SDT para a realização de ações no contexto da educação do campo;
- Existência de diversos programas da área de educação;
- Economia do território fortemente baseada nas atividades agropecuárias o que requer qualificação profissional nas áreas de agricultura, pecuária, agroindústria, etc;

- Metodologia adotada pelas Escolas Famílias agrícolas (Pedagogia da alternância) apresenta elevada compatibilidade com as características da vida no campo;
- Os resultados obtidos através das experiências das EFAS no Estado animam as organizações e movimentos sociais, na busca de alternativas pedagógicas e organizacionais para implementação de uma educação do campo;
- Existência de um razoável número de profissionais qualificados em ATES / ATER atuando no campo;
- Iniciativa por parte de alguns municípios para implementar ações diferenciadas e inovadoras no campo;
- Existência de profissionais que atuam na área ambiental;
- Possibilidade do apoio das equipes de ATER/ATES nas atividades de educação ambiental.

Limitações

Professores e demais profissionais que atuam no campo não sensibilizados para a necessidade de pensar a educação do campo de forma diferenciada, sistêmica, integradora, e geradora de protagonismos e transformações sociais, políticas e econômicas;

Resistência de gestores, profissionais da educação, pais e alunos quanto às mudanças necessárias para uma adequação da educação à realidade do campo e a necessidade de ampliar a interação escola-comunidade;

Não há uma adequação político metodológico dos programas existentes de apoio a educação no campo;

O poder público não assume a responsabilidade perante a lei do ensino médio no campo (diretrizes de educação do campo);

Falta dados sobre a real demanda por educação do campo no território;

Inexistência nas escolas públicas do território de recursos didático e metodológico adequado à realidade do campo e às temáticas de meio ambiente, gênero, etnia, e geração;

Falta de iniciativa de articulação entre o Estado e municípios para implantar um curso médio no campo;

Não implantação das diretrizes operacionais de educação no campo e do próprio artigo 28 da LDB;

Pouca articulação das organizações e movimentos sociais em torno da educação do campo como estratégia fundamental para ações transformadoras;

Pouco debate sobre a educação do campo com as famílias da agricultura familiar;

Omissão dos gestores municipais e parlamentares quanto à questão do ensino médio do campo;

Falta de legislação que normatize a gestão democrática nas escolas do campo;

Reduzida disponibilidade de profissionais qualificados para compor o quadro funcional das EFAS;

O poder público não reconhece as EFAS como educação pública não estatal, o que gera dificuldade em garantir a manutenção das mesmas;

Incompatibilidade do projeto política-pedagógico e orçamentário das escolas convencionais com a realidade do campo;

A não existência e ou não funcionamento dos conselhos municipais de educação. E falta de uma câmara temática de educação do campo;

Ainda são incipientes os debates entre os atores da agricultura familiar sobre alternativas metodológicas e pedagógicas de educação do campo.

Agricultores insatisfeitos e mal informados sobre as possibilidades que a necessidade de adequação ambiental trás para uma reflexão sobre manejos e estratégias de produção e a agregação de serviços pelas propriedades.

Linha do tempo e posição dos atores sociais e educadores do território sobre a importância da educação para o desenvolvimento sustentável.

A CIAT do território desde o início dos trabalhos se preocupa com o debate sobre a educação do campo, por entender sua importância no papel transformador das realidades política, social e econômica. Desta forma, foi solicitado que este registro se fizesse presente no corpo deste estudo, para indicar uma firme posição e propósito dos atores do território em entender a educação como ferramenta de transformações sociais.

“A discussão sobre o papel do ensino é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável e requer uma urgente adaptação das disciplinas ministradas nas escolas rurais

à realidade do meio rural”.

- Educação Formal e o privilégio das minorias;
- Até 1891 a educação do campo não era sequer mencionada nos textos constitucionais;
- Precariedade das escolas do campo/concepção de ensino questionável;
- Década de 60/movimentos sociais/sindicais/pastorais;
- Golpe militar /marco negativo;
- Retomada pelos movimentos sociais na década de 70;
- Em 1988 – 1 conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (CNBB/MST/UNICEF/UNESCO);
- “Articulação Nacional para uma educação Básica do Campo”/Brasília;
- 2002- Aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo;
- 2003- Retomada das discussões sobre o Campo Brasileiro em novas bases governamentais;
- Elaboração do Plano Plurianual, Reforma Agrária, Reordenamento Agrário, e o fortalecimento da agricultura familiar são instrumentos indispensáveis à inclusão social e econômica;
- Educação: Um Novo Projeto Político pedagógico que valorize o conjunto de saberes, conhecimentos e experiências de crianças, jovens e adultos, homens e mulheres do campo, bem como, considere seus interesses e necessidades;
- A educação do campo de qualidade é um dos direitos dos povos do campo;
- A educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido;
- A educação do campo no campo;
- A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável e o diálogo social entre as diferenças;
- A educação do campo e o respeito às características do campo;
- A educação do Campo enquanto produção de cultura e a cultura como linguagem do desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- .A importância da educação do campo na formação dos sujeitos.

DIRETRIZES DO EIXO ESTRATÉGICO CONHECIMENTOS E SABERES

Para enfrentar essas questões, estão sendo propostas as seguintes diretrizes, como estratégia de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o território:

Diretriz 1 - Formular e implementar políticas públicas que valorizem a diversidade cultural, étnica, de raça, de gênero e de geração, territorial e regional, sem prejuízo do acesso ao conhecimento universal historicamente acumulado e promovendo a inclusão de famílias rurais pela produção de conhecimentos científicos que incorporem os diversos conhecimentos tradicionais, de forma interdisciplinar e participativa, em consonância com a pluralidade da agricultura familiar.

Diretriz 2 - Instituir e implementar uma política territorial de educação integral do campo, escolar e não escolar, valorizando os conhecimentos e a construção de saberes de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária e das populações tradicionais, respeitando os processos participativos de elaboração de projetos políticos pedagógicos contextualizados à realidade e com destinação de recursos adequados e suficientes para assegurar o direito das crianças, adolescentes, jovens, mulheres, adultos e idosos à educação, contribuindo para a universalização do acesso à educação básica e ampliação da formação profissional pública e de qualidade, enfatizando também o acesso ao ensino superior.

Diretriz 3 - Instituir instrumentos de políticas públicas que viabilizem a educação por alternância, implantado por órgãos governamentais e não governamentais para fortalecer e ampliar os processos de escolarização e profissionalização de agricultores/as familiares, assalariados/as, sem terra, ribeirinhos/as, extrativistas, pescadores/as artesanais, indígenas e remanescentes de quilombos.

Diretriz 4 - Universalizar o acesso ao ensino superior, fortalecendo a interiorização das universidades públicas, por meio de uma abordagem conceitual e pedagógica que promova o diálogo entre a teoria e a prática e que respeite a realidade e identidade dos atores sociais.

Diretriz 5 – Contribuir para o fortalecimento do papel da extensão universitária na formação de cidadãos que atuem na construção do desenvolvimento rural sustentável, valorizando a diversidade socioambiental do território e a apropriação das tecnologias sociais.

Diretriz 6 - Integrar as políticas públicas, os programas e projetos de educação do campo,

de educação ambiental, de cultura e a assistência técnica e extensão rural, nos três âmbitos governamentais, a fim de potencializar o uso de recursos e fortalecer os atores sociais e suas organizações para o desenvolvimento sustentável do território.

Diretriz 7 - Reconhecer e assegurar o desenvolvimento e continuidade das ações educacionais, escolares ou não, desenvolvidas pelos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, como referência para a elaboração e implementação das políticas de educação do campo no território.

Diretriz 8 – Instituir política específica de formação inicial e aprimorar as políticas de formação continuada e de valorização profissional de educadores/as do campo, inclusive possibilitando a criação de cursos especiais com metodologia contemporânea de formação de adultos e de titulação de pessoas a partir do reconhecimento dos saberes adquiridos.

Diretriz 9 - Valorizar e aprimorar os instrumentos de políticas públicas que apóiam a implementação das diretrizes de educação básica nas escolas do campo, socializando as mesmas com educadores, organizações governamentais e não governamentais do território, por meio de fóruns, eventos e momentos específicos no território e nos municípios.

Diretriz 10 - incentivar a arte e a cultura a desenvolverem linguagem e expressões que dê forma e movimentos aos principais elementos de diversidade e identidade étnica, sociais, culturais, econômicas e ambientais do território. Compreender a cultura como linguagem da convivência entre os diversos povos e culturas que habita a região, na perspectiva da construção de uma nova cultura territorial e regional, a do desenvolvimento sustentável.

Diretriz 11 - Democratizar o acesso à produção, à difusão e à gestão da informação e da comunicação e a ampliação do uso da mídia comunitária e das mídias de larga escala, públicas e privadas, em processos educativos de ensino, pesquisa e extensão rural e ambiental.

PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTO PARA ESSE EIXO ESTRATÉGICO

1. Programa de incentivo e fortalecimento de pedagogias alternativas para educação do campo no território

1.1 Projeto: A escola e o desenvolvimento rural sustentável do território vale do Jamary

SUGESTÃO DE METAS: promover seminários, oficinas, conferências e intercâmbios para debater e conhecer diferentes pedagogias de educação do campo existentes ou não no

território; reconhecer as experiências pedagógicas de educação do campo como escola pública não estatal; reconhecer, valorizar e potencializar a alternância como estratégia essencial de assessoria e assistência técnica para o desenvolvimento rural sustentável; apoiar escolas famílias e casas familiares rurais no território; promover eventos e momentos de interação entre as pedagogias de educação do campo e a escola pública estatal; estimular a estruturação rede territorial de experiências pedagógicas focada no protagonismo dos sujeitos e na contextualização do processo ensino-aprendizado e o compromisso da busca da sustentabilidade econômica, étnica, social e cultural no território; ampliar o acesso à inclusão digital para as escolas de educação do campo; apoiar o desenvolvimento de instrumentos didáticos e metodológicos contextualizados com a realidade e desafios do território para serem utilizados pela rede de educação do território.

2. Programa territorial de formação para o desenvolvimento sustentável do território vale do Jamary

2.1 Projeto: formação de gestores públicos e sociais para o desenvolvimento sustentável

SUGESTÃO DE METAS: promover curso de extensão em planejamento participativo e gestão social de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do território; promover seminários, oficinas e conferências territoriais sobre oportunidades e potencialidades para o desenvolvimento sustentável do território; construir e negociar plano safra territorial; promover cursos sobre gestão de recursos hídricos e exploração sustentável do eco-turismo e pesca esportiva entre outros.

2.2 Projeto: fortalecimento das instituições de educação do território

SUGESTÃO DE METAS: estimular a capacitação continuada em processos participativos, de elaboração de projetos políticos pedagógicos para as escolas do território; incentivar a gestão democrática nas escolas públicas do campo; discutir e apoiar a estruturação de um centro de capacitação para o desenvolvimento sustentável do território - ensino médio e pós-médio (incubadora de negócios solidários); discutir com UNIVERSIDADES e OUTRAS INSTITUIÇÕES, cursos regulares, prioritários para o território, capazes de ampliar o senso crítico sobre a região, suas oportunidades, potencialidades e limites ao desenvolvimento sustentável; promover capacitação continuada para gestores, educadores e profissionais da educação; estimular o desenvolvimento de metodologias de ensino sócio-produtiva

capaz de responder as demandas e oportunidades do território; ampliar os espaços de lazer e práticas culturais e esportivas nas escolas do campo; investir na formação de agentes comunitários de educação ambiental e em ações que gere inserção da educação ambiental nas escolas do campo.

3. Programa de desenvolvimento Cultural e Ambiental do território

3.1 Projeto: Ação cultural Jamary

SUGESTÃO DE METAS: mobilizar e sensibilizar as entidades públicas e da sociedade civil que atuam no incentivo e promoção da cultura, educação e meio ambiente para participarem sobre conferência territorial; construir diagnóstico étnico-cultural, de forma participativa, das principais manifestações culturais do território; incentivar a criação de rede social de cooperação para o apoio e fomento à arte e cultura territorial; formar agentes territoriais de cultura; apoio a estruturação de núcleos municipais de cultura; realizar conferências municipais de cultura; realizar mostra regional de cultura (gincanas, concursos e festivais); implantar caravanas culturais (terrestre e fluvial); discutir a possibilidade de criação de entidade territorial de apoio à cultura.

3.2 Projeto: Conservação dos recursos naturais renováveis do território

SUGESTÃO DE METAS: promover ações de capacitação em educação ambiental para professores e educadores do campo, incentivando um melhor entendimento sobre a temática e o desenvolvimento de metodologia e didática adaptada a realidade local para desenvolvimento do tema; realizar palestras, debates, e audiências públicas com representantes e técnicos de órgãos ambientais federais e estaduais a fim de discutir, e propor pesquisa e desenvolvimento de manejo para recompor áreas de preservação permanente, reserva legal, e impactadas por garimpos com atividades geradoras de ocupação e renda, ou recomposição da paisagem e da qualidade ambiental; promover a celebração de Termos de Juste de Condutas coletivas e Termo de Acordos beneficiando empreendimentos que tenha passivos ambientais; realizar campanhas e palestra sobre queimadas controladas no preparo de áreas de produção agropecuária; identificar através de mapas falados identificando áreas com elevado dano ambiental, que necessitam de ações coletivas e articuladas de recuperação e conservação; incentivar a produção de espécies frutíferas e essências florestais para recuperação de áreas degradadas e formações de pomares e sistemas agroflorestais; incentivar rede de coleta, distribuições e

comercialização de sementes crioulas e de essências florestais nativas; incentivar a produção de mudas em viveiros comunitários ou através de pequenos grupos, fornecendo sementes, embalagens insumos à produção e identificando as espécies que mais interessam a agricultores e agricultoras;; incentivas a estruturação de corredores de biodiversidade através de áreas públicas e particulares (RPPM); promover através de ações culturais e material educativos praticas sustentáveis de produção agro-ecológicas; incentivar a coleta e destinação adequada de pilhas, baterias e embalagens de produtos tóxicos; incentivar a formação de núcleos de educação ambiental nos municípios, atuando em conjunto com os de cultura.

Estratégia metodológica proposta para este eixo

As discussões desenvolvidas no território através de oficinas e seminários pautadas na busca por estratégias mais eficientes na promoção do desenvolvimento e inclusão social, apontam a educação do campo como ferramenta sedimentadora da construção, implantação e apropriação das políticas públicas e seus resultados. De um modo geral, foi consenso a necessidade de construir momentos de discussões por micro-bacia (03) no território.

Se torna importante lembrar que nos últimos anos vêm acontecendo no território importantes debates e capacitações sobre pedagogas apropriadas à realidade territorial como a pedagogia da terra e da alternância, entre outras.

Sendo assim, se torna necessário a articulações entre essas diferentes abordagens e movimentos sociais e sindicais responsáveis por essa discussão afim de gerarmos um planejamento comum, estratégico, integrador e norteador de ações afirmativas por parte do conjunto dos atores sociais do território e suas entidades.

Arranjo institucional proposto

O arranjo institucional deverá depender do compromisso institucional por parte das entidades que atuam na educação formal e informal, a serem sensibilizadas e convidadas para participarem de evento específico para debate e planejamento de ações. Entre as entidades destacamos algumas: Secretaria Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, FETAGRO, MPA, MST, INCRA, UNIR, EFAs, AEFARO, ATER / ATES.

Sugestão de indicadores para os programas e projetos deste eixo estratégico (construídos em oficinas e seminários territoriais).

Resultados:

- número de profissionais da educação capacitados sobre metodologias alternativas para educação do campo;
- quantidade de capacitações e intercâmbios promovidos sobre educações do campo e pedagogas alternativas;
- número de ações potencializadoras de recomposição de paisagens e condições ambientais desenvolvidas em parcerias com as escolas do território;
- nº de escolas com gestão democrática no território;

impacto

- adoção e fortalecimento de pedagogas alternativas para educação do campo no território;
- nº de escolas com projetos políticos pedagógicos de acordo com a realidade do campo no território;
- Quantidade de projetos / eventos desenvolvidos nas escolas abordando temáticas sobre os desafios da sustentabilidade e a importância do protagonismo econômico, social e cultura da agricultura familiar do território;

Proposta de gestão para os programas e projetos deste eixo

A gestão deve ser compartilhada entre a CIAT, Secretaria Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, FETAGRO, MPA, MST, INCRA, UNIR, EFAs, AEFARO, ATER / ATES. Tendo a área de abrangência todo o território.

6.3. EIXO ESTRATÉGICO 3: DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E ACESSO A MERCADOS

Introdução

Há várias décadas as políticas públicas para a agricultura brasileira vêm obedecendo a uma concepção particular de modernização tecnológica que busca aumentar a produtividade física da terra e a produtividade do trabalho através de tecnologias que, cada vez mais, substituem o trabalho humano pelo emprego de máquinas, equipamentos e

insumos químicos.

De um modo geral, essa tecnologia é concebida para favorecer as monoculturas que são desenvolvidas em grandes extensões de terras, geralmente com boa fertilidade e, quase sempre, em unidades de grande porte. Essa tecnologia nem sempre é apropriada para as condições específicas da produção familiar, em função da limitação das áreas dos estabelecimentos e das características de relevo e de solo. Assim, convive-se com uma situação em que a alternativa de agricultores/as familiares e produtores/as tradicionais é sua modernização nos moldes da revolução verde, muito embora essa lógica seja prejudicial à produção familiar e tradicional, aliada aos pesados custos ambientais desse modelo, tendo em vista a forte degradação dos recursos naturais associada à produção tradicional.

Neste sentido, a construção de um modelo tecnológico adequado aos/as agricultores/as familiares e produtores/as tradicionais parece ser um caminho inevitável, caso se pretenda, efetivamente, implementar um projeto de desenvolvimento sustentável para o território rural vale do Jamary. Para tanto, o desafio maior é delinear com clareza o processo de transição rumo a uma nova agricultura e a um novo padrão de desenvolvimento rural, o que nem sempre é conhecido e/ou encontra amparo técnico. Deve-se reconhecer a existência de experiências de organizações não governamentais, sindicais e associativistas em várias regiões do país que apontam para o enfrentamento do desafio acima mencionado, via a adoção dos princípios da agroecologia, como alternativa para a sustentabilidade da agricultura familiar brasileira.

Por sua vez, a organização econômica da produção é o acesso de agricultores/as e das populações tradicionais aos mercados, processo que cria novas oportunidades de trabalho e auxilia na melhoria da renda. Para obtenção desses resultados é fundamental a adoção de políticas públicas de garantia da comercialização da produção da agricultura familiar e das populações tradicionais, além do apoio à infra-estrutura de beneficiamento, agro-industrialização e comercialização da produção, etapa que agrega valor aos produtos e melhora as estratégias de comercialização.

Inúmeras experiências de organização da produção e da comercialização levadas a cabo por agricultores familiares e produtores tradicionais demonstram, além da dinamização de canais tradicionais (feiras locais e regionais, nacionais e internacionais), a emergência de pontos de venda, vendas cooperativadas, transformação de produtos, marcas próprias de comercialização, certificação e mercados específicos. Estas diferentes formas de inserção

nos mercados afirmam o papel econômico e social dos agricultores familiares e das populações tradicionais e ajudam a dinamizar as economias locais.

Torna-se, então, necessário apoiar o fortalecimento da livre organização de agricultores/ as familiares, pescadores artesanais e extrativistas, populações tradicionais, através de formas associativas ou cooperativas, com recursos adequados e serviços técnicos de apoio capazes de proporcionar a inserção qualificada destes segmentos nos mercados.

Outro caminho é a busca de complementaridades de renda que objetivam reduzir situações de vulnerabilidade das famílias no que diz respeito às suas perspectivas de reprodução social. Assim, a pluriatividade expressa um processo de combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas pelos membros familiares. O turismo rural, a comercialização de produtos regionais, a utilização de bens culturais como alimentos, danças, músicas, o comércio de produtos de origem de grupos étnicos apresentam distintas formas de atividades não-agrícolas a serem utilizadas com criatividade no desenvolvimento sustentável.

Além disso, existem os chamados “mercados institucionais” como alternativas a serem exploradas. Estes mercados estão relacionados às compras governamentais (nas três esferas de governo) e movimentam volumes elevados de alimentos que são destinados para os programas e atividades da política nacional de segurança alimentar, possibilitando uma articulação efetiva entre produção, distribuição e consumo.

Em geral, a transição para de uma concepção de desenvolvimento exige de todos a busca constante de soluções específicas para cada sistema, uma vez que não existem pacotes adequados para todas as situações ou agroecossistemas o que lhe dá o caráter de um “padrão intensivo em conhecimento”. Por isso, a busca de soluções tecnológicas passa a ser parte de um processo social de experimentação e divulgação dos conhecimentos agroecológicos, ao envolver também outros atores, como é o caso de pesquisadores/as, extensionistas e agentes de desenvolvimento.

DIAGNÓSTICO SETORIAL CONSTRUÍDO DE FORMA PARTICIPATIVA NAS OFICINAS E NO TERRITÓRIO VALE DO JAMARY

Potencialidades

- Interesse de muitas famílias por diversificar suas formas de produção e de renda;
- Disponibilidade de áreas com características adequadas;
- Mão-de-obra disponível e demandando qualificação e re qualificação;

- Amparo legal – 2166, a sociedade, através das políticas públicas deve incentivar formas mais racionais de geração de renda em equilíbrio com as necessidades de conservações ambientais e dos recursos naturais renováveis;
- Grande nº de áreas destinadas a reserva legal e preservação permanentes nas propriedades que podem e devem ter função econômica, através de técnicas e manejo adequado;
- Existência de grupos (principalmente mulheres e jovens), interessados em prática de atividades artesanais e produção de biojóias, com abundância de matéria-prima e, dispostos a constituírem associações e cooperativas de artesões e serviços similares;
- Existência de feiras estadual e municipal de artesanato;
- Demanda por produtos agro-industrializados, com referencial sócio-produtivo, que gere identidade e apelo social pelo consumo responsável, como boa aceitação dos produtos no mercado local e regional;
- Demanda por serviços de turismo rural, eco-turismo, turismo de aventura, e hotelaria;
- Diversidade produtiva, mas em pequena escala, o que dificulta a produção para atender mercados de grande demanda, mas suficientes para atender mercados ou seguimentos que demandem diversificação;
- Cadeia produtiva do café fortalecida, com melhoras significativas no que se refere a qualidade nos últimos anos, o que contribui, também, para obtenção de preços mais justos. E a entrada destes produtos no mercado justo europeu. Aptidão dos produtores para trabalhar com esta cadeia produtiva com boa receptividade do produto no mercado consumidor nacional e internacional;
- O território possui um mercado consumidor significativo, que demanda produtos e serviços;
- Elevado número de pequenas propriedades rurais que praticam agricultura familiar;
- Localização estratégica do território para a comercialização e compra de insumos e serviços;
- Facilidade de escoamento em função da curta distância dos municípios até a BR e desta à Porto Velho, maior mercado consumidor;
- Centrais de comercialização em fase de construção e aquisição de equipamentos, apoiados por recursos do PRONAF e discutidos pelo conjunto de atores do território;

Limitações

- Dificuldade na obtenção de mudas e sementes;
- Falta de informações sobre manejo sustentável de solo, recursos hídricos e cobertura vegetal;
- Assistência técnica ainda deficiente em quantidade e qualificação para enfrentar os limites imposta à agricultura familiar do território;
- Pouco acesso a recursos financeiros oficiais para implementação de atividades e ações de diversificação, as linhas de créditos ainda financiam o PROJETO e não a sustentabilidade da propriedade;
- Necessidade de construção de plano safra territorial e de lutar por cooperativas de crédito;
- A monocultura e pecuária extensiva ainda é muito forte no território, e não dispões de manejo de recursos naturais eficiente e rotacionado;
- Dificuldades para comercializar pequenas produções sem agregação de valor;
- As poucas agro-industrias existentes necessitam de maior grau de gerenciamento, e assessoria especializada, além de canais e instrumentos de comercialização;
- Falta incentivo para implantação de SAFs;
- Descrédito no potencial de agregação de valor, geração de ocupação e renda do artesanato regional;
- Solo com baixa fertilidade e quase inexistência de práticas de manejo de solo;
- Elevada instabilidade no preço da produção;
- Baixo nível de capitalização dos produtores (individuais), para investimentos em estrutura física de beneficiamento da produção;
- Existência de legislação sanitária que não atende as condições objetivas dos agricultores familiares;
- Rede de distribuição de energia não atende 100% das famílias do território;
- Uso de tecnologias inadequadas de produção, armazenamento e transporte;
- Dificuldade de articulação intermunicipal para incentivo e dinamização da economia a partir da agricultura familiar. Os gestores não acreditam na capacidade de geração econômica da agricultura familiar;
- Carência de profissionais especialistas em empreendimentos cooperativos e inexistência

de plano de gestão de cadeias produtivas de caráter cooperativo;

DIRETRIZES DO EIXO ESTRATÉGICO DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E ACESSO A MERCADOS

Para enfrentar essas questões, foram propostas as seguintes diretrizes, como estratégia de construção de programas de desenvolvimento sustentável para o território rural vale do Jamary:

Diretriz 1 - Estimular processos de diversificação econômica da agricultura familiar, sob a gestão local, garantindo-se, ao mesmo tempo, a ampliação da geração de emprego e de trabalho decente, a distribuição equitativa da renda, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas e agroecossistemas.

Diretriz 2 - Implementar programas de capacitação de agricultores/as e de produtores tradicionais com o objetivo de ampliar seus conhecimentos sobre os mercados e suas capacidades gerenciais, visando fortalecer o circuito crédito-produção-comercialização-consumo dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Diretriz 3 - Estimular programas e projetos que promovam a compatibilização entre a produção agropecuária e outras atividades rurais não-agrícolas associadas à produção familiar e a estratégia de conservação e preservação ambiental, por meio do incentivo à pesquisa, de caráter interdisciplinar, participativa e descentralizada.

Diretriz 4 - Incentivar, ampliar e consolidar o processo de agro-industrialização da produção familiar de território pelos agricultores/as e produtores tradicionais e suas organizações, visando promover a inserção diferenciada nos mercados como forma de proporcionar uma melhoria na renda de agricultores/as, assentado/as, pescadores/as e outras populações tradicionais, ao mesmo tempo em que se geram novos empregos e novas arrecadações nas economias locais.

Diretriz 5 - Incentivar atividades não-agrícolas, tanto de produtos e serviços com características regionais, como de bens e serviços ambientais e culturais da população rural e das comunidades tradicionais, como comércio de produtos originários de grupos étnicos e manejo sustentável da floresta.

Diretriz 6 - Incorporar o associativismo, o cooperativismo e as redes de economia solidária às estratégias de desenvolvimento rural do território, como instrumentos estratégicos da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Diretriz 7 - Incentivar e apoiar as organizações autogestionárias de economia solidária e familiar, usando como estratégia a cooperação, de modo a estimular novas relações entre o crédito, produção e consumo.

Diretriz 8 - Estimular e consolidar as redes territoriais de produção solidárias, processamento, distribuição, consumo e cooperativismo de crédito, constituídas por empreendimentos organizados em bases associativas e cooperativas envolvendo agricultores/as, aqüicultores, pescadores artesanais, agro-estratrativistas, assentados/as, quilombolas, atingidos por barragens, indígenas e micro e pequenos/as empreendedores/as e empreendimentos solidários rurais e urbanos.

Diretriz 9 - Estimular e consolidar os circuitos locais e regionais de comercialização e de abastecimento (feiras, sacolões, venda direta), bem como o atendimento às demandas institucionais (merenda escolar, hospitais, creches), como forma de melhorar e ampliar o acesso de agricultores familiares e produtores tradicionais aos mercados e consolidar uma política territorial de abastecimento, de caráter público.

Diretriz 10 - Fomentar a constituição de centrais de abastecimento e comercialização públicas e privadas e reestruturar as existentes, ampliando a participação dos agricultores familiares/as e populações tradicionais, por meio da criação de estruturas específicas e o desenvolvimento de mecanismos de comercialização mais adequados a sua realidade sócio-econômica, produtiva e geográfica. Tais centrais também devem atuar no monitoramento dos fluxos de mercadoria, disponibilizar informações locais e regionais sobre volume da produção e preços dos produtos, além de apoiar a busca de financiamentos para a certificação social e solidária dos produtos da agricultura familiar e das populações tradicionais.

Diretriz 11 - Incentivar e ampliar os chamados “mercados institucionais”, através da implementação de programas públicos e parcerias público-privadas, a exemplo das iniciativas de aquisição direta de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Diretriz 12 – Criar e/ou fortalecer mecanismos de certificação participativa de produtos da agricultura familiar e de populações tradicionais como instrumento facilitador de inserção desses produtos no mercado consumidor interno e externo.

Diretriz 13 - Implementar ações que articulem produtores e consumidores em torno da construção de padrões sustentáveis de consumo responsável que impactem positivamente a sociedade e a economia territorial.

Diretriz 14 – Incentivar a implementação de políticas municipais de inspeção e vigilância

sanitária, através de legislação adequada no tocante às agroindústrias familiares e aos produtos artesanais ou diferenciados oriundos da agricultura familiar, da reforma agrária, de pescadores/as artesanais, indígenas, extrativistas e de populações tradicionais.

Diretriz 15 – Estimular a formação de profissionais de assessoria, assistência técnica e extensão rural em gestão de empreendimentos da agricultura familiar como processamento, consumo, comercialização, mercados, organização e acesso ao crédito. Estimulando-os a constituir bases de serviços de suporte a empreendimentos de caráter cooperativos com interação solidária.

Diretriz 16 – Negociar com órgãos ambientais procedimentos de autorização/licenciamento ambiental simplificado para agricultores/as familiares, assentados/as de reforma agrária e pequenos/as empreendedores/as, estimulando processos de desenvolvimento de novas técnicas e padrões de produção agroextrativista (principalmente tentar desenvolver e adaptar artes de pesca que se encontra em conflito com a legislação por falta de seletividade na captura), e investir em ações de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e geração de ocupação e renda através de artesanato e biojóias.

Diretriz 17 - Fortalecer iniciativas relacionadas ao resgate e conservação de variedades crioulas, plantas medicinais e fitoterápicos, cultivados por agricultores familiares, povos indígenas, sociedades tradicionais e quilombolas, adaptadas as suas condições sócio-culturais e ambientais, a exemplo dos Centros de Irradiação de Manejo da Agrobiodiversidade.

Diretriz 18 - Definir e implementar matrizes produtivas baseadas nos princípios da agroecologia, que promovam a diversificação da produção da agricultura familiar e dos sistemas produtivos, valorizando as práticas sustentáveis, bem como as culturas e os conhecimentos locais, visando conduzir os sistemas agrícolas à sustentabilidade.

PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTO PARA ESSE EIXO ESTRATÉGICO

1. Programa de incentivo a agroecologia no território

1.1 Projeto: implantação de áreas experimentais de Sistemas Agrosilvopastoris

SUGESTÃO DE METAS: capacitação de técnicos, agricultores e agricultoras em implantação e manejo de sistemas agrosilvopastoris; realizar capacitações em CONVIVÊNCIA com as diversas tipologias vegetais do território e a exploração sustentável e comercial de sementes, frutos, amêndoas, fibras, resinas, gomas, látex, essências, óleos,

cipós, princípios ativos, plantas ornamentais e medicinais, etc; incentivar a implantação de sistemas agrosilvopastoris nas unidades de produção familiar, principalmente em áreas de preservação permanentes e reserva legal;

2. Programa territorial de incentivo a produção de culturas alimentares

2.1 Projeto: incentivo à produção de culturas alimentares de ciclo curto

SUGESTÃO DE METAS: incentivar o plantio de culturas alimentares através de sistemas de oferta de sementes crioulas e melhoradas; garantir o financiamento de PRONAF B, custeio para esse fim; incentivar a mecanização de pequenas áreas destinadas a roças permanentes, em curvas de níveis quando necessário, através da rotação de culturas; promover capacitações de técnicos e produtores; incentivar a análise de solo e a correção.

3. Programa territorial de incentivo ao agro-extrativismo e fruticultura

3.1 Projeto: incentivo e fortalecimento do agro-extrativismo no território

SUGESTÃO DE METAS: levantamento da ocorrência e potencial produtivo das principais espécies produtoras de frutos, amêndoas, fibras, resinas, gomas, látex, essências, óleos, cipós, princípios ativos, plantas ornamentais e medicinais, etc (focar nas espécies de maior potencial produtivo e econômico, e se possível, que permita processamento através de agroindústria adaptada às características da produção familiar); identificar mercados e processo de agregação de valor através do processamento pela agricultura familiar do território; buscar parcerias com instituições de pesquisas a fim de estudar o comportamento ecológico e produtivo de consórcios entre espécies nativas e culturas alimentares e ou frutíferas de ciclo curto, longo e perenes; promover cursos de coleta e manejo de sementes de essências florestais, extração de óleos, gomas, resinas, fibras, cipós, látex, etc; incentivar a produção de mudas e plantio de espécies frutíferas e essências florestais, para enriquecimento de matas ciliares, de preservação permanente e reserva legal e em sistemas agro-florestais; identificar espécimes da flora local com características produtivas, sanitárias, vegetativas, arquitetura desejáveis, reproduzi-las e implantar jardim clonal; estudar e incentivar a produção ambientalmente sustentável de biomassa, através de reflorestamento com espécies nativas.

3.2 Projeto de incentivo a fruticultura

SUGESTÃO DE METAS: capacitar técnicos e produtores em plantio, manejo e

processamento de frutas; dá prioridades a frutos do ambiente amazônico com reconhecido potencial produtivo e valor econômico, social e cultural; desenvolver técnicas de reprodução e propagação de espécies silvestres; implantar sempre que possível os pomares consorciando com outras espécies, se possível em sistemas agroflorestais próximos de córregos e riachos onde a vegetação original tenha sido derrubada; verificar a capacidade local para transporte, processamento e comercialização, dando preferência a espécies apreciadas pela população do território, através do consumo in natura e transformados poupas, sucos, geléias, sorvetes e doces; incentivar a produção e distribuição de mudas de boa qualidade e se possível certificada.

4. Programa de fortalecimento da cadeia produtiva do leite

4.1 Projeto: leite matéria-prima da agroindústria familiar

SUGESTÃO DE METAS: incentivar o fortalecimento da cadeia produtiva do leite no território, na perspectiva da agricultura familiar e economia solidária, priorizar investimentos em genética e manejo de pastagens e animais, e incentivar os laticínios para investirem em resfriamento e transporte; capacitar produtores para o manejo e ordenha de gado leiteiro; capacitar produtores para a fabricação de queijos finos, que podem se constituir em importante elemento de identidade territorial, possuindo ainda vida de prateleira elevada, favorecendo as condições de transportes regionais; incentivar a instalação e gestão de cooperativas de agricultores familiares para o processamento do leite; integrar a produção de leite ao cooperativismo de crédito com interação solidária, uma vez que a renda do leite se constitui na prática, para a maioria dos produtores, na principal fonte de renda para custeio, capital de giro e investimento na produção e na família.

5. Programa territorial de fortalecimento e melhoria da qualidade e produtividade da cafeicultura

5.1 Projeto: O café é nosso

SUGESTÃO DE METAS: capacita técnicos e produtores em classificação e manejo da cultura; incentivar a produção e distribuição de mudas de variedades melhoradas; implantar áreas demonstrativas do desempenho da cultura em regime solteiro e consorciado; fortalecer as cooperativas e associações que beneficiam a produção; incentivar a busca por

novos mercados; incentivar o cultivo orgânico e mercado justo e solidário; garantir crédito em volume e na hora certa para financiar o cultivo; incentivar estudos sobre a cadeia produtiva; e o desenvolvimento de variedades mais produtivas.

6. Programa territorial de incentivo a criação e manejo de animais de pequeno e médio porte

6.1 Projeto: incentivo a criação de animais de pequeno e médio porte

SUGESTÃO DE METAS: incentivar a diversificação do rebanho do território (caprinos, ovinos e peixes); incentivar a criação de animais que cause menor impacto sócio-ambiental ao sistema hídrico e à cobertura vegetal; incentivar a criação de animais silvestres (tartaruga, jacaré, paca, capivara, cateto, queixada, cutia, anta, veados, peixes para alimentação e ornamentais, abelhas, inclusive as nativas, etc), através da devida autorização dos órgãos ambientais competentes; diversificar a produção e a renda do produtor; incentivar estratégias alternativas à vulnerabilidade econômica e social causada pelo risco de ocorrência de caso de aftosa no território, buscando a diversificação da produção e da renda.

7. Programa de incentivo a produção familiar não agropecuária

7.1 Projeto: a natureza é jóia

SUGESTÃO DE METAS: realizar inventário (fotográfico e entrevistas) com artesãos e grupos organizados de artesanato, por município do território, identificando qualidade, diversidade e necessidade de aperfeiçoamento do artesanato do território; realizar mostra territorial de artesanato; realizar capacitações para os artesãos do território; apoiar a construção e aquisição de equipamentos necessários a produção e comercialização do artesanato do território (oficinas coletivas); articular parceria com a ONG Oficina Escola de Luteria da Amazônia – OEELA, que tem sede em Manaus; apoiar a organização produtiva e de comercialização de grupos de artesãos indígenas; trabalhar o artesanato como elemento de identidade e diversidade cultural da região, insumo ao turismo e a divulgação da região, patrimônio imaterial da região; incentivar a formação de cooperativas e grupos organizados de produção e comercialização de artesanato, inclusive centrais de comercialização; realizar cursos sobre coleta e beneficiamento de sementes nativas para confecção de biojóias, incentivando sempre o uso de produtos naturais, inclusive na coloração; incentivar intercâmbios e a exposição em feiras nacionais e internacionais.

7.2 projeto: apoio ao turismo rural no território

SUGESTÃO DE METAS: realizar inventário e plano turístico para os municípios do território; realizar estudo de viabilidade da implantação do turismo rural, de aventura, gastronômico, eco-turismo; promover capacitações em turismo rural e eco-turismo; apoiar a organização e fortalecimento de rede territorial de turismo rural, articulando grupos organizados em associações e cooperativas de turismo, lazer e gastronomia; realizar encontro territorial para discutir com entidades ligadas ao turismo e setor hoteleiro os investimentos em infra-estrutura e capacitação de agentes territoriais de turismo para a região; contemplar o apoio e financiamento de organizações associativas de interação solidária para a exploração do turismo; articular com a ACDI VOCA projeto de capacitação em turismo rural e eco-turismo para o território; capacitar técnicos de ATER e ATES em elaboração de projeto de turismo rural no âmbito do PRONAF; debater a articulação entre o PSH, cooperativa de crédito e turismo na agricultura familiar.

8. Programa territorial de incentivo a agroindústria familiar

8.1 Projeto: Agroindústria familiar

SUGESTÃO DE METAS: apoiar a elaboração e gestão de plano territorial de negócios de cadeias de produção cooperativas; capacitar técnicos e quadro social de cooperativas e associações em planejamento e gestão participativa de empreendimento associativos; apoiar a estruturação de rede territorial de empreendimentos associativos da agricultura familiar e da economia solidária; apoiar e fortalecer bases territoriais de serviços voltadas para suporte de empreendimentos de caráter cooperativo e associativo, gerando capacidades local de assessoramento a empreendimentos da agricultura familiar do território; incentivar a criação de certificadora sócio-participativa no território; realizar seminário territorial com os poderes legislativo e executivo do território para construir estratégias de apoio a agroindústria no território; sensibilizar os poderes legislativos municipais do território para apresentarem Lei municipais criando e regulamentando Sistema de Inspeção Municipal (vinculado à SUASA); recuperar a gestão de empreendimentos associativos existentes no território financiados pelo PRONAF;

9. Programa territorial de acesso ao crédito e a micro finanças solidárias

SUGESTÃO DE METAS: capacitar técnicos e agricultores em cooperativismo de crédito;

promover seminário territorial de cooperativismo de crédito e micro finanças; realizar intercâmbio de técnicos e agricultores para conhecerem experiências de cooperativas de crédito; realizar cursos de formação de cooperativas de crédito no território; oficina de planejamento orçamentário e de formação de cooperativas; curso para formação de conselho administrativo e fiscal, promover curso de gestão contábil, curso de auditoria interna e externa; curso de técnica bancárias, sistema operacional e fiscalização em cooperativismo de crédito; capacitar equipe básica para constituir base de assessoria especialmente ao cooperativismo de crédito;

Estratégia metodológica proposta para este eixo

A gestão social do desenvolvimento não é tarefa das mais fáceis. Mas não é algo que não se tenha referencial ou que seja impossível de ser conduzida. De um modo geral a negociação dos eixos prioritários de desenvolvimento deve ser priorizado pelo conjunto de atores que compõe o território nos espaços de negociações que estes participam. O importante é promover a adoção de ações estratégicas para o desenvolvimento do território, partindo-se sempre das ações que fazem parte da vida das pessoas e temas em que não encontre resistências por grupos políticos ou econômicos locais, como por exemplo as cadeias produtivas de maior abrangência no território.

O Plano Safra estadual e territorial vêm se configurando como importante instrumento de suporte e negociações dos pactos sociais entorno das cadeias produtivas de importância econômica e social para a agricultura familiar, basta lembrar que de 2002 a 2007 os recursos destinados a agricultura familiar passaram de 2,2 bilhões para 12 bilhões. Sendo assim, uma importante estratégia a ser construída é a negociação do plano safra territorial, a sensibilização dos agentes financeiros, o fortalecimento da assistência técnica, a criação ou fortalecimento de cooperativas de crédito no território e o fortalecimento das principais cadeias produtivas de forma diversificada.

Arranjo institucional proposto

O arranjo institucional deverá depender da capacidade de articulação da agricultura familiar e do envolvimento de outros setores da economia, uma vez que o que buscamos é o desenvolvimento econômico de forma sustentável, e nesse recorte, os demais seguimentos econômicos do território estão incluídos. Entre as entidades destacamos algumas: Secretaria Estaduais e Municipais de Agricultura, FETAGRO, MPA, MST, DFDA/RO,

INCRA, CONAB, agentes financeiros, agências de desenvolvimento econômico e social, representações do comércio, dos transportes, da indústria, gestores municipais, parlamentares, etc..

Sugestão de indicadores para os programas e projetos deste eixo estratégico (construídos em oficinas e seminários territoriais).

Resultados:

- Ampliação do volume de crédito nas diversas modalidades do PRONAF em suporte a atividades geradoras de produção e renda no território;
- Ampliação e fortalecer a assistência técnica às unidades de produção familiar e às organizações associativas da agricultura familiar do território;

Impacto

- Aumento da produção e da renda da agricultura familiar nas cadeias de produção priorizadas;
- Organizar, fortalecer e desenvolver as cadeias produtivas priorizadas;
- Fortalecer as organizações associativas e representativas da agricultura familiar do território;
- ampliação do número de agro-indústrias, de preferência com gestão cooperativa e democrática fortalecidas e operando no território;
- Aumento no número de produtos derivados de matéria-prima produzida no território com agregação de valor e comercializada para consumo local e regional;
- Ampliar a comercialização através dos programas da CONAB;
- Ampliar a comercialização de produtos da agricultura familiar do território comercializado para as demandas institucionais;
- Ampliar Sistema Municipais de Inspeção nos municípios do território;

Proposta de gestão para os programas e projetos deste eixo

A gestão deve ser compartilhada entre a CIAT, SDT/MDA, MAPA, CONAB, agentes financeiros, Secretaria Estadual de Agricultura, Secretarias Municipais de agricultura, FETAGRO, MPA, MST, INCRA, entidades que executam ATER / ATES, entidades de representação do comércio e indústria entre outras. Tendo a área de abrangência todo o

território.

6.4. EIXO ESTRATÉGICO 4: DIREITOS E QUALIDADE DE VIDA

Introdução

Este eixo estratégico envolve os direitos fundamentais da pessoa humana como o acesso à cidadania, à dignidade, ao pluralismo político, à terra, à água, ao saneamento básico, à segurança e soberania alimentar, a manutenção do patrimônio cultural e religioso, à justiça e à segurança pública, à saúde, à educação contextualizada, à moradia, à informação e comunicação, os direitos das mulheres e jovens, o reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas, indígenas e das populações tradicionais, enfim o acesso aos direitos à toda população.

Envolve ainda um conjunto de temas relacionados à qualidade de vida e trabalho de agricultores/as familiares, das populações tradicionais e, em virtude do número expressivo de assalariados/as, de condições de trabalho decente, assim como o acesso às políticas de desenvolvimento rural; às políticas sociais e às políticas de acesso aos recursos naturais, à terra e aos recursos genéticos.

Para gerar desenvolvimento econômico e social no meio rural brasileiro é necessário um conjunto articulado de políticas, como forma de melhorar as condições sócio-econômicas de agricultores/as familiares, populações tradicionais e indígenas. Para tanto, é fundamental que políticas públicas dê sustentação à renda de agricultores/as e das populações tradicionais, através de mecanismos de apoio financeiro, de garantia da produção, além de promover autonomia econômica das mulheres rurais e a inserção sócio-produtiva dos jovens e populações indignas, devendo garantir o direito à assistência e reabilitação de populações em situação de emergência e fragilidade social e cultural.

O acesso e ampliação aos serviços de infra-estrutura, como estradas, eletrificação, telefonia, meios de comunicação popular alternativas, entre outros, é essencial para a dinamização econômica e cultural. No entanto a forma como essa infra-estrutura é planejada e implementada pode ser prejudicial ao meio-ambiente. Portanto, é necessário que os projetos de infra-estrutura sejam planejados no contexto específico de cada região, levando-se em conta suas potencialidades e evitando impactos socioambientais e culturais negativos.

É necessário destacar, ainda, a firme decisão e propósito dos atores sociais do território em não **tolerar flagrante de violação aos direitos humanos**, como a escravidão

contemporânea através de condições indignas de trabalho, a vulnerabilidade pessoal, social e cultural das populações indignas e o abandono social dos que não possuem os meios e recursos naturais, ambientais e sociais necessários a sobrevivência e perspectiva de desenvolvimento de forma sustentável e segura.

DIRETRIZES DO EIXO ESTRATÉGICO DIREITOS E QUALIDADE DE VIDA

Para enfrentar essas questões, foram propostas as seguintes diretrizes, como estratégia de construção do projeto de um desenvolvimento sustentável para o território rural vale do Jamarý:

Diretriz 1 - Ampliar e consolidar a implementação de políticas públicas de apoio e de financiamento, de desenvolvimento humano, e de acesso de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária e populações tradicionais e indígenas a bens produtivos e serviços públicos essenciais para a realização das atividades rurais e a melhoria da qualidade de vida, tais como infra-estrutura, equipamentos e insumos básicos voltados para a viabilização da produção, transformação e comercialização, informação e conhecimentos tecnológicos apropriados, terra, água, segurança alimentar, justiça e segurança pública, garantia de trabalho decente, habitação, educação, saúde, saneamento básico, eletrificação, comunicação, transporte e lazer, contemplando as especificidades sócio-ambientais.

Diretriz 2 – Ampliar e fortalecer programas de combate a insegurança alimentar e nutricional no território, dando ênfases a processos de economia solidária.

Diretriz 3 – Apoiar e fortalecer programas, projetos e ações de combate ao alcoolismo, ao consumo de drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

Diretriz 4 – apoiar programas de ampliação de direitos sociais como o direito a terra, ao saneamento básico, ao crédito, a assessoria técnica às unidades produtivas e organizações associativas, ao fomento à organizações cooperativas e associativas, a energia elétrica, ao saneamento básico, a educação do campo, a comunicação popular e alternativa, ao apoio as manifestações e reproduções dos elementos de cultura e identidades sociais.

Diretriz 5 – Ampliar e fortalecer processos de interação entre os diferentes grupos étnico e culturais que co-habitam o território.